

Handwritten signature and initials in blue ink.

MARL – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2021



marl

**Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa**

Handwritten signature in blue ink.

**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO**



ÍNDICE

1.	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
2.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
3.	ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	5
4.	SÍNTESE DE INDICADORES	11
5.	ATIVIDADE DA EMPRESA.....	12
6.	RESPONSABILIDADE SOCIAL	33
7.	GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	35
8.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	37
9.	APLICAÇÃO DE RESULTADOS	49
10.	OUTRAS INFORMAÇÕES	49
11.	IMPACTO COVID-19	49
12.	PERSPETIVAS FUTURAS	52
13.	REFERÊNCIAS FINAIS	53
	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	55

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Concluído que está o ciclo relativo ao Plano Estratégico precedente, e com a entrada em funções deste novo Conselho de Administração em março de 2021, importa por um lado, definir claramente a estratégia do Grupo, e concomitantemente do MARL, para os próximos anos e também apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que vivemos atualmente.

Como é sabido, os últimos 2 anos ficaram indelévelmente marcados pela pandemia Covid 19 que assolou o mundo de forma global, e que ainda não se sabe quando e como vai terminar ou, simplesmente, quando vai deixar de exercer uma influência tão forte e direta no quotidiano das pessoas, dos serviços e das empresas.

Esta situação obrigou a que todas as empresas, e os Mercados Abastecedores não foram exceção, tivessem necessidade de se adaptar a esta nova realidade, com a adoção de novas práticas de funcionamento, de gestão das pessoas e dos seus ativos, sendo que muitas delas acabarão por ser internalizadas e adotadas para o futuro.

Mas, por outro lado, e se eventuais dúvidas ainda persistissem nesse sentido, a pandemia veio dar uma ênfase inequívoca à importância que os Mercados Abastecedores têm na sociedade e, em particular, naquilo que é o abastecimento das populações. Mesmo em situações de pico de contágios na pandemia, e quando muitos outros sectores experimentavam dificuldades ou tiveram mesmo que interromper a sua atividade, todos os nossos Mercados Abastecedores, não obstante a necessidade das devidas adaptações e contando sempre com a abnegação dos seus trabalhadores e operadores económicos, mantiveram a sua atividade ininterrupta 24 horas por dia, 365 dias por ano. E, por isso, foram vitais para o fornecimento do setor retalhista e, subseqüentemente, da população que ali se abastece. Por isso também, os operadores de logística têm de forma crescente eleito os Mercados Abastecedores, como resposta às suas necessidades oriundas do forte aumento de vendas online dos seus clientes.

E dessa forma o MARL manteve a sua trajetória de crescimento e da consolidação dos bons resultados naquilo que são os diversos indicadores económicos e financeiros, incrementando de forma sustentada o volume de negócios e o resultado líquido, a par de uma redução significativa da sua dívida financeira líquida.

Concretizando, e dando corpo à política de gestão rigorosa dos recursos existentes promovida por parte deste Conselho de Administração, centrada naquilo que é a atividade interna do mercado e a sua interação direta com a envolvente empresarial e territorial, aliada a uma política comercial de ocupação dos espaços existentes efetiva e atuante, o volume de negócios em 2021 ascendeu a 13.799,9 milhares de euros, o que representa um acréscimo de 1,5% relativamente a 2020, e de 6% relativamente a 2016.

Este volume de negócios, não obstante o aumento dos gastos operacionais decorrente da atividade adicional relacionada com a pandemia covid-19 e da entrada em vigor dos novos contratos dos grandes prestadores de serviços, cujo incremento de valor não tivemos como evitar, permitiu que o resultado líquido se mantivesse em níveis bastante satisfatórios, na ordem dos 4 877,2 milhares de euros. Este resultado líquido consubstancia um aumento de 4,4% relativamente ao ano transato e de 15% relativamente a 2016.

A par deste aumento do volume de negócios e do resultado líquido, e para um EBITDA de 10.312 milhares de euros, em linha com o valor obtido em 2021, mantivemos a trajetória de redução significativa e consistente da dívida financeira líquida, que ascende a 20 803,4 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 5 564,5 milhares de euros (-21%), face a 31 de dezembro de 2020 e de 28 900 milhares de euros (-58%), face a 2016.

Estes resultados, ainda mais significativos porque alcançados em tempo de intensas restrições da atividade económica decorrentes da pandemia existente, só foram possíveis pelo esforço conjugado de

todos. A começar pelos funcionários do MARL, que quer fosse em regime de teletrabalho ou presencialmente nas instalações do mercado, conseguiram com o seu empenho e abnegação garantir a operacionalidade plena da nossa atividade.

Também se reveste de grande importância a excelente relação institucional existente com os municípios de Loures e de Lisboa, nossos acionistas, bem como com o acionista Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. E desta forma, por exemplo, projetos como o Loures Inova, projetos de mobilidade urbana e de micrológica e projetos de ação social como o 5 ao Dia, respetivamente, têm condições acrescidas para serem levados a cabo com sucesso.

Neste espetro da cooperação institucional, impõe-se igualmente fazer referência ao nosso ROC, que, em todos os momentos, se rege por uma atuação tecnicamente rigorosa e equilibrada.

Faz-se ainda referência à necessidade de modernização dos nossos ativos. A modernização e requalificação do MARL, com mais de 20 anos de utilização intensiva, é agora, mais do que nunca, uma prioridade. Só dessa forma conseguiremos manter a excelência da nossa oferta de serviços e incrementar a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética da nossa operação. Só assim estarão criadas as condições para a manutenção da satisfação dos operadores atuais, bem como para o incremento da atratividade dos nossos espaços para novos operadores, permitindo a diversificação da oferta a novos setores de atividade que trarão valor acrescentado à nossa operação.

Mas é com alguma preocupação que perspetivamos aquilo que será o ano de 2022 para a nossa atividade. Ainda com uma economia muito fragilizada pela pandemia covid-19, e quando todos antecipavam uma forte retoma da economia em 2022, o início de uma guerra em grande escala no leste da Europa, de consequências incalculáveis para a economia à escala global, irá certamente acarretar um aumento muito significativo nos preços das matérias-primas e da energia. E por muito que o nosso esforço de eficiência na gestão dos recursos do Mercado, também energéticos, seja bem-sucedido, antecipamos que possa não ser possível evitar repercussões nos resultados da empresa. A aposta em energias renováveis poderá ser parte da solução e este Conselho de Administração está atento a esta realidade.

Ao nível dos Recursos Humanos, o ano de 2021 permitiu a este Conselho de Administração constatar o impacto provocado pela ausência de uma política agregadora e assente em regras de organização, progressão e avaliação transversais. A prioridade de valorização da dedicação e empenho dos Recursos Humanos está assumida, bem como o respeito pelo direito a uma carreira e à sua evolução. Conjugando essa valorização e respeito com as regras de contratação e metas financeiras do setor público, concretizando um regulamento de carreiras, um modelo de avaliação e, se possível, um acordo de empresa, será desígnio para o atual mandato.

E realça-se a motivação dos recursos humanos como pedra basilar nesta estratégia integrada delineada para os próximos anos. Só com trabalhadores devidamente valorizados e com competências reforçadas conseguiremos perseguir estes objetivos ambiciosos com sucesso, reforçar o papel do MARL e do Grupo SIMAB no plano nacional e internacional, corporizando o nosso lema: "Comprometidos com o abastecimento, a logística e a Distribuição Nacional".

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A atividade económica em 2021, em Portugal e no resto do mundo, foi ainda profundamente afetada pela pandemia COVID-19.

As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos determinaram uma queda sem precedentes do PIB que, em 2020, em Portugal, situou-se em 8,4%. Contudo, a recuperação da economia, em 2021, permitiu que o PIB registasse um crescimento de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, ainda assim inferior à média das economias europeias (5,2% na União europeia e Zona Euro).

Para a recuperação da economia contribuiu de forma bastante expressiva a recuperação do consumo privado e do investimento, embora o contributo da procura externa líquida tenha sido menos negativo em 2021, registando-se crescimentos significativos das importações e das exportações de bens e serviços. A taxa de inflação média fixou-se nos 1,3%, acelerando face a uma inflação zero em 2020¹.

Estas são as duas principais dinâmicas que caracterizaram a economia portuguesa em 2021, fruto dos efeitos da pandemia da COVID-19, e que deverão continuar a ter impacto na conjuntura económica de 2022.

Os dados disponíveis até ao momento, fruto de um acompanhamento e envolvimento personalizado que as entidades gestoras dos Mercados Abastecedores e da própria *holding* SIMAB realizaram junto das empresas instaladas, permitem concluir que na maioria das empresas que exercem atividade nestes Centros de Distribuição e Logística de base alimentar, o impacto económico da COVID-19 continua a ser limitado o que já permitiu o regresso à atividade de todos os operadores. Estão neste grupo as empresas do setor hortofrutícola, pescado (congelado e conservas), produtos de mercearia, transporte e logística nacional, entre outros. De notar, no entanto, que existem algumas empresas instaladas cujo impacto na sua atividade foi muito significativo, e mesmo nos casos de interrupção, já existe retoma de atividade tendo o Grupo SIMAB estado atento a todas estas situações, propondo, planos de pagamento para os operadores com Taxas de Utilização em atraso. Os sectores de atividade de “flores e plantas”, “pescado fresco”, “restauração”, “padaria e bolaria” e “carne e produtos cármicos” são desses alguns exemplos.

Por outro lado, e na perspetiva das entidades gestoras dos Mercados Abastecedores que integram o Grupo SIMAB, não obstante todas as dificuldades com que gestores, colaboradores e prestadores de serviços se depararam, durante o período pandémico e até à data, conseguiu-se assegurar a manutenção do nível geral de rendimentos/receitas na atividade dos Mercados Abastecedores.

Naturalmente que neste já longo período pandémico de quase dois anos, assistiu-se a alterações na estrutura de custos, que assumiram maior expressão em áreas de limpeza e segurança. No entanto, importa reiterar que, em simultâneo, foram aplicadas medidas redução de custos e de controlo de cabimentação orçamental, incluindo o corte de despesas acessórias e condicionando e equacionando a realização de investimentos relativos à manutenção de infraestruturas ou ao desenvolvimento do negócio. Com estas medidas, todas as empresas do grupo SIMAB têm conseguido assegurar a continuidade das operações, cumprir os compromissos financeiros assumidos, garantindo a sustentabilidade dos Mercados a curto prazo sem comprometer a sua viabilidade de médio/longo prazo.

Se a evolução do PIB reforçou, no início do ano, a confiança na continuação da rápida recuperação da economia portuguesa durante o ano de 2022, naturalmente, estas perspetivas são agora agravadas pelo contexto de guerra na Europa.

A agravar a conjunta inflacionista que já se sentia, o impacto do aumento do preço de *commodities* como o trigo e outros cereais, assim como a subida dos preços da energia, aumenta ainda mais as pressões

¹ Síntese Económica de Conjuntura do Instituto Nacional de Estatística (INE) de janeiro de 2022



inflacionistas que já existiam por causa da retoma pós-pandemia e as disrupções nas cadeias mundiais de abastecimento.

No âmbito da atividade dos Mercados Abastecedores em Portugal e em todo o Mundo, as perspetivas de *outlook* para 2022 encontram-se bastante condicionadas por dois eventos com impacte global significativo na evolução das cadeias de aprovisionamento e abastecimento de produtos alimentares e não-alimentares: (i) a situação pandémica associada à COVID-19, que, em sentido positivo, tenderá a esbater-se naquilo que foram sendo os seus efeitos negativos na atividade direta dos operadores grossistas e produtores agrícolas e agroalimentares, em 2020 e 2021, como resultado dos constrangimentos à circulação logística e ao consumo; e, (ii) o conflito armado na Ucrânia, cujo impacte geoestratégico nos sistemas de produção e distribuição europeus e nos restantes continentes induzirão, em sentido negativo, a problemas de falta/excesso no escoamento e aprovisionamento da produção (em particular ao nível das *commodities*), bem como a eventuais ruturas de stocks decorrentes da alteração dos circuitos de distribuição estabelecidos e/ou da modificação de origens de muitas matérias-primas, com consequências macroeconómicas relevantes como, e um primeiro momento, ao acréscimo de pressão inflacionista (sentida já no início do ano), à qual se poderá seguir um período de 'estagflação', pela permanência do aumento de preços mesmo em fase de decréscimo de crescimento económico (sobretudo, pelo efeito primário cruzado do aumento dos preços da energia).

Dentro desta nova realidade, a União Mundial dos Mercados Abastecedores (WUWM) – da qual a SIMAB e os seus quatro Mercados fazem parte – lançou mesmo um grupo de trabalho que, no quadro da atividade do 'Grupo Europeu da WUWM' e em articulação com a Comissão Europeia, começou já a trabalhar para analisar e propor soluções institucionais, técnicas e financeiras que possam minorar o impacte da guerra na Ucrânia nas cadeias de produtos frescos do setor agroalimentar, em particular das integradas nos vários Mercados Abastecedores europeus, logo também em Portugal e nos Mercados da SIMAB.

3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A reflexão estratégica tem feito parte do dia a dia do GRUPO SIMAB, confirmando a importância da manutenção de um foco estratégico capaz de posicionar o grupo num contexto de mudança permanente e de desafios cada vez mais ambiciosos.

Dando cumprimento às orientações estratégicas específicas dirigidas aos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023, concluído o ciclo relativo ao Plano Estratégico precedente, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A MARL, SA tem como missão proporcionar à população bens agroalimentares de elevada qualidade e variedade, através de uma infraestrutura de suporte ao comércio grossista. Assume-se como uma organização que pretende contribuir ativamente para a melhoria da sociedade, através de uma adequada gestão do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, de modo a permitir a comercialização e distribuição de uma vasta gama de produtos e serviços.

Na prossecução da sua missão, a MARL, SA ambiciona alcançar a *visão* de ser uma empresa líder no setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.

A MARL, SA assume como fundamentais um conjunto de **valores** que são entendidos, observados e vividos por todos os colaboradores na sua prática profissional, expressando os valores e os princípios da organização, a sua reputação, a maneira de estar dos seus colaboradores, entre si e com os restantes *stakeholders*, sejam acionistas, fornecedores, clientes, parceiros ou a sociedade em geral, traduzindo-se, entre outros e de forma sintética:

RESILIÊNCIA | Porque vivemos tempos desafiantes caracterizados pela escassez de recursos, pela turbulência do presente, pela incerteza do futuro e pela complexidade do ambiente em que operamos.

EFICIÊNCIA | Porque os recursos são escassos e importa garantir a otimização do esforço financeiro do Estado.

COMPROMISSO | Porque precisamos de estar comprometidos com a nossa missão e os resultados que pretendemos alcançar.



3.2. ORIENTAÇÕES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

A MARL, SA, em 2021, continuou a ser abrangida por um conjunto de medidas definidas para as empresas do setor empresarial do Estado, estipulado na Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2021, Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019 (DLEO2019) (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho), que por força do disposto no artigo 210.º do referido diploma, manteve-se em vigor, nomeadamente:

- A continuação de uma política de ajustamento dos quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, só podendo ocorrer aumento do número de trabalhadores nos termos do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2019;
- A prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, relativamente ao volume de negócios verificado em 2019;
- Manutenção dos gastos com pessoal, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2019, depois de corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;
- A limitação do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel, que se devem manter iguais ou inferiores aos

registados em 2019. O acréscimo nestes gastos apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa;

- A restrição do conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 2019;
- No apuramento do crescimento global do endividamento das empresas públicas integradas no Setor Empresarial do Estado (SEE) são excluídos os novos investimentos com expressão material (que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa).

Foram ainda tidos em consideração o conjunto de legislação sobre o SEE (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pelo artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), sobre os gestores públicos e outros diplomas legais e atos administrativos que estabelecem regras, recomendações e decisões de natureza fiscal ou outras, muitas vezes de forma pontual e para um período de tempo determinado.

3.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO ACIONISTA

O exercício de 2021 fez coincidir dois mandatos do órgão de administração da sociedade. Assim, a atividade da MARL, SA, até março de 2021, pautou-se por cinco orientações estratégicas definidas pelo acionista, no início do mandato do anterior Conselho de Administração, em julho de 2016, e que se estendeu, força dos estatutos da empresa, até março de 2021, aquando da nomeação dos novos Órgãos Sociais, nomeadamente:

- i. Racionalização dos Custos Operacionais;
- ii. Consolidação da estrutura financeira da sociedade e o aumento da capacidade de remuneração do acionista;
- iii. Aumento da vida útil dos seus Ativos e sua rentabilização comercial;
- iv. Promover a eficácia e a eficiência da atuação da sociedade através da racionalização dos processos de desenvolvimento dos negócios e da estrutura orgânica da sociedade tendo em vista garantir a contenção dos custos operacionais e a sua adequação à dimensão e ao perfil dos negócios;
- v. Operacionalização de parcerias e protocolos de colaboração.

Do mesmo modo, a MARL, SA, procurou implementar os eixos constantes do Plano Estratégico do Grupo SIMAB 2017-2021: (i) crescer sustentadamente e criar valor; (ii) atrair a logística e distribuição moderna; desenvolver a área de prestação de serviços; (iii) afirmar a imagem institucional e (iv) assegurar a valorização dos Recursos Humanos.

Neste enquadramento, a MARL, SA preconizou uma estratégia de consolidação e incremento da sua atividade com o enfoque numa dinâmica comercial que permitiu o aumento de rendimentos. Simultaneamente, realizou investimentos centrados no aumento da vida útil dos seus bens e procurou rentabilizar comercialmente todos os seus ativos, incluindo os não estratégicos.

A par disso, preconizou uma gestão focada no equilíbrio entre a racionalização dos gastos operacionais e a manutenção do nível de qualidade de serviço prestado por forma a tornar/manter o mercado atrativo, perante o aumento da concorrência. Sendo este um equilíbrio exigente, deve ser alcançado a bem da rentabilidade futura.

Em simultâneo, manteve a estratégia de recuperação financeira de modo a permitir a redução dos encargos financeiros, libertando fundos para fazer os investimentos necessários, nomeadamente ao nível da reposição da capacidade produtiva dos ativos, da eficiência de recursos, da evolução tecnológica e das necessidades de expansão.

Em linha com a política do Grupo SIMAB, a empresa desenvolveu um relacionamento institucional construtivo e dialogante com todos os *stakeholders*, promovendo parcerias, com vista à dinamização das suas atividades e à criação de valor.

No âmbito da sua missão, a MARL, SA desenvolveu, continuamente, diversas ações nos seguintes domínios:

- Acompanhar a evolução e o progresso tecnológico do setor alimentar;
- Garantir aos seus clientes a existência das necessárias condições de qualidade, higiene e segurança alimentares;
- Garantir a permanente adequabilidade dos serviços que presta às necessidades dos operadores e do Mercado em geral;
- Participação ativa nos Projetos de Responsabilidade Social, com destaque para o Programa 5 Ao Dia.

Tendo igualmente em consideração os seguintes princípios orientadores:

- Cumprimento com os princípios de divulgação transparente de divulgação transparente de informação;
- Adoção das melhores práticas de gestão e dos princípios de bom governo das empresas públicas;
- Uma gestão em que os princípios éticos e deontológicos tratam com equidade todos os *stakeholders*;
- Prevenção de todas as situações de corrupção e de potenciais conflitos de interesse;
- Melhores práticas de gestão de recursos humanos e de promoção de igualdade de género;
- Cultura organizacional pautada por valores de responsabilidade social e ambiental.

Tendo sido eleito um novo Conselho de Administração, no final do mês de março, foram emanadas pelo acionista as seguintes orientações estratégicas, que passaram a presidir a atividade do Grupo SIMAB, a partir dessa data:

A Deliberação Unânime por Escrito de 23 de março de 2021, com a eleição do Conselho de Administração da Holding SIMAB, SA, solicitava a apresentação de uma proposta de objetivos, indicadores e metas, que constituiria a base dos contratos de gestão a celebrar, também decorrentes do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (DL 71/2007, de 27 de Março), sendo os principais de seguida sintetizados:

- a) Desenvolver as ações necessárias de modo a garantir a evolução do modelo de negócio da SIMAB, em termos que:
1. Garantam o cumprimento de serviço público;
 2. Assegurem a rentabilidade económica e financeira da empresa;
 3. Preservem os valores ao nível de segurança e garantia de saúde pública do mercado abastecedor, nomeadamente no contexto da pandemia COVID-19.

- b) Promover a eficácia e eficiência da SIMAB, com racionalização do seu desenvolvimento de negócio e da sua orgânica, garantindo a contenção de custos operacionais e adequação à dimensão e perfil de negócios.
- c) Promover a consolidação da estrutura financeira da Sociedade, preservando a remuneração do capital acionista.

Conforme solicitado, foi enviado no prazo definido de 45 dias, para ser alvo de concertação, uma proposta de objetivos, indicadores e metas, com vista à celebração do referido contrato de gestão.

No seguimento dos posteriores contatos, contributos e reuniões de trabalho, foi reenviado o documento revisto. Aguardando-se da parte da Acionista decisão sobre o mesmo, razão pela qual ainda não é possível de ser vertida neste documento, tal proposta relativa ao Contrato de Gestão, salientando-se contudo a existência e o prosseguimento de um Plano Estratégico

Pelo acima exposto, não existiram, em 2021, objetivos em vigor ao abrigo de Contratos de Gestão, aguardando-se, à data da elaboração do presente documento, o resultado da apreciação da proposta de objetivos e indicadores a constar nos Contratos de Gestão dos membros do CA para o atual mandato, os quais, uma vez aprovados, passarão a ser regularmente acompanhados.

3.4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conforme referido anteriormente, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

Neste enquadramento e alinhadas com as orientações estratégicas do acionista foram estabelecidos cinco objetivos estratégicos que, pretende-se, garantirão a sustentabilidade da atividade da empresa e a criação de valor a longo prazo:

1 | CRESCER & DIVERSIFICAR NA OFERTA

[Desenvolver sustentadamente a missão pública com foco no mercado nacional]

A integração no setor empresarial do Estado impõe ao grupo SIMAB uma responsabilidade acrescida para garantir a total observância da sua missão pública, em estreito alinhamento com as prioridades de política pública do país. No contexto atual em que Portugal se encontra devido aos grandes desafios internos provocados pela crise pandémica que assola o mundo, a prioridade de atuação do grupo terá como foco o mercado nacional, procurando em todos os momentos corresponder às necessidades internas, de forma a contribuir para a resiliência de Portugal. A melhoria e alargamento dos serviços internos de apoio aos mercados abastecedores e externos e de apoio aos mercados municipais são fundamentais para garantir a qualidade de serviço, atratividade dos mercados e acrescentar valor aos seus clientes.

2 | MODERNIZAR ATIVOS

[Fortalecer infraestruturas operacionais e tecnológicas]

A capacidade do grupo SIMAB - promover a prestação da sua exigente missão pública - está dependente da boa operacionalidade das suas infraestruturas. Garantir estruturas modernas, funcionais e seguras é condição obrigatória para acompanhar o nível de exigência e expectativa dos operadores e

restantes *stakeholders* dos mercados. Por outro lado, permite ainda assegurar as elevadas taxas de ocupação dos espaços, garantir a segurança dos seus utilizadores e melhorar a eficiência na gestão dos ativos. O contexto da crise pandémica veio reforçar a importância da resiliência das infraestruturas para minimizar efeitos negativos no funcionamento dos mercados e na prestação do seu serviço à sociedade. Os próximos anos serão marcados pelo aceleração da transição digital em todos os setores de atividade, pelo que o grupo SIMAB terá de corresponder aos desafios deste contexto, nomeadamente assegurando que a infraestrutura tecnológica acompanhe todos os requisitos impostos pelos seus clientes e *stakeholders*.

3 | REFORÇAR A EFICIÊNCIA & PROCESSOS

[Acelerar sustentabilidade económica e financeira e operar transição digital interna]

A melhoria da sustentabilidade económica e financeira é condição obrigatória e essencial em qualquer contexto empresarial, pelo que constituirá uma prioridade que terá de ser ainda mais reforçada nos próximos anos face aos potenciais efeitos económicos ainda incertos que poderão surgir derivado ao contexto da pandemia da COVID-19. Por outro lado, o ambiente imprevisível, desconhecido e complexo que caracteriza hoje em dia o ambiente de negócios, obriga a que o grupo SIMAB consiga desenvolver agilidade estrutural de forma a corresponder com níveis de prontidão superiores a todas as exigências com que será confrontado no cumprimento da sua missão. Neste contexto, é fundamental investir na resiliência do seu modelo organizacional e funcional.

4 | REFORÇAR A ATUAÇÃO DOS RH

[Dinamizar competências com impacto na capacidade operacional para minimizar carências de RH]

O grupo SIMAB continua a atuar num contexto marcado pela forte escassez de recursos humanos, por um lado, e, por outro lado, o elevado grau de relevância e impacto da sua missão pública para a economia à escala nacional. Estamos conscientes da importância, ambição e desafio deste objetivo. Só uma estrutura de RH adequada e capacitada poderá enfrentar com responsabilidade os desígnios da sua missão. O alinhamento das equipas com os objetivos estratégicos e estratégias dos próximos anos, o reforço de uma gestão orientada para resultados ambiciosos e o desenvolvimento de uma cultura proativa e de elevada prontidão assumirão um papel ainda mais importante no contexto atual.

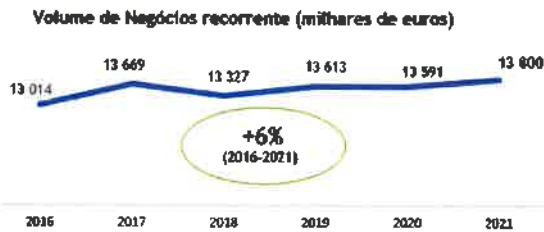
5 | CONTRIBUIR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

[Adicionar valor às políticas públicas através da articulação de *stakeholders* & meios]

No contexto desafiante que irá marcar a nossa sociedade e o ambiente empresarial nos próximos anos, as políticas públicas necessitam de estar apoiadas numa abordagem colaborativa e proativa por parte de todos os seus *stakeholders*. Assegurar uma relação próxima, construtiva e estratégica com *stakeholders*-chave, será crucial para alavancar o impacto do valor acrescentado das políticas públicas. O cumprimento da missão pública do grupo SIMAB não se pode esgotar apenas na boa gestão do funcionamento dos mercados, pelo que o grupo pretende assumir uma postura ativa e dinamizadora nas suas obrigações em matérias de responsabilidade social e ambiental, requeridas numa política de elevado compromisso com o desenvolvimento sustentável em todas as suas vertentes.

4. SÍNTESE DE INDICADORES

INDICADORES OPERACIONAIS					
2000 21 anos em funcionamento	208 M€	101 ha	840	93%	34%
Data de início atividade	Investimento até a data	Área total	Operadores	Taxa Ocupação	RRR (Reciclagem/Recuperação/ Resíduos)
INDICADORES FINANCEIROS					
13,8 M€	10,3 M€	72%	4,9 M€	6,3%	35%
Volume de Negócios	EBITDA recorrente	Margem EBITDA	Resultados Líquidos	RCP	Rácio de Endividamento



* Expurgado do impacto de teste de imparidade de ativos fixos



* Expurgado do impacto de teste de imparidade de ativos fixos



5. ATIVIDADE DA EMPRESA

4.1. PARCERIAS INSTITUCIONAIS E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO

PARCERIAS – Preconizando uma política de promoção do desenvolvimento e crescimento dos seus clientes e no âmbito da Investigação & Desenvolvimento e Inovação, a MARL, SA esteve envolvida em diversas parcerias.

Loures INOVA - Mais de duas dezenas de empresas, associações, universidades e instituições financeiras associaram-se para constituir a Associação para a Inovação e Capacitação Empresarial – Loures Inova, apresentada publicamente na sua vertente de incubadora a 29 de junho de 2017.

Objetivos: potenciar a competitividade das empresas através da oferta de serviços de apoio empresarial, apostando na Inovação como fator diferenciador nos mercados em que atua.

A Loures Inova regista atualmente mais de 60 parceiros, públicos e privados, entre os quais se encontram algumas das maiores referências do mercado agroalimentar e da logística nacional.

Ao instalar-se num parque empresarial com características de “cluster”, como é o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, a Loures Inova integrou-se num ambiente privilegiado para o crescimento de projetos empreendedores. Hoje, com uma área em implementação de cerca de mil m², o potencial é ainda maior para o futuro, com a inauguração do Food LAB prevista para 2022.

O **FOOD-LAB** é a resposta para esta necessidade, permitindo diferentes formatos de utilização de cozinhas industriais, tanto numa fase de prova de conceito, como de produção inicial, quer de arranque de comercialização em escala, funcionando como um suporte ao arranque de projetos, quer pela facilitação logística, quer pela partilha do acesso a espaços licenciados para a produção agroalimentar em contexto industrial.

A aprovação de uma candidatura ao PORLISBOA, submetida pela Câmara Municipal de Loures, com o projeto FOOD-LAB, financiará o equipamento necessário à cozinha. A MARL, no âmbito do Acordo de Colaboração formalizado em 29 de julho 2017, disponibilizou um espaço com cerca de 400 m² para a instalação do FOOD-LAB.

Ainda no âmbito do contrato formalizado, em 2019, com a Câmara Municipal de Loures, disponibilizou ainda o espaço comercial N00 208-GEC8, com uma área de 300 m², localizado no Núcleo Administrativo e Comercial do Mercado, área remodelada pela MARL e que deu origem a três espaços independentes com cerca de 100 m², para a instalação da Escola Profissional de Loures – IPTRANS e de um simulador de camiões, uma sala de formação e uma loja showroom de produtos - INOVA NO MERCADO - destinada à promoção das marcas nacionais de produtos agroalimentares.

Em 2021, o Loures Inova recebeu 16 novas candidaturas que originaram 8 projetos de incubação. Acompanhou um total de 54 projetos, dos quais 45 ainda se encontram ativos.

Já no último trimestre de 2021, o Loures Inova lançou a 4ª edição do Programa de Aceleração GO MARKET, para o qual foram selecionados 18 start-ups. Este programa de aceleração de empresas pretende impulsionar o empreendedorismo e a inovação para os clusters agroalimentar e logística, visando o desenvolvimento e validação de novos conceitos de negócios apresentados por empreendedores, startups ou pequenas empresas nos respetivos sectores de atividade. A 1ª



sessão foi presencial e teve lugar no Auditório da MARL, estando prevista a sessão de encerramento para janeiro de 2022.

Ao longo de 2021, ainda sujeito aos constrangimentos decorrentes da Pandemia COVID -19, o Loures Inova desenvolveu dois ciclos de formação, em formato online, com as Escola de Hotelaria e Formação Profissional da Póvoa de Santa Iria, no qual participaram 34 alunos. Realizou também estágios profissionais aos alunos da Escola Profissional de Salva Terra Magos, da Escola de Hotelaria e Formação Profissional da Póvoa de Santa Iria e do Iprans, o que incluiu um total de 28 alunos.

Pelo exposto, a Loures Inova insere-se na estratégia da MARL, SA, apostando no desenvolvimento das empresas já instaladas no Mercado, mas também no apoio de novas empresas, produtos e serviços que possam impulsionar o crescimento do setor agroalimentar e da logística, em linha com as mais modernas tendências dos Mercados Abastecedores mundiais.

Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia (A2S) - A MARL, SA colabora, na qualidade de associada, com a Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia (A2S), formalmente constituída em janeiro de 2015.

A2S é uma associação sem fins lucrativos e tem como finalidade a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da região saloia; a implementação e gestão de projetos e programas nacionais, da União Europeia ou cofinanciados, por forma a dar resposta aos desafios e objetivos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local preconizada para o território onde se insere (Loures, Mafra e Sintra).

Devido à situação de pandemia COVID-19, o ano de 2021 foi um ano de trabalho particularmente difícil, mas, apesar dos constrangimentos, foi possível realizar a maioria das atividades previstas.

A equipa da A2S viu-se obrigada a desempenhar as suas funções em regime de teletrabalho, na maior parte do ano, porém, continuaram a organizar-se atendimentos, sessões de divulgação e de monitorização de projetos, sobretudo através de videoconferência.

Contudo, importa assinalar que a implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) contratualizadas para o período 2014-2020 superou as expectativas e que as verbas alocadas por fundo foram reforçadas, nomeadamente, no caso GAL rural, em particular no que se refere aos fundos FEADER e FSE. No que se refere ao GAL rural, foram recebidas 273 candidaturas das quais 178 foram aprovadas. A taxa de compromisso corresponde a 137% e a taxa de execução corresponde a 39%.

Em dezembro de 2021, a MARL participou no 3ª Meeting Agricultura Biológica em Loures.

Esta iniciativa foi organizada pela Câmara Municipal de Loures, em parceria com a AGROBIO, teve como objetivo refletir e discutir sobre as oportunidades e desafios da reconversão para o modo de produção biológico, bem como partilhar boas-práticas com produtores locais e com diferentes entidades interessadas, considerando o enquadramento da política europeia e nacional para o setor. Este encontro contou com a presença de com a participação de alguns produtores da



região que operam em modo exclusivamente biológico e que partilharam as suas experiências e boas práticas utilizadas na produção.

A sessão contou também com a presença de diversos especialistas e entidades oficiais, como a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), a AGROBIO, a Agro-Sanus, a Rede Rural Nacional, a Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia Loures (A2S), a Inova, o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa e a Confederação Portuguesa de Micro, Pequenas e Médias Empresas.

“**Portugal Fresh**” - A MARL, SA manteve o protocolo de colaboração com a Portugal Fresh, associação que tem como finalidade promover a fruta, legumes e flores de Portugal, nacional e internacionalmente. Esta parceria pretende facilitar o acesso dos clientes da MARL, SA (operadores), a plataformas setoriais e detentoras do “know-how” necessário para o crescimento e expansão das empresas.

Associações Representantes dos Clientes (Operadores) – Para facilitar o acesso dos seus clientes (operadores) às associações que os representam, a MARL, SA disponibilizou-lhes espaço para o desenvolvimento de atividades, sempre com o propósito comum de defesa e harmonização dos respetivos interesses. No MARL, estão presentes associações de vários setores, designadamente a ASSOMARL – Associação dos Operadores de Frutas do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, ANAEF – Associação Portuguesa dos Grossistas de Hortofrutícolas, e a ALIF - Associação da Indústria Alimentar pelo Frio, com as quais a MARL, SA comunica e consulta, com objetivo de que a sua ação esteja alinhada com os interesses e preocupações dos seus clientes.

Ensino Profissional – No âmbito do Protocolo de colaboração entre o Grupo SIMAB e a Associação para o Ensino Profissional em Transportes e Logística, que tutela o Instituto Profissional de Transportes (IPTrans), e como membro do conselho pedagógico sediado em Loures, estabeleceram, em 2019, um protocolo de colaboração em que identificam as áreas de convergência de interesses e em que enunciam os contributos de cada uma das entidades para a sua prossecução.

Assim, a MARL, SA, enquanto empresa do Grupo SIMAB com relação geográfica mais próxima, comprometeu-se a apoiar a AEPTL/IPTRANS em matérias como o «encaminhamento de alunos para estágios curriculares», «visitas de estudo e aulas práticas», «identificação de formadores», «encaminhamento de adultos para RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) e para formação profissional», este último «sem prejuízo dos seus próprios objetivos nesta matéria, nomeadamente no âmbito da Academia SIMAB».

Já o IPTrans obriga-se a trabalhar de forma sistemática com a SIMAB em matéria de encaminhamento dos seus alunos para estágios curriculares em todos os mercados abastecedores do Grupo (MARL, MARB, MARÉ e MARF) ou nas empresas aí instaladas.

Estes estágios são destinados aos alunos dos cursos básicos de educação/formação de “Operador de Logística” e de “Operador de Informática” e dos cursos profissionais de “Técnico de Transportes”, “Técnico de Logística” e “Técnico de Informática de Gestão”.

No âmbito do RVCC, o IPTrans poderá sugerir para estágio nas empresas do Grupo SIMAB e nas dos seus clientes os alunos a frequentar os cursos de “Operador de Logística” e de “Técnico de Logística”.

O IPTrans é uma escola profissional sediada em Loures, que surgiu a pensar na qualificação das pessoas para o setor dos transportes. Criado em 1993, tem procurado responder, ao longo dos anos, às necessidades da sua envolvente social e económica, oferecendo cursos noutras áreas que não apenas a dos transportes, de dupla certificação, escolar e profissional.

4.2. ÁREA COMERCIAL

A atividade comercial, em 2021, ainda foi marcada pela pandemia COVID-19. O MARL manteve-se em pleno funcionamento e revelou-se um elo essencial na cadeia de abastecimentos de produtos agroalimentares, através das empresas que desenvolvem atividade no Mercado e que responderam ao significativo aumento da procura, por parte do comércio a retalho de proximidade, assim como da moderna distribuição.

As empresas grossistas de hortofrutícolas apresentaram, na generalidade, maior resiliência, tendo, em muitos casos, havido mesmo um aumento do seu volume de negócios, pelo facto de os seus compradores, designadamente os formatos tradicionais de comércio, isto é, operadores de mercados municipais, mercearias, frutarias e minimercados, mas também os hipermercados e supermercados, terem visto, como sempre identificámos, a procura aumentar e, igualmente, em virtude do aumento do comércio *online*, da entrega ao domicílio e do aumento das encomendas através das redes sociais e mesmo telefónicas, para os quais muitas reorientaram parte da sua atividade.

Verificou-se ao longo de 2021, a retoma da atividade das empresas grossistas de hortofrutícolas que se dedicam ao fornecimento de empresas do Canal HORECA, escolas, catering e a nichos de mercado como o da aviação. A evolução comercial foi positiva, tendo permitido a renovação do contrato de utilização para uma área de 484m² com um operador que se dedica ao fornecimento de empresas de catering e ainda a formalização de 4 contratos com pagamento de taxa de acesso.

A atividade das empresas de pescado, fortemente impactada nos primeiros meses da Pandemia COVID – 19, devido ao encerramento dos restaurantes e similares, continuou a recuperar da acentuada quebra na procura, de forma muito positiva, o que se traduziu na renovação todos os contrato que terminavam em 2021 e ainda a formalização de 5 novos contratos.

Um dos sectores mais afetado pela Pandemia COVID 19 foi o das flores e plantas ornamentais, este setor, muito fragilizado pela queda abrupta do consumo, ainda não demonstrou retoma, mantendo-se a tendência para a diminuição do número de operadores - verificaram-se 3 rescisão contratuais.

Destaque para o facto de dos 14 Acordos de Pagamento, realizados no âmbito da Pandemia COVID – 19, apenas se manterem ainda em vigor 2, o que demonstra a resiliência das empresas instaladas no Mercado, que souberam reorganizar-se perante as adversidades colocadas pela Pandemia.

GRANDES CLIENTES / OUTRAS ÁREAS – 2021 foi um ano relevante na consolidação e expansão da atividade de empresas instaladas no MARL. A logística e os transportes continuaram a revelar-se fatores determinantes para o desenvolvimento das transações comerciais. Por seu turno, a localização privilegiada do MARL (fácil acesso aos principais eixos rodoviários do país, proximidade ao Aeroporto de Lisboa e aos principais portos marítimos nacionais) impõe-se como fator diferenciador para as empresas de transporte e de logística. No início do primeiro trimestre foram renovados os contratos com um operador logístico, já instalado no Mercado, o que possibilitou a expansão da atividade para uma área adicional de 650m². e com uma empresa que se dedica ao desenvolvimento, produção e comercialização de brinquedos, que está instalada no MARL desde 2015.

Foi ainda formalizado um novo contrato com uma empresa pertencente a um dos maiores grupos nacionais de transporte e logística, para um lote de terreno com uma área de cerca de 7.500m², o que irá possibilitar a construção de um novo entreposto de logística com 5.000m², cujo investimento é na totalidade suportado pelo privado.

Em 2021, foi ainda contratualizado um espaço de cerca de 300m², localizado no NAC (Núcleo Administrativo e Comercial). Ao longo do ano, foram desenvolvidos vários contactos comerciais com vista à comercialização das áreas que ainda se encontram disponíveis. Houve manifestação de interesse por parte de algumas empresas na eventual contratualização do espaço de 4.000m²,

localizado no piso 1 do NAC, estando ainda a decorrer negociações que acreditamos poder ser concluídas com sucesso em 2022.

SETOR HORTOFRUTÍCOLA (PLATAFORMA DOS ÁLAMOS) – O setor do comércio hortofrutícola é o que regista uma atividade de maior dinamismo no MARL, mantendo uma taxa de ocupação de quase 100% e refletindo, assim, a dinâmica das empresas instaladas nos respetivos pavilhões, onde se verifica a absorção de espaços através da cedência de posição contratual. Em 2021 foram formalizadas 21 cessões de posição, 8 novos contratos, 4 dos quais foram celebrados em regime de concessão a 10 e 5 anos.

A organização e distribuição física dos pavilhões, por dimensão e tipologia (entrepósitos, grossistas, médios grossistas e produtores), facilitam uma maior e mais pormenorizada monitorização das atividades dos clientes da MARL, SA, deixando perceber as carências e dificuldades de cada um dos grupos, independentemente da sua dimensão ou especificidade.

A este propósito, são notórias as sinergias nas trocas comerciais entre operadores de diferentes dimensões, relevando-se o facto dos grossistas a operar no mercado internacional - que se especializaram, entretanto, na importação de produtos hortofrutícolas mais específicos - efetuarem as suas trocas comerciais com médios grossistas igualmente instalados no MARL, que posteriormente os transacionam para o retalho.

As rescisões verificadas nos pavilhões de venda do setor hortofrutícola foram pontuais e a elevada procura permitiu a quase imediata contratualização dos mesmos. Das 5 rescisões contratuais, apenas duas ocorreram de forma unilateral, sendo que apenas em uma situação não foi possível recuperar a dívida referente ao incumprimento do contrato.

Quanto ao pavilhão A10, destinado aos pequenos grossistas, composto por 188 espaços de 17m², é caracterizado por uma ocupação de pequenas e microempresas, ou mesmo por empresários em nome individual, sendo alguns deles produtores agrícolas. Durante o ano em apreço, foram celebrados 3 contratos de utilização, um dos quais com o pagamento de taxa de acesso, e 6 cedências de posição.

No que diz respeito ao Pavilhão dos Produtores (A03), registaram-se 268 inscrições de produtores, tendo-se verificado uma diminuição do número de inscritos em relação ao ano anterior - menos 5. Este é um pavilhão muito visitado pelos utentes do Mercado, onde se efetua a venda direta produtor/comprador, em espaços de 3 m², de acordo com diferentes modalidades de reserva: mensal, alguns dias ao mês e diária.

Neste setor, salienta-se ainda a ocupação de três entrepostos (A09, A11 e A12) por empresas importadoras/exportadoras, de logística e transportes de produtos hortofrutícolas.

SETOR DO PESCADO E POLIVALENTE (PLATAFORMA DO ROUCO) – O pavilhão do pescado (R07) do MARL é a única infraestrutura do país com número de controlo veterinário e licença sanitária, a par de outros serviços de apoio às transações dos grossistas, nomeadamente câmaras de frio e gelo laminado, o que representa uma mais-valia para as empresas do setor, a quem se impõem exigências higio-sanitárias cada vez mais preponderantes na comercialização de pescado fresco.

A taxa de ocupação deste pavilhão teve uma ligeira subida, tendo sido formalizados 6 contratos novos e 3 renovações. Em 2021, três empresas cresceram em área aumentando dessa forma o espaço de venda. Como aspeto negativo deste exercício no Pavilhão do Pescado a rescisão antecipada de 3 contratos, decorrente das dificuldades económicas dos operadores.

A quantidade de pescado fresco que entra no MARL e que se destina à grande distribuição é hoje assaz significativa, mas este canal é cada vez mais seletivo na escolha que faz dos fornecedores. Os grossistas, pela sua dimensão, desenvolveram, entretanto, uma dinâmica de transações em grande

quantidade e qualidade, o que lhes possibilita a aposta em clientes de maior dimensão (grandes superfícies, exportações, e outros grupos de grande e média dimensão).

O **Pavilhão Polivalente** registou uma taxa de ocupação de 95%. Terminamos 2021 com 3 espaços disponíveis para contratualização, sendo que decorrem negociações com vista à sua ocupação, que devem estar concluídas no 1º trimestre de 2022. Este pavilhão funciona essencialmente como entreposto, no qual desenvolvem atividade empresas de diversos setores de atividade.

No segundo semestre foi renovado o contrato de utilização para uma área de 484m², com uma empresa que se dedica a transformação de hortícolas (4ª gama). Foram formalizados 3 novos contratos. De salientar a contratualização de uma área de 726m² para central de compras de produtos hortofrutícolas. Os outros dois espaços foram ocupados por uma empresa da área da logística e transportes, que já desenvolvia atividade no Mercado de Faro, e por uma empresa de distribuição de produtos alimentares da Beira Baixa. Estas contratualizações foram potenciadas pelas 5 rescisões contratuais verificadas em 2021.

SETOR DAS FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS – Um dos setores mais afetado pela Pandemia COVID-19 foi o das flores e plantas ornamentais. Este setor, muito fragilizado pela queda abrupta do consumo, ainda não retomou os seus níveis de atividade, mantendo-se a tendência para a diminuição do número de operadores. Este ano verificaram-se 3 rescisões contratuais - 1 boxe e dois espaços. Tal como ocorrido em 2020, uma das empresas instalada numa boxe de 39,2m², por questões de reorganização interna decorrentes de dificuldade financeiras, solicitou a transferência para um espaço de menor dimensão (16,7m²). Apesar de alguma recuperação do consumo, a atividade dos grossistas de flor de corte e plantas ornamentais manteve-se ténue. O que tem motivado reflexão, ao nível da Direção Comercial, sobre a evolução do pavilhão e do setor.

TAXA DE OCUPAÇÃO – O quadro seguinte apresenta as taxas de ocupação dos pavilhões principais do MARL a 31 de dezembro de 2021:

Ocupação dos Pavilhões

Pavilhão	Nº Espaços			Tx Ocup 31/12/21	
	Total	Ocupados 31/12/2020	Ocupados 31/12/2021		Disponíveis
Pavilhões Principais - Plataforma dos Álamos					
A01	72	70	71	1	99%
A04	72	71	71	1	99%
A05	36	36	36	0	100%
A06	72	72	72	0	100%
A07	36	36	36	0	100%
A08	72	70	72	0	100%
A10	188	188	188	0	100%
A11	4	4	4	0	100%
Pavilhões Principais - Plataforma do Rouco					
R02	92	70	66	26	72%
R04	60	59	57	3	95%
R07	120	102	104	16	87%

4.3. MARKETING INSTITUCIONAL

As ações de marketing institucional associadas ao funcionamento quotidiano do MARL – assentes na informação, divulgação e promoção do Mercado Abastecedor e dos seus operadores e clientes – visam, no essencial, (i) acrescer a proximidade de relação da MARL, SA com os seus clientes e restantes *stakeholders*; (ii) reforçar a atividade comercial, socioeconómica e ambiental da empresa; e, (iii) aumentar a notoriedade e *goodwill* do MARL enquanto equipamento público e plataforma de referência na cadeia agroalimentar e no sistema logístico, a nível nacional e internacional (produção, transformação, comercialização e distribuição).

Em 2021 foi dada continuidade à implementação do modelo de marketing institucional da MARL, SA, resultado das linhas de orientação estabelecidas no âmbito do plano estratégico do Grupo SIMAB (2017-2021) e declinado, em particular, para iniciativas de comunicação do MARL.

Em termos de atividade de marketing institucional, destacaram-se ações nos domínios da identidade gráfica corporativa; comunicação *above* e *below the line* – televisão, rádio, imprensa escrita, sítio Institucional, redes sociais; e, plataforma automática de marketing.



Neste âmbito há a destacar os seguintes momentos:

- **Identidade gráfica corporativa**

Em 2021, e em função de ter terminado o período de registo da marca junto do INPI, iniciou-se o processo de renovação desse mesmo registo - denominação e logotipo -, bem como procedeu-se à atualização do diretório físico do Mercado e à produção de cartaz de exterior para afixação no recinto.

- **Eventos**

O Grupo SIMAB participou na *Fruit Attraction* em Madrid, outubro de 2021, integrada no stand da entidade Portugal Fresh, no âmbito da promoção e divulgação dos Mercados Abastecedores portugueses. Nesta feira estiveram presentes 1.300 empresas ligadas ao sector de 43 países.

- **Vídeos promocionais**

No âmbito das ações preconizadas no 'Plano de Comunicação para 2021', visou-se, à semelhança do trabalho realizado aquando da celebração dos 20 anos do MARL, produzir para os quatro Mercados Abastecedores do Grupo vídeos-testemunho (sonorizados com a duração máxima de um minuto), bem como proceder à recolha de imagens aéreas destes Mercados, de modo a constituir um banco de vídeos e imagens que permita uma adequada divulgação institucional dos Mercados Abastecedores, quer nos meios fixos de comunicação institucional (como apresentações, painéis, publicações, etc.), quer nos diversos canais digitais do Grupo SIMAB.

No MARL foram produzidos quinze filmes, sendo que um deles destina-se a promover o Mercado como um todo e mais catorze com testemunhos diretos dos operadores. A divulgação e difusão pública deste trabalho será realizada em 2022.

- **Imprensa escrita**

Realizou-se uma parceria com a empresa SC Media, responsável pela publicação 'Supply Chain Management' (edição física e digital), com vista a divulgar o Grupo SIMAB e os seus Mercados – também o MARL - num meio de comunicação cujo posicionamento B2B é direcionado para os profissionais que desempenham as suas funções nas cadeias logísticas de abastecimento alimentar e não alimentar.



SUPPLY CHAIN
MAGAZINE

NOTÍCIAS ▾ REVISTA ▾ NEWSLETTERS ▾ MULTIMÉDIA ▾



Jan 18, 2021

**MERCADOS
ABASTECEDORES MANTÊM
A ACTIVIDADE DURANTE O
CONFINAMENTO**

- **Rádio**

Foi dada continuidade à parceria com a rádio Horizonte FM, tendo em conta a receptividade que se tem obtido junto dos operadores e público em geral com a emissão de spots promocionais para promover o Mercado Abastecedor e incentivar a compra no MARL.

A emissora Horizonte FM está posicionada como uma das principais estações de rádio na área metropolitana de Lisboa, preferida por pessoas com idades entre os 28 e os 54 anos.

- **Redes sociais**

Neste domínio, continuou o reforço da comunicação através das redes sociais, tomando mais dinâmicas as páginas do MARL no "Facebook" e "LinkedIn", através da definição de uma linha gráfica própria de comunicação.

Além da divulgação de participações em eventos, procedeu-se à emissão de peças promocionais do Mercado, inserções em datas festivas ou alusivas a datas especiais, notícias da União Mundial de Mercados Abastecedores (WUWM), bem como informações da Direção-Geral da Saúde no combate à pandemia da COVID-19.

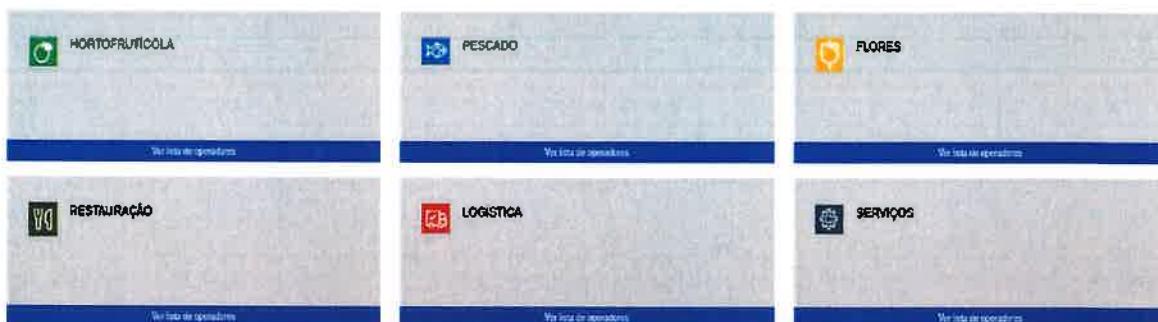


- **Sítio (site)**

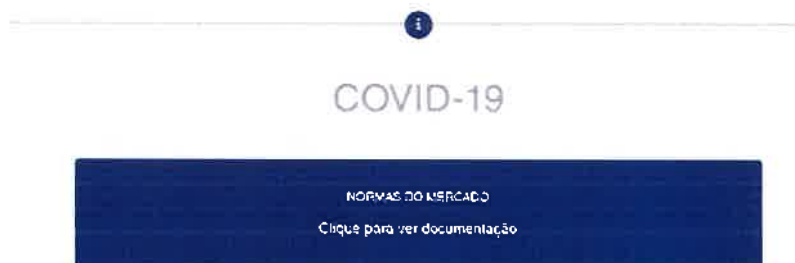
Ao longo do ano foram sendo atualizadas no sítio do MARL as informações sobre notícias do Mercado e do Grupo, bem como sobre o diretório interno, onde se pode encontrar informação sistematizada sobre cada um dos operadores que se encontram instalados neste Mercado Abastecedor.

[Handwritten signature]

Setores de Atividade



Tendo em conta o contexto de pandemia vivido nos últimos dois anos, optou-se por também divulgar no sítio do MARL as medidas de prevenção adotadas pela entidade gestora do Mercado, de modo minimizar o perigo de contágio dentro do recinto e seguir as indicações preconizadas pela DGS.



• **Campanha “Portugal Sou Eu”**

O Grupo SIMAB e o órgão operacional da campanha nacional “Portugal Sou Eu”, coordenado pelo IAPMEI, mantiveram o protocolo de colaboração que prevê, no essencial, a adesão das empresas do Grupo – entre as quais a MARL, SA - ao programa “Portugal Sou Eu”, bem como a promoção e difusão conjuntas das iniciativas a levar a cabo no quadro desta campanha promocional de apoio à economia de base nacional.



Em 2021, e neste contexto, o Grupo SIMAB – onde se integra a MARL, SA também neste domínio de marketing institucional - recebeu distinção do “Portugal Sou Eu”, como a primeira empresa aderente na categoria de serviços.

4.4. ÁREA OPERACIONAL

A MARL, SA, responsável pela gestão do Mercado, da plataforma logística e de todas as suas infraestruturas, requer um bom funcionamento das suas áreas de suporte fundamentais, que vão desde a manutenção de edifícios e equipamentos, limpeza e recolha de resíduos, vigilância e segurança, cobertura do risco da atividade operacional e a todas as outras prestações de serviços complementares.

Ao nível do MARL, desde o início da pandemia que, para assegurar o bom funcionamento do Mercado, foi necessário introduzir serviços complementares nas prestações de serviços existentes, nomeadamente na limpeza interior, exterior e segurança. Assim, sendo necessário, em 2021, proceder ao lançamento de concursos públicos internacionais para a seleção dos prestadores de serviços, e uma vez que os serviços complementares anteriormente contratados vieram melhorar, globalmente, a operação do Mercado, foi realizado um esforço para introduzir esses mesmos serviços nos novos contratos com os prestadores de serviços, como atividades correntes.

Ainda quanto aos prestadores de serviços, mantiveram-se os de limpeza exterior e da manutenção. Ao nível da limpeza interior, a Iberlim substitui a Climex. A escolha do prestador de serviços de segurança e vigilância ainda não se encontra finalizada, estimando-se a conclusão do procedimento pré-contratual até março de 2022.

RESÍDUOS SÓLIDOS - No âmbito do acompanhamento da execução do contrato celebrado com prestador de serviços de limpeza exterior e remoção de resíduos sólidos, consolidaram-se os valores de reciclagem/valorização no Mercado, alcançando-se uma taxa global de cerca de 34%, duplicando, desta forma, o valor atingido no ano anterior, que foi de aproximadamente 17%. Este resultado foi alcançado quer pela consolidação da rota de orgânicos, quer pelo do funcionamento da Eco Área.

Perspetivando novas iniciativas que permitam o aumento da taxa de reciclagem face a 2021, foram ainda adquiridos novos contentores que possibilitem a separação de lixo de forma diferenciada pelos operadores do Mercado, assim como se deu início ao processo de aquisição de Eco Boxes, sendo estas especialmente destinadas à restauração instalada no MARL.

De referir, ainda, que prosseguiu o contrato com uma entidade, para utilização de uma boxe no pavilhão do pescado, tendo em vista proceder à recolha da esferovite produzida pelos operadores e compradores durante o horário de venda do pavilhão.

Tal medida permitiu recolher, diretamente, cerca de 57 toneladas de esferovite, diminuindo substancialmente o esforço de limpeza desta área do MARL.

Em 2021, foi também estabelecido um protocolo com a ERP Portugal - Associação Gestora de Resíduos, por forma a serem instalados novos pontos de recolha de material elétrico e pilhas no Mercado, sendo estes resíduos recolhidos de forma gratuita e devidamente encaminhados para tratamento.

Complementarmente, iniciou-se também a recolha seletiva no Edifício do Núcleo Administrativo Central

As medidas introduzidas e as taxas de valorização alcançadas têm também permitido um impacto significativo na vertente financeira associada à gestão de resíduos, reduzindo o impacto do aumento das tarifas de entrega da fração zero.

SEGURANÇA - No sentido de considerar a assegurar o normal funcionamento do MARL num contexto de pandemia, e considerando também as externalidades positivas que advieram dos

serviços contratados, manteve-se o reforço do número de elementos afetos à equipa de segurança, assim como o apoio de elementos gratificados da GNR.

A presença destes elementos resultou numa melhoria das condições de funcionamento do Mercado e das ações de fiscalização, por poderem atuar em matérias que, em algumas circunstâncias, se encontram vedadas à equipa operacional do MARL e à de segurança.

Procedeu-se ao reforço do sistema de videovigilância (CCTV), com a aquisição/instalação de novos equipamentos (camaras) – reforço da vigilância das áreas exteriores do edificado. Este reforço deverá ser mantido nos próximos anos, com a substituição dos equipamentos antigos que ainda estão em funcionamento e com o reforço da vigilância nas áreas interiores dos pavilhões.

MAPS E FORMAÇÃO EM MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO - Com objetivo de melhorar as condições de resposta a possíveis situações de emergência, foi contratualizada, e teve início, a atualização das Medidas de Autoproteção e Segurança Contra Incêndios e as correspondentes ações de sensibilização e formação dos colaboradores e prestadores de serviços.

Prevê-se a conclusão deste processo no primeiro trimestre de 2022.

INTERVENÇÕES EM EDIFÍCIOS, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS - Ao nível das intervenções de reposição da capacidade produtiva dos equipamentos e instalações da MARL, SA, no ano de 2021, destacamos as seguintes intervenções:

- Contratação da empresa Daikin para manutenção profunda dos Chillers do Pavilhão A01 e A07;
- Correção das fugas de gás no Pólo Técnico do Piso 0 do NAC;
- Aquisição de novos contentores de lixo indiferenciado e diferenciado e início do processo de compra de Eco Boxes;
- Início da construção do novo edifício da CRE (para os prestadores de serviço do MARL). No Mercado não existia um espaço físico para o armazenamento de material e de equipamentos afetos aos prestadores de serviço (limpeza e manutenção). Com a construção deste novo edifício, o Mercado passa a ter uma área destinada a esta função, deixando de ocupar espaços que a qualquer momento podem ser comercializáveis;
- Instalação da cozinha industrial/FOODLAB (parceria com a LouresNova) – com a entrada em funcionamento no primeiro trimestre de 2022;
- Reparação das juntas de dilatação do edifício do NAC – esta intervenção teve início em 2021 e prevemos que terá continuidade no próximo ano. As juntas de dilatação apresentam avançado estado de desgaste, comprometendo os espaços contíguos (ex: infiltrações no interior dos espaços);
- Reformulação da iluminação nas áreas de circulação do piso 2 do NAC/escritórios – instalação de iluminação Led, com sensores de movimento – reduzindo deste modo o consumo de energia na área dos escritórios. Em 2022 está previsto intervir as salas de trabalhos e gabinetes;
- Reparação da cobertura do cais interior do edifício da CTT Expresso (sistema de drenagem/caleiras);
- Instalação no espaço GEC08 do LouresNova, composto por uma área comercial e duas áreas de formação – com a entrada em funcionamento no início de 2022;

- Início da requalificação da rede viária do mercado, com a reparação do pavimento betuminoso, pintura da sinalética viária e áreas de estacionamento;
- Requalificação dos espaços verdes de composição do sistema viário;
- Reabilitação do sistema de drenagem das bacias de retenção do MARL, contemplando a reparação e limpeza das caleiras de drenagem e áreas adjacentes;
- Reabilitação do reservatório de água do mercado, nomeadamente a recuperação da célula 1, a qual apresentava um avançado estado de degradação, reparação e pintura das fachadas e reabilitação integral da cobertura;
- Limpeza da área intersticial localizada entre o MARL e o bairro AUGI localizado a poente – desmatção e reabilitação de acesso de emergência;
- Reparação do Talude Sul do Mercado;
- Realização de inspeção vídeo da conduta localizada a Sul do Pavilhão A01 e área envolvente do Pavilhão R07/pescado, com a identificação de anomalias que terão que ser intervencionadas em 2022;
- Atualização das Medidas de Autoproteção/MAPs e formação aos colaboradores – a implementar no início de 2022;
- Processo do R03.Sul – construção de um novo entreposto comercial da SKYNET. Início da empreitada de construção no primeiro semestre de 2022.

REGULAMENTO INTERNO DO MERCADO - O Regulamento Interno do Mercado (RI) foi revisto em junho de 2020 e, embora mantendo uma estrutura similar à anterior versão, sofreu alterações no que diz respeito às regras de deposição de resíduos, às penalidades e às normas de acesso e estacionamento.

O RI aplica-se à universalidade do Mercado, devendo submeter-se às suas disposições todos os utentes que nele exercem qualquer tipo de atividade, a título permanente ou temporário.

A fiscalização do cumprimento do RI é assegurada, em primeira linha, pelos técnicos operacionais e pela equipa de segurança, que diariamente lidam com os operadores, fornecedores e seus clientes.

Em 2021 foram aplicados 36 registos de ocorrência.

4.5. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Em 2021, a área de Sistemas de Informação deu continuidade ao plano que visa alcançar uma gestão eficiente dos equipamentos e serviços que lhe estão afetos, numa perspetiva de grupo e com enquadramento na prestação de serviços da MARL, SA à SIMAB, SA, e, por inerência, a todas as empresas do Grupo.

Do conjunto de iniciativas e atividades realizadas, destacam-se:

- Gestão dos serviços DNS (*"domain name services"*) do domínio MARL.PT; gestão dos serviços internos de DNS do domínio MARL.PT; manutenção/inserção de informação interna na intranet; *"help desk"* aos sistemas de informação; apoio aos utilizadores da Plataforma Eletrónica de Contratação; *"updates"* e *"upgrade"* do ERP Primavera; *"updates"* e *"upgrade"* do Sistema de Gestão de Contratos; *"updates"* do *"firewall"*; atualização do antivírus no Grupo SIMAB; licenciamento "Microsoft", que abrange o licenciamento das componentes de servidor, de servidor de correio, de servidor de base de dados e de

gestão de rede. No que diz respeito a "desktop's", abrange o sistema operativo, a "suite" de aplicativos para escritório e ligação aos servidores.

- Gestão do contrato de manutenção da central telefónica que serve a SIMAB e o MARL;
- Instalação de uma nova impressora multifunções, instaladas Piso 2 do NAC (escritórios do lado nascente).
- Conclusão da migração dos servidores para o novo *DataCenter* no polo técnico do NAC.
- Continuação da aquisição, instalação e parametrização de computadores portáteis para fazer face ao Plano de Contingência do COVID-19, previsto para o Grupo SIMAB, por forma a permitir o desenvolvimento de trabalho a partir de casa.
- Aquisição de equipamentos periféricos para reforço da atividade dos colaboradores, nomeadamente, novos monitores, ratos ergonómicos...
- Início de novos processos para aquisição, instalação e parametrização de plataforma de faturação eletrónica e aquisição e instalação de novos equipamentos de climatização dos polos técnicos do piso térreo e do piso superior do NAC.
- Renovação da plataforma de firewall instalada no MARL, para os próximos 3 anos, com uma nova plataforma de gestão.
- Elaboração de Plano de Transformação Digital para o próximo triénio.

4.6. EFICIÊNCIA DE RECURSOS E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A MARL, SA prosseguiu os seus esforços para reduzir os impactos ambientais resultantes da atividade do Mercado. Alinhada com a política do Grupo SIMAB, manteve o acompanhamento das temáticas relativas à eficiência de recursos, designadamente os procedimentos já existentes de controlo e monitorização dos diversos consumos de energia e de água.

Em 2021, procurou consolidar-se os procedimentos iniciados em 2020, quer através da consolidação dos mecanismos de funcionamento da Eco Área, quer da consolidação da rota de orgânicos e do alargamento da recolha seletiva aos operadores mais relevantes instalados na plataforma superior.

Estas ações permitem melhorar a eficiência operacional e a monitorização do desempenho da atividade, nas suas diferentes componentes operacionais, e garantir acrescidos níveis de serviço e governabilidade, para além da prossecução dos objetivos de responsabilidade ambiental.

Os indicadores de 2021, relativos à eficiência dos recursos são, na sua generalidade, positivos face ao ano 2020, com destaque para os indicadores relativos aos resíduos, sendo notórios os resultados do investimento na que permitiu maior eficiência na recolha e seleção de resíduos suscetíveis de recuperação e valorização.

INDICADORES	2019	2020	2021	Δ% 21/20
Água: Consumo efetivo na atividade* (m ³)	49.142	48.990	51.029	✗ 4%
Indicador Eficiência Água-Vol Neg (m ³ /m€) ⁽¹⁾	3,6	3,6	3,8	✗ 4%
Energia: Consumo excluindo redêbitos aos Operadores (MWh)	3,5	3,4	3,1	✓ -10%
Indicador Eficiência Energia-Vol Neg (kWh/m€) ⁽²⁾	256,4	246,9	222,2	✓ -10%
Resíduos Reciclagem/Recuperação [RRR]: (ton) ⁽³⁾	233	1.078	2.003	✓ 86%
Indicador RRR no total de Resíduos Mercado (%)	3%	17%	34%	✓ +17 p.p
Investimento: Investimento Eficiência de Recursos - IER (€)	54.462	252.093	193.508	✗ -23%
Indicador Peso IER no InvestTotal, s/ Invest Expansão (%)	8%	23%	18%	↓ -6 p.p

⁽¹⁾ metro cúbico por mil euros de volume de negócios (recorrente)

⁽²⁾ kilo watt hora por mil euros de volume de negócios (recorrente)

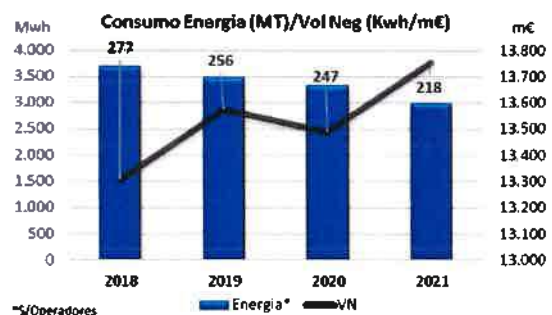
⁽³⁾ Recicláveis [Papel/Cartão; Plástico/Filme; Vidro] + Orgânicos [Reutilizáveis p/ Energia e na agricultura] + Pescado rejeitado [Transformação em Subprodutos cat.3]

Mantiveram-se ativos dois pontos distintos de carregamento de baterias de veículos elétricos nos parques de estacionamento do MARL, contribuindo para um Mercado Abastecedor cada vez mais verde e ecológico, sustentável com soluções amigas do ambiente.

Este incentivo à mobilidade elétrica é um importante contributo para a mobilidade sustentável e para o aumento da eficiência energética no transporte, com soluções para os seus clientes, ou potenciais clientes, com viaturas elétricas que, através de cartão, de acesso aos postos de acesso público da Rede, de comercializador de eletricidade para a Mobilidade elétrica (CEME), terão acesso a carregamento rápido ou semi-rápido, dentro das instalações do MARL, que passa a estar identificado como local na rede Mobi.E.

As ações desenvolvidas estão alinhadas e fortalecem o objetivo estratégico de posicionar o MARL como uma plataforma logística cada vez mais eficiente, ambientalmente sustentável e, através das potenciais poupanças na racionalização dos consumos, alavancar ainda mais o seu crescimento económico.

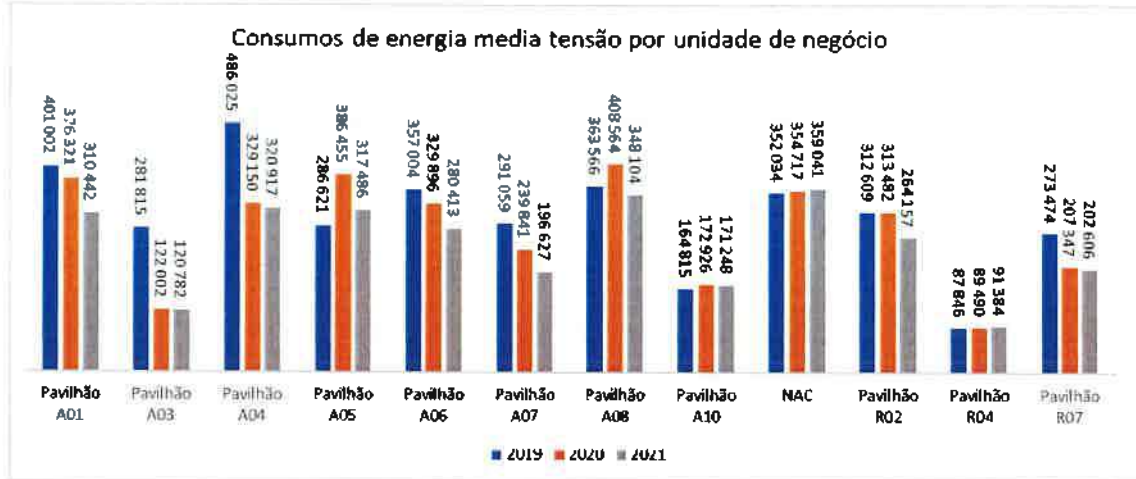
RECURSOS ENERGÉTICOS - Em linha com metas nacionais, o Grupo SIMAB tem vindo a promover, nos últimos anos, a dinamização de medidas que fomentem a redução dos consumos de energia, através da eficiência na utilização dos recursos. O consumo de energia elétrica é indissociável da atividade do Mercado, constituindo uma parcela substancial dos custos.



O perfil de consumo de energia do MARL, decorrente da atividade do Mercado e do complexo do tipo industrial em que a mesma se realiza, assenta, essencialmente, em três grandes componentes consumidoras de energia e responsáveis pelos consumos registados: (i) o sistema de "avac" existente na maioria dos pavilhões; (ii) o consumo de energia decorrente do fornecimento de água ao Mercado, no sistema de bombagem de água da estação elevatória e de bombas de circulação do reservatório; e (iii) a iluminação, interior e exterior, do Mercado.

No âmbito da eficiência energética, da redução e racionalização de consumos, as ações já implementadas ao longo dos últimos anos têm permitido que o MARL apresente, anualmente, reduções do consumo de energia conforme verificado no gráfico abaixo representado.

Em 2021, o consumo de energia elétrica (média tensão) efetivo do MARL² atingiu os 2,98 Gwh, registando um decréscimo de 10% face a 2020.



Em alguns pavilhões hortofrutícolas existiu a necessidade de interencionar as unidades de AVAC que careciam de uma manutenção/beneficiação, tendo estas unidades ficado inoperacionais durante os tempos necessários às suas intervenções.

É importante referir esta redução de energia também se deve também à formalização de contratos de fornecimento de energia por parte de alguns operadores, que estavam dependentes do nosso fornecimento para a sua atividade até que estivessem reunidas as condições necessárias para essa formalização, sendo este custo repassado todos os meses.

Mantiveram-se ativos dois pontos distintos de carregamento de baterias de veículos elétricos nos parques de estacionamento do MARL, contribuindo para um Mercado Abastecedor cada vez mais verde e ecológico, sustentável com soluções amigas do ambiente.

As ações desenvolvidas estão alinhadas e fortalecem o objetivo estratégico de posicionar o MARL como uma plataforma logística cada vez mais eficiente, ambientalmente sustentável e, através das potenciais poupanças na racionalização dos consumos, alavancar ainda mais o seu crescimento económico.

RECURSOS HIDRICOS - A MARL, SA tem vindo a implementar medidas de racionalização do consumo de água, medição correta dos consumos a repassar, controlo da sua utilização e sensibilização de todos os intervenientes para a necessidade de otimizar o consumo deste recurso natural essencial.

A MARL, SA prosseguiu os seus esforços para reduzir os impactos ambientais resultantes da atividade do Mercado. Alinhada com a política do Grupo SIMAB, manteve o acompanhamento das temáticas relativas à eficiência de recursos, designadamente os procedimentos já existentes de controlo e monitorização dos diversos consumos de energia e de água.

De entre os procedimentos e equipamentos para racionalização do consumo de água, importa destacar os seguintes:

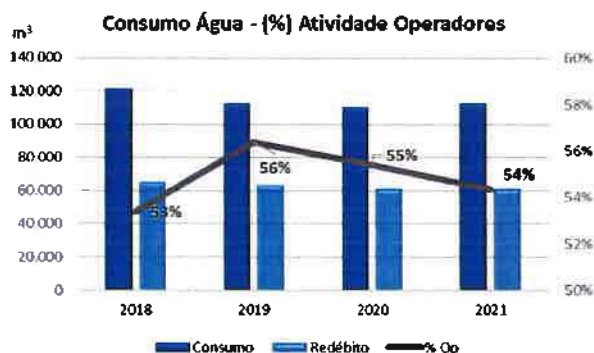
- Monitorização através de "software" de monitorização e gestão de consumos hídricos e energéticos (telemetria), o que permite uma maior eficiência operacional, quer na recolha de dados de faturação, redébito dos consumos aos operadores, quer no armazenamento dos

² Deduzido de Repasses de energia a uma minoria dos clientes, restantes estabelecem contrato direto com fornecedor de energia.

mesmos, e essencialmente pela eficiência na implementação de medidas e ações corretivas para evitar desperdícios de água e melhor racionalização deste recurso;

- Monitorização técnica de verificação de equipamentos de medição dos consumos de água;
- Controlo e sensibilização junto do prestador de serviços relativamente à água utilizada para limpeza de pavilhões, recinto, contentores e veículos destinados ao transporte de resíduos (indicação expressa para utilização de água do furo existente no Mercado);
- Racionalização ainda mais reforçada, com consumo próximo do zero, da gestão da rega dos espaços verdes, face aos indicadores de seca extrema conhecidos e seguindo as orientações ministeriais (Ambiente e Agricultura);
- Substituição de algumas espécies, por espécies com necessidades hídricas mais reduzidas, em trabalho realizado no âmbito da valorização e requalificação dos espaços verdes existentes no Mercado, estando a promover a biodiversidade;
- Acompanhamento de utilizações indevidas da rede de incêndios, procedendo a verificações regulares da violação da selagem efetuada aos hidrantes

A MARL, SA prosseguiu os seus esforços para reduzir os impactos ambientais resultantes da atividade do Mercado. Alinhada com a política do Grupo SIMAB, manteve o acompanhamento das temáticas relativas à eficiência de recursos, designadamente os procedimentos já existentes de controlo e monitorização dos diversos consumos de energia e de água.



Durante o ano de 2021 foram consumidos um total geral 112 396,00 m³ de água, sendo que foram efetuados redêbitos aos operadores no valor de 60 367,028 m³, o que representa cerca de, 53% do total de água consumida no Mercado decorre do uso direto dos operadores nos seus espaços, consumo que lhe é debitado na exata proporção do seu consumo, através de registos em contadores individualizados.

Importa ainda referir que existiu um consumo de cerca de 1 000,00 m³ que foram utilizados, aquando do fogo da empresa em situação de incêndio na proximidade do Mercado, em que os bombeiros abasteceram os seus veículos no MARL não tendo estes sido repassados até a data.

Indicadores	2019	2020	2021	Varição
Água: Consumo efetivo na atividade (m ³)	49 142,00	48 990,00	51 030,00	4%

Em 2021 o consumo de água aumentou em cerca de 4% devido ao reforço das medidas de combate à pandemia, existindo assim, um reforço nas intervenções das equipas de limpeza por forma a proporcionar aos nossos clientes umas áreas comuns mais higienizadas.

De referir ainda que em 2021, por forma a reforçar as condições de higienização do Pavilhão do Pescado, começaram a realizar-se análises mensais às superfícies.

RESÍDUOS - A recolha de resíduos no MARL é efetuada por prestadores de serviços externos.

A recolha de resíduos indiferenciados, orgânicos e recicláveis no MARL é assegurada pelo prestador de serviços de limpeza exterior do Mercado.

No caso dos resíduos orgânicos e indiferenciados a recolha é diretamente entregue nas centrais de tratamento externas. O cartão, madeira e plástico têm por destino a Eco Área.

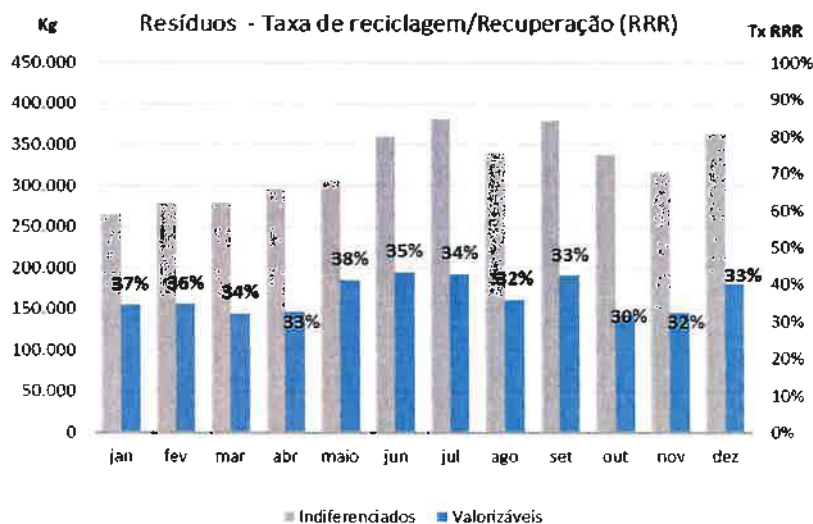
As operações de limpeza exterior e transporte de resíduos são ainda complementadas pela operação de outra entidade, através da recolha de esfervite no pavilhão do pescado, e pela por empresa que assegura o transporte e tratamento dos resíduos valorizáveis depositados na Eco Área, (cartão, plástico, madeira e vidro), existindo contentores específicos para cada tipologia de resíduos.

Em 2021, iniciou-se também o protocolo com entidade externa para a recolha dos resíduos elétricos no MARL, podendo estes também ser depositados na Eco Área.

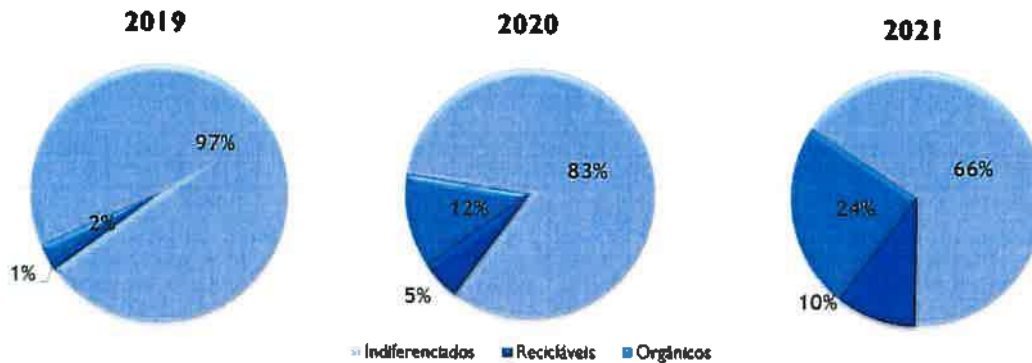
É ainda assegurada a recolha de pescado rejeitado desnaturado, através de uma empresa devidamente licenciada para a transformação de subprodutos de baixo risco de origem animal, de categoria 3. Os subprodutos são conservados em câmaras de refrigeração disponibilizadas pela MARL, SA, em contentores próprios fornecidos pela empresa responsável pela sua recolha, que procede à sua higienização após cada descarga.

Decorrente da atividade da MARL, em particular da atividade dos Operadores no Mercado, durante o ano 2021, foram produzidos/recolhidos resíduos num total de 5.910 toneladas, menos 6 % do que no ano 2020, fruto de uma maior fiscalização e pedagogia junto dos operadores e visitantes.

No global, a taxa de reciclagem/valorização anual duplicou face ao anterior, de cerca de 17% para 34%, tendo sido recicladas/valorizadas cerca de 2 000 toneladas de resíduos, sendo que destes 66% dizem respeito a resíduos orgânicos, 20% a papel/cartão e os restantes com menor expressão, mas igualmente importantes, que no seu conjunto representaram cerca de 14% dos valorizáveis, constam o plástico, a madeira, a esfervite e os subprodutos do pescado.



Infra a evolução dos resíduos do MARL em 2021, fortemente impactada pelo início do funcionamento da Eco Área e da recolha de orgânico "porta a porta":



4.7. PROVEDOR DO CLIENTE

O Conselho de Administração da MARL, SA manteve em 2021 a figura do Provedor do Cliente, de modo a dar continuidade a um contacto mais personalizado com o cliente, o que agiliza o tratamento, análise, encaminhamento e resposta das reclamações recebidas.

Em 2021, registou-se um total de 14 reclamações, das quais 79% provenientes dos pavilhões hortofrutícolas, 7% do setor do pescado e as restantes de outros utentes do Mercado. Houve o registo de 4 reclamação efetuada diretamente no IMPIC, que também foi respondida diretamente no site.

Quanto ao registo global de reclamações, verifica-se um decréscimo global relativamente ao ano anterior, cerca de 67%. Das restantes, com mais incidência registam-se as da manutenção com 71%, limpeza com 14% e, as relativas ao serviço de segurança, com 14%.

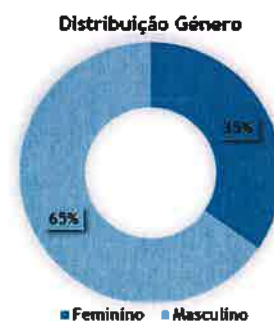
O tratamento das reclamações continua a ser individualizado, consoante o assunto, sendo a resposta enviada ao respetivo reclamante, tão breve quanto possível.

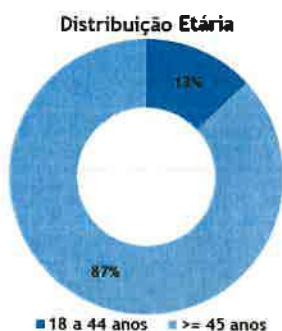
4.9. CAPITAL HUMANO

A 31 de dezembro de 2021 a MARL, SA empregava um total de 23 colaboradores.

Da análise da sua distribuição por género resulta que 35% eram do género feminino e 65% do género masculino, salientando-se que três cargos de direção de primeira linha são desempenhados por mulheres.

A antiguidade média dos colaboradores da MARL, SA é de 20 anos, sendo que 83% do total estão na empresa desde a sua constituição.

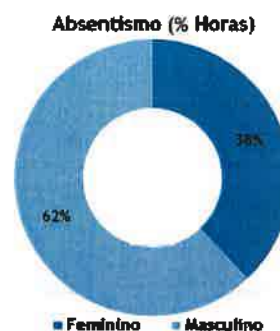




A idade média dos colaboradores é de 50 anos, sendo que apenas três deles (13%) encontram-se em faixas etárias com menos de 45 anos.

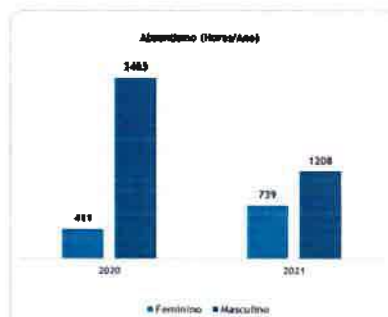
Relativamente a habilitações literárias, sete (30%) dos 23 colaboradores frequentaram cursos superiores, sendo quatro deles do género feminino, enquanto oito (35%) se ficaram pelo ensino secundário.

Em 2021, o absentismo registou um total de 1.947 horas, representando cerca de 4% do tempo potencial de trabalho (face aos 6% de 2020). Do total de horas de absentismo, 3% decorreram de doença com baixa médica. Face ao ano transato, registou-se assim uma diminuição do número de horas de ausência ao trabalho de 33%.



Em 2021, a SIMAB, SA continuou a apoiar a MARL, SA nas áreas dos recursos humanos, sistemas de informação, financeira, jurídica e área técnica, trabalho que se estende a todas as empresas a que a esta presta serviços.

Relativamente à análise dos indicadores, para 2021, de igualdade de género, absentismo, horas de formação e valores de remuneração, registaram-se os seguintes que se apresentam de seguida.



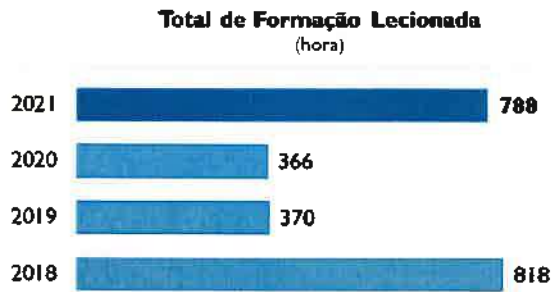
Indicadores	Mulheres	Homens
N.º Trabalhadores ⁽¹⁾	8	15
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	35%	65%
N.º Horas Absentismo	739	1 208
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	38%	62%
Total Horas Formação	342	446
N.º trabalhadores abrangidos	8	14
<i>% Género (N.º Horas Formação M/H)</i>	43%	57%
Retribuição Base Anual	207 442	225 816
<i>Rácio da retribuição base - Trabalhadores (M/H)</i>	48%	52%
Remunerações Totais Anuais (€)	302 822	314 054
<i>% remunerações totais anuais - Trabalhadores (M;H)</i>	49%	51%
Remuneração Total Anual média/colaborador (€)	33 647	20 937
<i>Rácio da remuneração total - Trabalhadores (M/H)</i>		160,7%

⁽¹⁾ a 31 de dezembro

FORMAÇÃO

No âmbito da gestão de recursos humanos da empresa, no que respeita a políticas de valorização do conhecimento e capacitação profissional registou-se, em 2021, um total de 788 horas de formação na MARL, SA, que envolveram 22 colaboradores da empresa em oito ações de formação.

Fase ao ano transato, regista-se um aumento de 54% do número de horas de formação.



Importa referir a realização das seguintes:

- Programa customizado em 'Gestão e Liderança' com duração de 56 horas (em 2021 ocorreram 32 horas), ministrada pela AESE; contou com a participação de seis colaboradores. As temáticas empresariais abordadas foram transversais, tais como: 'Motivações Pessoais' e 'Motivações Humanas'; 'Processos, Capacidades e Fluxos'; 'Contabilidade Financeira'; 'Gestão de Equipas'; 'Gestão de Conflitos'; 'Ciberataques'; 'Valor e Análise de Projetos de Investimento'; 'Novas Tendências na Gestão de Projetos'; 'Estratégia Competitiva e Corporativa'; 'Sistemas de Controlo de Gestão'; 'Marketing Estratégico'; 'Estratégia em Ambientes Digitais'; 'Gestão de Mudança' e 'Customer Experience';
- Formação em 'Marketing Digital', ministrada pela AERLIS num total de 20 horas e com participação de oito colaboradores, com o objetivo de capacitar para a avaliação dos impactos e efeitos do advento da nova economia, transações comerciais em ambientes virtuais e identificação de ferramentas de e-marketing e e-commerce;
- Apresentação do processo de 'Elaboração de Plano de Gestão de Riscos', ministrada por Daniel Sanches, com duração de duas horas;
- Sessão formativa de apresentação do 'Manual de Contratação Pública/Regulamento de Contratação Pública', ministrada por Cristiana Calheiros, com duração de duas horas;
- Formação em 'Gestão de Projeto', ministrada pela NCA Consultores, com duração de 25 horas e participação de quatro colaboradores, por forma a capacitar na melhoria da fases de execução, controle e avaliação de projetos;
- CAGEP – Curso Avançado de Gestão Pública, ministrado pelo INA, com duração 65 e participação de um colaborador, por forma a desenvolver competências técnicas e transversais dos titulares destes cargos, tendo em vista a melhoria do perfil, experiência e conhecimento profissionais, potenciadora de uma liderança forte e mobilizadora, em sintonia com as exigências da moderna gestão pública;
- Formação em 'Excel Avançado', ministrada pela Formaviana, pelo total de 35 horas e tendo contado com a participação de uma colaboradora;
- 'SCRUM Master', ação de formação com duração de 14 horas e participação de um colaborador, com base no conhecimento da metodologia de gestão de projetos Agile, o SCRUM, de forma a adquirir capacidade e conhecimento para aumentar a produtividade de equipas de trabalho e melhor compreender o cronograma dos projetos;
- 'Colóquio de Contratação Pública – O Impacto da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio', com duração

de 8 horas, promovido pela Universidade Católica;

- Ação de formação no âmbito do processo das MAPS - Medidas de Autoproteção, de 15 horas.

No âmbito de medidas que têm vindo a ser promovidas para melhorar a qualidade de vida pessoal e profissional dos colaboradores da MARL, SA e considerando que a atividade física contribui para diminuir o desgaste físico e mental, foi disponibilizado um espaço, no edifício principal (NAC) do MARL, vocacionado para a prática de exercício físico, em horas fora de expediente.

TELETRABALHO

Ao longo do ano 2021 a MARL, SA, na sequência da evolução do quadro de saúde pública relacionado com a Pandemia/Epidemia Covid - 19, consideramos as recomendações emanadas pelo Serviço Nacional de Saúde, como tal, fomos gradualmente ajustando a realidade do Teletrabalho, de forma a salvaguardar a saúde dos trabalhadores, mas também assegurando o funcionamento interrupto do Mercado.

Verifica-se que no ano de 2021, à semelhança do ano transato, estiveram em Teletrabalho 29,3% dos trabalhadores da MARL, SA.



CONVERSAS À VOLTA DO MERCADO

Numa política de valorização dos recursos humanos da MARL, SA, do modelo de gestão e daqueles que são os objetivos, desígnios e resultados dos trabalhos desenvolvidos no Mercado Abastecedor, foi principiante de uma iniciativa com a participação de todos os trabalhadores, com o intuito de valorização profissional, partilha de experiências, conhecimentos e convívio entre todos, designada “Conversas à Volta do Mercado”, a primeira sessão foi no MARL e terá continuidade para o ano seguinte.

Teve a participação de 75% dos trabalhadores da MARL, SA.

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Em 2021, 23 colaboradores realizaram exames médicos, a generalidade exames periódicos de rotina, de acordo com o previsto em função da idade; um colaborador realizou exames ocasionais, decorrentes de baixa médica prolongada. Foi efetuada visita e análise das condições de trabalho por entidade certificada, não tendo daí decorrido qualquer anomalia ou falha relevantes.

A atividade da MARL, SA exige dos colaboradores, designadamente daqueles afetos à área técnica e operacional, a execução recorrente de tarefas ao ar livre, ao longo de todo o ano. Para tal, a empresa faculta fardamento adequado ao clima e à estação do ano, de acordo com exigências estabelecidas na legislação relativa ao equipamento de proteção individual e de segurança (EPIS).

No âmbito da pandemia da COVID-19, os Mercados Abastecedores mantiveram-se em funcionamento, durante todo o ano de 2021, enquanto elo essencial da cadeia de aprovisionamento e abastecimento alimentar e não alimentar, tendo obrigado a reforçar as medidas de saúde, higiene e segurança no trabalho, em especial junto dos colaboradores com atividades que exigem a execução do trabalho de forma presencial. Para tal, foram disponibilizadas no MARL máscaras e gel desinfetante, reforçadas as

operações de limpeza dos espaços comuns e afixadas as recomendações da DGS.

SEGUROS NO TRABALHO

A MARL, SA proporciona a todos os seus colaboradores um seguro de saúde, que pretende garantir a comparticipação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais, bem como facultar acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde. Quanto ao seguro de acidentes de trabalho, conforme obrigatoriedade legal, todos os colaboradores estão abrangidos.

Este ano, verificou-se apenas um incidente, no âmbito dos acidentes de trabalho, que espoletou o acionar do respetivo seguro, originando a ausência do colaborador em 104 horas de trabalho.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social é incentivada pela MARL, SA, desde logo através de uma atitude e comportamento empresarial ético e responsável. Preconizando essa política de responsabilidade social, a empresa participa em ações de caráter social, mantendo colaboração ativa em diversas ações e programas:

PROGRAMA 5 AO DIA – A MARL, SA, enquanto associado fundador, colabora e acompanha a atividade da Associação 5 ao Dia desde a sua implementação no ano letivo 2006/2007, tendo este ano comemorado treze anos de existência.

O Programa 5 ao Dia, enquanto expressão da atividade da Associação 5 ao Dia, tem por objetivo a promoção do consumo diário de, pelo menos, cinco porções de frutas e legumes, junto de crianças em idade escolar e, mais recentemente, junto dos seniores, de modo a potenciar uma alimentação saudável e promover a alteração de hábitos alimentares com vista à promoção de estilos de vida saudáveis, contribuindo para a prevenção de diversas doenças crónicas associadas à alimentação.

Com base na evidência científica, que nos relembra que o consumo insuficiente dos hortofrutícolas é considerado fator preponderante no aparecimento de doenças não transmissíveis, o 'Programa 5 ao Dia' vê assim reforçada a sua pertinência a nível nacional, decorrendo as suas atividades nas instalações dos Mercados Abastecedores do Grupo SIMAB, nomeadamente no MARL. Aqui, são desenvolvidas diversas atividades lúdicas-pedagógicas que permitem, a todos os participantes, o contacto direto com os hortofrutícolas, estimulando o interesse e o gosto pelo seu consumo, culminando com a visita guiada ao Mercado, possibilitando o conhecimento do seu funcionamento e dos espaços onde se comercializam os diversos produtos hortofrutícolas. Associadas a esta vertente estão as emblemáticas atividades práticas, didáticas e criativas, adaptadas às diversas faixas etárias.

A par dos Mercados Abastecedores geridos pela SIMAB (Lisboa, Braga, Évora e Faro), são associados desta entidade o Mercado Abastecedor da Região de Coimbra; Vitacress – Comercialização de Produtos Hortícolas, SA; LIDL; Horta Caramela; Rijk Zwaan; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Eporifrutas; SABSEG – Corretor de Seguros e Junta de Freguesia da Penha de França. Todos estes parceiros têm como principais objetivos a divulgação da mensagem '5 ao Dia', através de suportes de comunicação disponíveis nas referidas instituições e realização de ações conjuntas de sensibilização comunitária, perspetivando o crescimento da Associação a nível nacional e consequentemente a promoção dos Mercados Abastecedores.



Este ano letivo, devido à excepcional situação pandémica vivenciada que se estendeu de 2020, o funcionamento da Associação 5 ao Dia sofreu diversas limitações, sobretudo pelo facto de ter a sua atividade caracterizada pela

predominância de proximidade entre as diversas pessoas, mais concretamente entre os grupos escolares que visitavam os Mercados Abastecedores.

Consequência da aplicação dos planos de contingência contra a COVID-19 implementados e das medidas de quarentena, tanto no MARL, como nos diversos agrupamentos escolares, as visitas ao 'Programa 5 ao Dia' foram suspensas em meados de março, não mais tendo sido retomadas durante o decorrer do ano devido às constantes limitações a que se encontrava sujeita a retoma do ensino presencial.

Pese embora todas as adversidades atuais, importa não esquecer a importância do 'Programa 5 ao Dia', mais a mais com uma função fundamental no reforço do sistema imunitário. Face à atual conjuntura, perspetiva-se que durante o decorrer do ano letivo 2021-2022 as escolas não irão abonar as visitas aos Mercados Abastecedores, havendo a necessidade de repensar o seu modus operandi.

Nesta perspetiva, a Associação 5 ao Dia recorreu, durante o ano 2021, às vantagens da evolução tecnológica, apostando num formato digital do 'Programa 5 ao Dia'; tal permitiu, apesar de bastantes limitações naturais de contacto com as escolas, continuar a divulgar e cumprir os compromissos assumidos de responsabilidade social, ao mesmo tempo que visou ultrapassar as limitações criadas pela pandemia.

Neste sentido, pretendeu-se criar e divulgar, junto da comunidade escolar, pequenos vídeos temáticos, ao estilo webinars, com diversos temas alusivos aos conteúdos abordados nas sessões do 'Programa 5 ao Dia', que poderão ser consultados no contexto de sala de aula, surgindo como uma ferramenta didática no contexto da alimentação saudável. Estes webinars foram dinamizados com a disponibilização concomitante de inquéritos on-line que pretendem aprimorar os conhecimentos.

Conjuntamente com esta iniciativa, irão agora ser realizadas sessões on-line, em direto, simulando as habituais visitas aos Mercados Abastecedores, necessitando as escolas de efetuar marcação prévia. Durante estes momentos, os alunos terão oportunidade de interagir com os monitores colocando as suas questões relacionadas com temática 'Alimentação Saudável'. Terão também oportunidade de efetuar uma visita guiada aos pavilhões do mercado, objetivando aumentar o seu conhecimento sobre a variedade hortofrutícola.

Os diferentes municípios do país já foram também objeto de ação de divulgação desta nova iniciativa.

Banco Alimentar Contra a Fome – No âmbito da colaboração entre a MARL, SA e o Banco Alimentar Contra a Fome, mantiveram-se os acordos de cedência de espaço assinados em anos anteriores, assim como a estreita colaboração com os seus responsáveis, permitindo que permaneçam todo o ano no Mercado para a recolha diária de produtos junto dos operadores.

Em 2021, foram recolhidos no MARL 2.013.747 Kg de produtos hortofrutícolas frescos, doados ao Banco Alimentar Contra a Fome que os fez chegar a diversas instituições e famílias carenciadas da área metropolitana de Lisboa.

A MARL, SA mantém também uma equipa de colaboradores que participa ativamente nas campanhas de recolha de alimentos, em super e hipermercados. A situação pandémica da COVID-19 tem impossibilitado, naturalmente, esta atividade corrente, apesar de se manterem os princípios e a disponibilidade operacional para tal por parte da MARL, SA.

Oferta de Produtos – Realce ainda para a entrega, a diversas entidades de solidariedade social durante o ano de 2021, de produtos alimentares (pescado ou hortofrutícolas) que, tendo perdido valor comercial no dia-a-dia do MARL, encontravam-se ainda em perfeitas condições para consumo humano.

7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os riscos a que a MARL, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de Crédito - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente e as condições financeiras dos clientes.

Risco de Liquidez – A MARL, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro. A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARL, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

A MARL, SA tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento e detém uma carteira de financiamentos de longo prazo³, constituída por empréstimos de médio/longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. Para além do passivo bancário, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos.

A MARL, SA detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

³ Em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho³ favorável ao pedido de exceção deste regime³, autorizando assim o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Programas de papel comercial, com compromissos de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

Os montantes apresentados no quadro são os fluxos de caixa contratuais a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos):

milhares de euros	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	5 760,9	15 274,7	0,0

Risco de taxa de juro – A totalidade da dívida financeira da MARL, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARL, SA ao risco de fluxos de caixa. A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro⁴.

O quadro seguinte apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da MARL, SA:

milhares de euros	31 December 2021	Taxa média + 1%	Taxa média -1%
Juros suportados taxa variável	134,5	354,1	60,3

Risco de câmbio - A empresa não se encontra sujeita ao risco de taxa de câmbio.

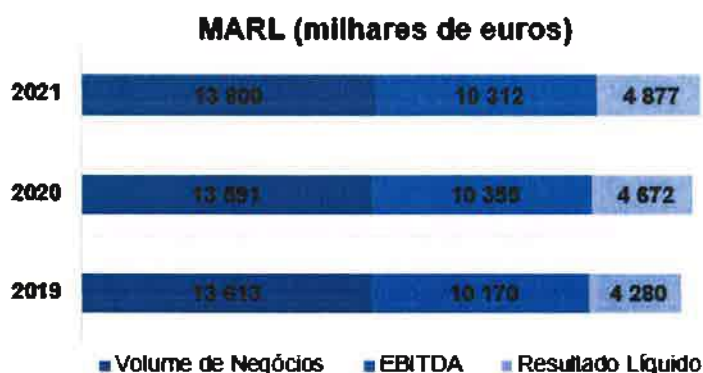
⁴ Em 2011, através do Despacho nº 896/2011-SEFT de 9 de junho, ficaram as Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) obrigadas "(...) a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF (Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro), incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho nº 101/09-SEFT de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) (...)". O DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe igualmente a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio favorável, emitido pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), à realização de operações referentes a derivados financeiros sobre taxas de juro.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económico-financeira sintetiza os resultados, assim como a situação patrimonial e financeira, da MARL, SA, a 31 de dezembro de 2021.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

8.1 PERFORMANCE ECONÓMICA



A MARL, SA encerrou o ano de 2021 com um Resultado Líquido de 4 877,2 milhares de euros, representando um crescimento de 204,7 milhares de euros (+4,4%) relativamente ao exercício anterior.

A empresa apresentou margens operacionais positivas, ao nível do *EBITDA* e do *EBIT*, respetivamente, de 72% e 46%.

No exercício económico de 2021, o *EBITDA* totalizou 10 312,1 milhares de euros, situando-se abaixo do ano anterior (-0,4%). O *EBIT* ascendeu a 6 631,7 milhares de euros, acima do valor registado em 2021, no montante de 180,8 milhares de euros (+2,8%).

A evolução do *EBITDA*, face a 2020, decorre do efeito conjugado de um aumento nos rendimentos operacionais, em 95,4 milhares de euros (+0,7%) e de um aumento nos gastos operacionais, em 138,1 milhares de euros (+3,6%).

Na análise aos rendimentos operacionais, comparativamente ao ano anterior, destaca-se a evolução dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, incluindo lugares sazonais, que crescem 139,4 milhares de euros (+1,3%).

Ao nível dos gastos operacionais, a evolução é, naturalmente, impactada por gastos incorridos em contexto pandémico que, em 2020, integra menos três meses, face a 2021. Efetivamente, o contexto pandémico determinou alterações na estrutura de custos da empresa, uma vez que as despesas operacionais sofreram um acréscimo, nomeadamente nas rubricas de limpeza e higiene, interior e exterior, e segurança.

Os encargos financeiros registaram uma redução de 79,8 milhares de euros (-37,2%), traduzindo a diminuição da dívida financeira e a obtenção de condições de *pricing* mais favoráveis

A MARL, SA encerrou, assim, o exercício de 2021 com um Resultado Líquido de 4 877,2 milhares de euros, correspondente a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 34% e a uma rentabilidade do capital próprio de 6,3%.

Síntese da Demonstração dos Resultados

milhares de euros	2019	2020	2021	2021/2020	
				ABS	%
Volume de Negócios	13 613,0	13 590,6	13 799,9	209,3	1,5%
FSE + CMV	(2 529,1)	(2 631,5)	(2 694,9)	63,4	2,4%
Gastos com pessoal	(916,1)	(918,2)	(945,7)	27,5	3,0%
Outros Rendimentos e Ganhos	121,4	187,5	73,7	(113,9)	-60,7%
Outros gastos e perdas operacionais	(284,9)	(249,5)	(299,3)	49,9	20,0%
Imparid. de div. a receber (perdas/re)	(226,3)	(16,1)	(13,3)	(2,7)	-17,0%
Subsídios ao Investimento	391,9	391,9	391,9	-	0,0%
EBITDA	10 169,9	10 354,8	10 312,1	(42,6)	-0,4%
Depreciações	(4 223,8)	(3 903,8)	(3 680,4)	(223,4)	-5,7%
Resultados operacionais (EBIT)	5 946,0	6 450,9	6 631,7	180,8	2,8%
Encargos Financeiros	(289,1)	(214,3)	(134,5)	(79,8)	-37,2%
Resultados antes de imposto (EB)	5 656,9	6 236,7	6 497,2	260,5	4,2%
Imposto sobre o rendimento	(1 377,4)	(1 564,2)	(1 620,0)	55,8	3,6%
Imposto estimado para o exercício	(1 388,6)	(1 524,3)	(1 611,1)	86,8	5,7%
Imposto diferido	11,2	(30,0)	(8,9)	(31,0)	-77,7%
Resultado líquido do exercício	4 279,5	4 672,5	4 877,2	204,7	4,4%
Margem EBITDA (%)	72%	73%	72%	-0,8 p.p.	
Margem EBIT (%)	42%	46%	46%	1 p.p.	
Margem Líquida	30%	33%	34%	1,2 p.p.	

RENDIMENTOS OPERACIONAIS – Os rendimentos operacionais ascenderam a 14 265,4 milhares de euros, apresentando um acréscimo de 95,4 milhares de euros (+0,7%), face ao ano anterior.

Destaca-se o aumento dos rendimentos core, as taxas de utilização (incluindo sazonais), com um peso de 77% na estrutura de rendimentos, que crescem 139,4 milhares de euros (+1,3%), refletindo o aumento das taxas de ocupação do Mercado.

Rendimentos Operacionais

milhares de euros	2019	2020	2021	2021/2020		Estrutura
				ABS	%	
Taxas de Utilização	9 640,9	10 083,01	10 209,59	126,6	1,3%	72%
Taxas de Utilização sazonais	710,3	698,99	711,86	12,9	1,8%	5%
Taxas de Acesso Produtores	106,0	108,2	106,5	-1,7	-1,6%	1%
Portagens	953,9	700,0	700,0	0,0	0,0%	5%
Consumo de Frio	227,1	194,6	160,1	-34,4	-17,7%	1%
Outras prestações de serviços	226,2	197,1	276,5	79,4	40,3%	2%
Outros Rendimentos Operacionais	514,0	580,4	465,5	-114,8	-19,8%	3%
Sub-total (Total Rendimentos cash)	12 577,9	12 562,3	12 630,1	67,8	0,5%	89%
Integração Taxas de Acesso (Plena)	36,4	100,5	45,4	-55,1	-54,8%	0,3%
Integração Taxas de Acesso (Recorrente)	1 512,0	1 507,2	1 589,9	82,7	5,5%	11,1%
Total Rendimentos Operacionais	14 126,2	14 170,0	14 265,4	95,4	0,7%	100%

A evolução das **taxas de utilização**, incluindo lugares sazonais, por unidade de negócio apresenta-se da seguinte forma:



Taxas de Utilização/Pavilhão (incluindo sazonais)

milhares de euros	2019	2020	2021	2021/2020		Estrutura
				ABS	%	
Pavilhão A01	566,2	559,7	565,1	5,4	1,0%	5,2%
Pavilhão A03	779,8	765,8	795,0	29,2	3,8%	7,1%
Pavilhão A04	569,5	576,7	579,6	2,9	0,5%	5,3%
Pavilhão A05	536,6	543,4	552,5	9,1	1,7%	5,0%
Pavilhão A06	564,4	563,7	566,6	2,9	0,5%	5,2%
Pavilhão A07	461,2	465,7	461,4	-4,3	-0,9%	4,3%
Pavilhão A08	571,9	571,1	573,3	2,2	0,4%	5,3%
Pavilhão A09	210,0	225,9	225,9	0,0	0,0%	2,1%
Pavilhão A10	383,3	384,5	384,7	0,2	0,1%	3,6%
Pavilhão A11	156,6	163,0	168,8	5,9	3,6%	1,5%
Pavilhão R02*	296,3	289,4	276,3	-13,1	-4,5%	2,7%
Pavilhão R04	473,9	536,7	552,3	15,6	2,9%	5,0%
Pavilhão R07	1 222,8	1 247,2	1 251,3	4,2	0,3%	11,6%
NAC	274,6	273,8	288,0	14,2	5,2%	2,5%
Outras Áreas	1 632,5	1 759,3	1 822,4	63,1	3,6%	16,3%
CTT Expresso	1 851,5	1 856,0	1 858,1	2,1	0,1%	17,2%
Total	10 551,2	10 782,0	10 921,4	139,4	1,3%	100,0%

* Exclui entreposto logístico

O crescimento dos rendimentos das taxas de utilização traduz o efeito conjugado da atualização dos preços unitários, em 0,3%, e, uma ocupação média global superior à registada no ano anterior.

Quanto aos pavilhões principais, num ano particularmente difícil em razão do contexto pandémico que vivemos, destaca-se favoravelmente o desempenho do pavilhão polivalente (R04) que cresce em 15,6 milhares de euros (+2,9%) e do pavilhão A03. Neste pavilhão, o crescimento dos rendimentos, em 29,2 milhares de euros (+3,8%), reflete, por um lado, o impacto da rescisão contratual operada com o restaurante, em janeiro de 2020 e a sua comercialização em outubro de 2020 (+17,1 milhares de euros) e, por outro lado, um nível de rendimentos dos lugares sazonais superior ao registado em 2020, no montante de 12,1 milhares de euros (+1,8%).

A variação favorável, ao nível dos rendimentos das "outras áreas", em 63,1 milhares de euros (+3,6%), é maioritariamente apurada nas seguintes áreas: edifício R06.1 (+18,4 milhares de euros) refletindo o início de atividade em março de 2020; edifício C02 (+23 milhares de euros) e entreposto logístico do edifício R02 (+28,3 milhares de euros), correspondente a renegociação dos valores unitários.

No NAC, o desempenho favorável, em 14,2 milhares de euros (+5,2%), reflete a comercialização de um espaço, com um cliente que amplia, assim, a área ocupada no Mercado e a renegociação do peço de uma loja, que permite mitigar o impacto do desempenho desfavorável ao nível dos escritórios.

Os rendimentos provenientes do **Pórtico**, com um peso de 5% na estrutura de rendimentos, ascenderam a 700 milhares de euros, apresentando-se em linha com o ano anterior.

Os rendimentos provenientes do **consumo de frio** ascenderam, em 2021, a 160,1 milhares de euros apresentando-se abaixo de 2020, em 34,4 milhares de euros (-17,7%), traduzindo uma redução das quantidades (kwht) vendidas, em razão de paragens verificadas no funcionamento de chillers e da opção dos operadores pela instalação de frio próprio, que vem assumindo cada vez maior expressão.

A rubrica de **outras prestações de serviços** ascendeu a 276,5 milhares de euros, em 2021, apresentando-se acima de 2020, em 79,4 milhares de euros (+40,3%). Esta rubrica inclui, maioritariamente: rendimentos de cedência de posição contratual (163,3 milhares de euros), que justificam, maioritariamente, a evolução registada na rubrica; taxa variável sobre volume de

[Handwritten signature and initials]

negócios de clientes (24,1 milhares de euros); aluguer de câmaras de frio (14,6 milhares de euros); venda de água salgada (5,1 milhares de euros); taxa de consumo de energia (42,9 milhares de euros) e serviços de reparações a pedido de operadores (17,3 milhares de euros); taxas de alterações contratuais (5,8 milhares de euros); venda de subprodutos do pescado (2,4 milhares de euros).

No que respeita aos **outros rendimentos operacionais**, em 2021, ascenderam a 465,5 milhares de euros, situando-se abaixo de 2020, em 114,8 milhares de euros (-19,8%). Esta rubrica inclui, maioritariamente os rendimentos decorrentes da integração contabilística de subsídios ao investimento (391,9 milhares de euros). Inclui ainda; serviços prestados, no âmbito de Contrato de Gestão celebrado com a SIMAB, SA, relativamente a apoio na área financeira, recursos humanos, informática e área técnica (39,6 milhares de euros); rendimentos de juros de mora cobrados a clientes (20,3 milhares de euros); rendimentos de aplicação de penalidades por incumprimento do Regulamento Interno (1,4 milhares de euros); indemnizações de seguros (1,5 milhares de euros), sendo que, este último, justifica a variação na rubrica, face a 2020 (-98,8 milhares de euros).

Os rendimentos provenientes da **integração de taxas de acesso**, que representam 11,5% do total dos rendimentos operacionais, encontram-se acima de 2020, em 27,6 milhares de euros (+1,7%), em resultado dos seguintes efeitos:

- (i) Variação favorável, em 82,7 milhares de euros (+5,5%), nos rendimentos relativos a integração recorrente de taxas de acesso, refletindo o efeito conjugado de rescisões contratuais e início da integração da taxa de acesso relativamente a duas novas áreas construídas por terceiros (operadores R03 e A02); e,
- (ii) Diminuição nos rendimentos decorrentes da integração plena de taxas de acesso, no montante de 55,1 milhares de euros (-54,8%), correspondente a 6 contratos (9 contratos, em 2020).

GASTOS OPERACIONAIS – Os gastos operacionais (exceto depreciações, imparidades e provisões), representam 27,6% dos rendimentos operacionais⁵ e ascenderam, em 2021, a um montante de 3 939,9 milhares de euros, traduzindo um aumento de 140,8 milhares de euros (+3,7%), face ao ano anterior, maioritariamente, apurado na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

ESTRUTURA GASTOS OPERACIONAIS



Os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um aumento de 63,4 milhares de euros (+2,4%), impactado pelo contexto de pandemia por doença COVID-19.

Os Gastos com Pessoal situam-se acima do ano anterior em 27,5 milhares de euros (+3%).

Em 2021, os gastos operacionais (CMV + FSE's + Gastos com Pessoal) representam 26,3% do volume de negócios.

Com a inclusão das depreciações, imparidades e provisões, com um peso de 48,4% na estrutura de gastos do MARL, os gastos operacionais ascenderam a 7 633,7 milhares de euros e registam um decréscimo de 85,3 milhares de euros (-1,1%), face ao ano anterior.

⁵ Excluindo integração contabilística de subsídios ao investimento.

Gastos Operacionais

milhares de euros	2019	2020	2021	2021/2020		Estrutura	% RO
				ABS	%		
FSE's	2 529,1	2 631,5	2 694,9	63,4	2,4%	35,3%	18,9%
Passoal	016,1	018,2	045,7	27,5	3,0%	12,4%	6,6%
Outros Gastos Operacionais	284,4	248,5	299,3	50,8	20,4%	3,9%	2,1%
Subtotal (Gastos operacionais cash)	3 730,0	3 799,1	3 939,9	140,8	3,7%	51,6%	27,6%
Depreciações	4 223,8	3 903,8	3 680,4	-223,4	-5,7%	48,2%	25,8%
Impar+Provisões/(revert)	226,3	16,1	13,3	-2,7	-17,0%	0,2%	0,1%
Total Gastos Operacionais	8 180,2	7 719,1	7 633,7	-85,3	-1,1%	100,0%	53,5%

Em 2021, os gastos com **Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**, que representam 35,3% da estrutura de gastos e 18,9% dos rendimentos operacionais, totalizaram o montante de 2 694,9 milhares de euros e registaram um aumento de 63,4 milhares de euros (+2,4%), face a 2020.

De salientar que esta evolução é impactada por gastos incorridos em contexto pandémico que, em 2020, integra menos três meses, face a 2021.

Efetivamente, o contexto pandémico determinou alterações na estrutura de custos, uma vez que as despesas operacionais sofreram um acréscimo, nomeadamente nas rubricas de limpeza e higiene, interior e exterior, e desinfeção dos mercados; consumíveis, tais como, gel desinfetante, máscaras e viseiras; segurança, com aumento necessário do número de operacionais (segurança privada e mesmo forças de segurança através do recurso à GNR via gratificados) e de recursos humanos de gestão dos mercados, para assegurar o devido distanciamento operacional e o funcionamento normal no 'pico' de procura.

Contudo, importa referir que, foram adotadas medidas de controlo e redução de custos, incluindo o corte de despesas acessórias, por forma a mitigar este efeito.

A evolução resulta, assim, do efeito conjugado das variações das subrubricas, conforme se apresenta:

Estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos

milhares de euros	2019	2020	2021	2021/2020		Estrutura
				ABS	%	
Electricidade	415,0	372,4	353,8	-18,6	-5,0%	13,1%
Água	186,9	191,5	183,1	-8,5	-4,4%	6,8%
Manutenção	215,6	188,5	201,3	12,8	6,8%	7,5%
Deslocações e Estadas	16,2	2,4	0,2	-2,2	-92,2%	0,0%
Limpeza	869,5	1 005,7	976,8	-28,8	-2,9%	36,2%
Segurança	299,6	388,8	414,5	25,7	6,6%	15,4%
Trabalhos Especializados	356,2	315,9	317,4	1,5	0,5%	11,8%
Seguros	63,1	74,9	95,0	20,1	26,8%	3,5%
Comunicação	9,8	11,2	12,5	1,3	11,6%	0,5%
Rendas e Alugueres	41,9	37,4	46,7	9,3	24,8%	1,7%
Combustíveis	1,9	0,8	4,3	3,5	419,1%	0,2%
Comissões	15,4	0,0	0,0	0,0	-100,0%	0,0%
Materiais	6,5	3,4	2,5	-0,9	-25,8%	0,1%
Contencioso e Notariado	2,0	0,7	1,0	0,3	49,1%	0,0%
Publicidade	12,6	8,9	19,7	10,9	122,2%	0,7%
Outros	16,9	29,1	66,1	37,0	127,1%	2,5%
Total FSE's	2 529,1	2 631,5	2 694,9	63,4	2,4%	100,0%

As variações mais significativas foram apuradas nas seguintes subrubricas:

- **Eletricidade:** reduz em 18,6 milhares de euros (-5%), justificado pelo efeito conjugado de uma redução das quantidades (kwh) consumidas (-10%) que mitigou o impacto do agravamento de preços registado no âmbito do concurso público aprovado no primeiro trimestre e lançado no segundo trimestre de 2021;
- **Manutenção:** regista um aumento em 12,8 milhares de euros (+6,8%), maioritariamente apurada em manutenção de equipamento básico, por maior necessidade de intervenções em equipamentos;
- **Limpeza:** mantendo-se a rubrica com maior peso na estrutura dos FSE (36,2%), apresenta uma redução de 28,8 milhares de euros (-2,9%). O aumento registado ao nível das subrubricas de limpeza interior e exterior (+45,1 milhares de euros) foi mitigado pela redução da subrubricas de tratamento e valorização de resíduos (-74,2 milhares de euros), traduzindo uma evolução muito favorável na recolha seletiva de resíduos orgânicos e refletindo também o efeito na operação de implementação da Ecoárea, e medidas conexas, no Mercado;
- **Segurança:** apresenta um aumento de 25,7 milhares de euros (+6,6%), relativamente a reforço do número de operacionais no âmbito do contrato com prestador de serviços e recurso a elementos da Guarda Nacional Republicana (GNR), tendo em vista o reforço da segurança na movimentação de pessoas e bens, em contexto de pandemia COVID-19;
- **Seguros,** que evidencia um agravamento, em 20,1 milhares de euros (+26,8%), maioritariamente apurada no ramo multiriscos, traduzindo um agravamento do prémio decorrente do aumento da sinistralidade;
- **Outros FSE's:** ascendem a 66,1 milhares de euros e contemplam, essencialmente, gastos com honorários, contencioso e notariado, despesas de representação, serviços bancários, entre outros. A variação é apurada, maioritariamente, na subrubrica de "honorários" (+36 m€), relativamente a prestadores de serviços que reforçam a equipa comercial e operacional, desde setembro de 2020.

Os **gastos com pessoal**, que representam cerca de 6,6% dos rendimentos operacionais, ascenderam a 945,7 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 27,5 milhares de euros (+3%).

Gastos com Pessoal

milhares de euros	2019	2020	2021	2021/2020	
				ABS	%
Remun. dos Órgãos Sociais	155,1	155,1	154,8	-0,4	-0,2%
Remunerações do Pessoal	599,2	600,1	616,9	16,8	2,8%
Indeminizações	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.
Encargos sobre Remunerações	135,6	136,1	140,2	4,1	3,0%
Seguros Acid. Trab.	2,9	3,0	3,1	0,1	3,9%
Outros Gastos com Pessoal	23,2	23,8	30,7	6,9	29,2%
Total	916,1	918,2	945,7	27,5	3,0%

A variação nos gastos com o pessoal, face a 2020, resulta do efeito conjugado de:

- i. Remuneração órgãos sociais (-0,4 milhares de euros);
- ii. Atualização salarial⁶ (+0,4 milhares de euros);
- iii. Atribuição Subsídio Acumulação Funções (+0,9 milhares de euros);

⁶ DL n.º 10-B/2020, de 20 de março que atualiza ao valor das remunerações base mensais da AP

- iv. Saída de um colaborador dos quadros da empresa, no primeiro semestre de 2020 (-8,3 milhares de euros);
- v. Pagamento de férias não gozadas (+2,9 milhares de euros);
- vi. Encargos com estágios remunerados (+8,4 milhares de euros), sendo que parcialmente subsidiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional com início em dezembro de 2020 e *terminus* em setembro de 2021, para reforço da área técnica, salientando-se que consubstancia um estágio subsidiado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). No âmbito do protocolo estabelecido com esta entidade, a MARL, SA incorreu em encargos com subsídio de alimentação, e contribuições para a segurança social, totalizando, em 2021 o montante de 9,3 milhares de euros, sendo a parte subsidiada considerada como rendimento (subsídios à exploração), no montante de 5,8 milhares de euros;
- vii. Situações de baixa médica por motivo de doença médica (+27,5 milhares de euros);
- viii. Horas de trabalho suplementar e noturno (-4,7 milhares de euros);
- ix. Gastos incorridos em contexto COVID-19, em 2020, com subsídio de acumulação de funções e medidas de caráter social de apoio a colaboradores (-6,1 milhares de euros);
- x. Gastos com formação (+8,2 milhares de euros);
- xi. Outros gastos, como seguros de acidentes de trabalho, medicina no trabalho, ajudas de custo, fardamento e outros (-1,3 milhares de euros)

Os **Outros Gastos Operacionais** ascenderam a 299,3 milhares de euros, registando um aumento de 50,8 milhares de euros (+20,4%), face ao ano anterior, e integram maioritariamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (266,4 milhares de euros).

A evolução desta rubrica é, maioritariamente, impactada pelo aumento do IMI (+29,5 milhares de euros), decorrente da integração de dois novos edifícios no património do MARL e pelo registo, em 2021, de correções a exercícios anteriores (+11,4 milhares de euros).

DEPRECIÇÕES, IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER E PROVISÕES – Os Gastos Operacionais “*non cash*” (depreciações, imparidades de dívidas a receber e provisões), correspondem a 25,9% dos rendimentos operacionais e ascenderam a 3 693,8 milhares de euros, situando-se 226,2 milhares de euros abaixo do valor registado no ano anterior.

Para esta evolução contribuiu a redução das depreciações em 223,4 milhares de euros (-5,7%), refletindo o fim da vida útil de alguns bens.

RESULTADOS FINANCEIROS – Os encargos financeiros fixaram-se, no final do ano de 2021, em 134,5 milhares de euros, o que representa uma redução de 79,8 milhares de euros (-37,2%), face a 2020, refletindo a redução da dívida financeira e condições de *pricing* mais favoráveis.

IMPOSTO – A linha de imposto regista, em 2021, o montante de 1 620 milhares de euros e reflete: (i) imposto corrente, estimado para o período, no montante de 1 611,1 milhares de euros, um aumento, face a 2020, de 55,8 milhares de euros (+3,6%) e (ii) imposto diferido, no montante de (8,9 milhares de euros), com origem em diferenças entre a base fiscal e contabilística.



8.2 PERFORMANCE FINANCEIRA

BALANÇO E ESTRUTURA FINANCEIRA – A evolução das principais rubricas do balanço é apresentada de forma sintética, no quadro seguinte:

Balanço Sintético

milhares de euros	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	2021/2020	
				ABS	%
Ativo Não Corrente	120 110,2	117 274,2	116 586,5	(687,7)	-0,6%
Capital Circulante Líquido	(570,9)	(132,3)	86,3	(218,6)	-165,2%
Outros	(4 722,0)	(4 828,6)	(5 030,5)	201,9	4,2%
Diferimentos	(14 198,3)	(13 080,9)	(13 400,8)	319,9	2,4%
Capital investido	100 618,9	99 232,4	98 241,4	(991,0)	-1,0%
Dívida Financeira*	32 253,9	26 482,1	21 035,6	(5 446,5)	-20,6%
Caixa e Depósitos Bancários	130,7	114,2	232,2	118,0	103,3%
Dívida Financeira Líquida	32 123,2	26 367,9	20 803,4	(5 564,5)	-21,1%
Capital Social	30 000,0	30 000,0	30 000,0	-	0,0%
Reservas e Resultados Retidos	38 495,7	42 864,5	47 438,0	4 573,5	10,7%
Fundos Acionistas	68 495,7	72 864,5	77 438,0	4 573,5	6,3%

*Inclui Prestações Acessórias de Capital

A posição financeira da empresa assenta no ativo total líquido no montante de 118 632,7 milhares de euros, repartido por 117 054,9 milhares de euros (98,7%) e 1 577,8 milhares de euros (1,3%), de não corrente e corrente, respetivamente.

O passivo ascendeu a valores de 41 194,7 milhares de euros, 30 928 milhares de euros e 10 266,8 milhares de euros, não corrente e corrente, respetivamente.

Em termos de análise do equilíbrio financeiro, constata-se uma estrutura de capital, repartida em 65,3% por capitais próprios e 34,7% por capitais alheios, sendo 75% não corrente e 25% corrente.

Da comparação da posição financeira da empresa, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as variações mais relevantes encontram-se nas seguintes rubricas:

- O **ativo tangível e intangível** líquido diminuiu em 687,7 milhares de euros (-0,6%) decorrente, maioritariamente do efeito conjugado de: (1) depreciações do exercício, que ascenderam a 3 680,4 milhares de euros; (2) investimento total realizado em 2021, que ascendeu a 1 104,6 milhares de euros e (3) reconhecimento no ativo, do montante de 3 552,1 milhares de euros, equivalente ao valor patrimonial tributário referente a dois edifícios (Edifício A02.2 e Edifício R03.1), construídos por terceiros, em terreno do MARL.

O **capex**, no montante de 1 103,6 milhares de euros reporta-se a: (i) intervenções nos edifícios (28,2 milhares de euros); (ii) adaptação de espaço para armazém de prestadores de serviços (147,7 milhares de euros); (iii) obras de adaptação de espaços (Cozinha industrial e Centro de Formação), incluindo consultoria (472 milhares de euros); (iv) aquisição de equipamento administrativo (5,6 milhares de euros); (v) aquisição de equipamento AVAC (2,2 milhares de euros); (vi) reabilitação vedações (37 milhares de euros); (vii) equipamento básico (10,2 milhares de euros); (viii) reparação reservatório de água (140,5 milhares de euros); obra em curso do edifício C01 (44,1 milhares de euros); (ix) intervenções no talude (119,8 milhares de euros); (x) aquisição equipamento CCTV (37,5 milhares de euros); (xi) aquisição de contentores (23,1 milhares de euros); (xii) aquisição equipamento LED (19,7 milhares de euros) e (xiii) outros (16 milhares de euros);

- **Redução dos ativos por impostos diferidos**, no montante de 9,8 milhares de euros decorrente, essencialmente, da reversão dos ativos por impostos diferidos decorrente do registo de perdas por imparidade de ativos fixos, em anos anteriores;

- Aumento nas dívidas de **clientes** conta corrente, em 118,6 milhares de euros (+10,8%), face a 31 de dezembro de 2021, traduzindo um PMR de 29 dias (+2 dias, face a 31 de dezembro de 2020);
- Redução de **outras contas a receber** em 96,7 milhares de euros (-24,9%);
- Aumento das **disponibilidades**, em 118 milhares de euros.

O reforço da capacidade de geração de “cash flow” operacional aliado a uma política de investimento criteriosa permitiram à empresa fortalecer a sua estrutura financeira, com o passivo a diminuir de forma sustentada e a representar, no final de 2021, 34,7% do total do ativo (vs 39% no final de 2020).

O passivo, incluindo os diferimentos, a 31 de dezembro de 2021, ascendeu a 41 194,7 milhares de euros, reduzindo 5 130,1 milhares de euros (-11,1%), quando comparado com 31 de dezembro de 2020.

As principais variações registam-se nas seguintes rubricas:

- **Dívidas a fornecedores conta corrente**, que registaram uma redução de 187,4 milhares de euros (-32,2%). O prazo médio de pagamentos (PMP)⁷ situou-se em 45 dias, que compara com 54 dias, em 2020 (-17%);
- **Diferimentos**, que registam um aumento de 319,9 milhares de euros (+2,4%), decorrente, essencialmente, do efeito conjugado da integração em rendimentos do exercício de taxas de acesso e do registo de taxas de acesso associadas a novos contratos ou correspondente a edificações construídas por terceiros;
- **Financiamentos obtidos**, que reduzem em 5 446,5 milhares de euros (-20,6%), traduzindo: (i) amortização de duas prestações de capital do empréstimo do Banco Europeu de Investimento, em 2 777,8 milhares de euros; (ii) amortização de financiamento de investimento de médio/longo prazo, em 339,7 milhares de euros; (iii) amortizações, contratualmente previstas, de programas de emissão de papel comercial, no montante de 1 700 milhares de euros; (iv) aumento, em 262 milhares de euros, na utilização de linhas de crédito sob a forma de descoberto autorizado e; (v) amortização de prestações acessórias de capital, no montante de 891 milhares de euros.

Para otimizar a gestão diária de tesouraria e a consequente redução de encargos financeiros, as empresas do Grupo SIMAB mantêm linhas de apoio à tesouraria sob a forma de descoberto autorizado grupado, com o limite de utilização de 4 700 milhares euros, sendo utilizadas, ao longo do ano, em função dos défices/excedentes de tesouraria gerados diariamente, permitindo assim uma redução dos encargos financeiros. A 31 de dezembro de 2021, estas linhas encontravam-se utilizadas, pela MARL SA, em 1 483,2 milhares de euros.

Posição financiamento

milhares de euros	31/12/2020	Utiliz. / (Amortiz) 2021	31/12/2021
Linhas curto prazo			
Descobertos Bancários	1 221,2	262,0	1 483,2
Linhas MLP prazo			
Financiamento Invest.	15 788,5	-3 117,5	12 671,1
Empréstimo	0,0	0,0	0,0
Papel Comercial	5 300,0	-1 700,0	3 600,0
Prestações Acessórias Capital	4 172,4	-891,0	3 281,4
Total	26 482,1	-5 446,5	21 035,6

⁷ Calculado nos termos da RCM nº 34/2008 com a alteração introduzida pelo despacho nº 9870/2009, de 13 de abril

Os **capitais próprios** ascenderam a 77 438 milhares de euros, representando um aumento de 4 573,5 milhares de euros (+6,3%), face a 31 de dezembro de 2020.

A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 6,3%. A componente operacional deste valor equivale a 8,7%. O efeito de alavancagem financeira e o efeito fiscal contribuem negativamente para o resultado.

Rentabilidade dos Capitais Próprios	2019	2020	2021
(1) Política de Investimento	0,083	0,087	0,087
EBITDA/VN	0,747	0,762	0,747
VN/Ativo	0,111	0,114	0,116
(2) Política de Financiamento	0,993	0,985	0,965
Ativo/CP	1,785	1,636	1,532
RAI/EBITDA	0,556	0,602	0,630
(3) Efeito Fiscal	0,757	0,749	0,751
RL/RAI	0,757	0,749	0,751
Rentabilidade do Capital Próprio (1)x(3)	6,25%	6,41%	6,30%

Rentabilidade do Capital Próprio	2019	2020	2021
(1) RL/VN	0,31	0,34	0,35
(2) VN/Ativo	0,11	0,11	0,12
(3) Ativo/CP	1,79	1,64	1,53

FLUXOS DE CAIXA – A atividade operacional da empresa gerou um fluxo líquido de 6 761,6 milhares de euros, suficiente para fazer face ao financiamento do investimento, que mobilizou fluxos monetários no montante de 1 039,1 milhares de euros.

O *cash flow* disponível para o serviço da dívida, no montante de 5 836,7 milhares de euros, foi suficiente para fazer face às obrigações decorrentes do serviço da dívida, designadamente, amortizações de capital no âmbito de financiamentos de médio/longo prazo e programas de emissão de papel comercial (plano de amortizações contratualizadas), juros de financiamento e outros encargos, que ascenderam a 4 975,5 milhares de euros, e permitiu ainda amortizar prestações acessórias de capital, no montante de 891 milhares de euros.

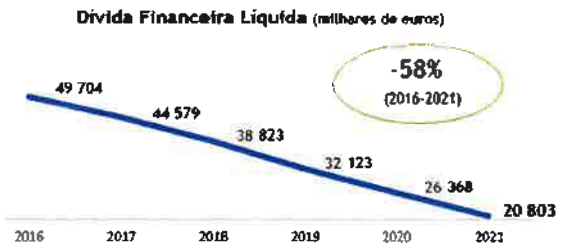
Demonstração sintética de Fluxos de Caixa

milhares de euros	2019	2020	2021
Caixa no início do período	416,1	130,7	114,2
Cash Flow Atividades Operacionais	7 872,8	7 287,7	6 761,6
Recebimentos de Clientes	15 745,2	15 937,0	15 530,2
Pagamento Fomecedores	-3 481,1	-4 116,4	-4 006,9
Pagamentos Pessoal	-831,5	-839,0	-895,3
Outros pagamentos/recebimentos operacionais	-3 559,7	-3 693,8	-3 866,4
Cash Flow Atividades de investimento	-908,2	-1 264,3	-1 039,1
Cash Flow disponível para serviço da dívida	6 964,6	6 154,1	5 836,7
Serviço da Dívida			
Juros e outros encargos	-264,4	-268,1	-158,0
Amortização empréstimos MLP ⁽¹⁾	-2 182,3	-4 886,2	-2 039,7
Amortização capital (BEI)	-2 777,8	-2 777,8	-2 777,8
Free Cash Flow	1 740,2	-1 778,0	861,3
Recebimento/(Amortização) de empréstimos ⁽²⁾	8 239,5	839,2	262,0
Recebimento/(Amortização) de empréstimos acionistas	-10 265,1	1 053,0	-891,0
Variação de Caixa	-285,4	-16,5	118,0
Caixa no final do período	130,7	114,2	232,2

⁽¹⁾ Inclui Amortização de Papel Comercial (amortizações contratualizadas)

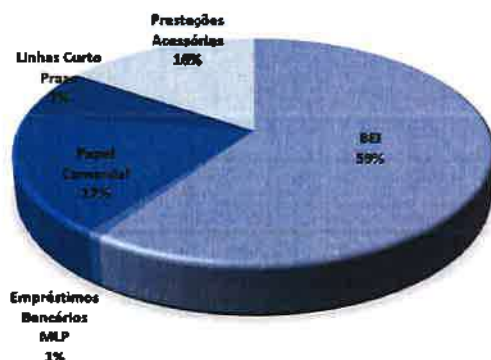
⁽²⁾ Inclui efeito líquido de aumentos/reduções de emissão de Papel Comercial

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA – Em resultado do reforço da capacidade de geração de “cash flow”, a dívida financeira líquida da MARL, SA tem diminuído de forma progressiva e consistente, ascendendo a 20 803,4 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 5 564,5 milhares de euros (-21,1%), face a 31 de dezembro de 2020 e de 28 900 milhares de euros (-58%), face a 2016.



O Grupo SIMAB tem vindo a procurar as melhores alternativas de financiamento junto da Banca, tendo em vista a otimização dos seus financiamentos, quer ao nível do custo, quer ao nível do tipo de produto contratado e garantias conexas, procurando ajustar a maturidade destes à dos investimentos que financiam.

ESTRUTURA DA DÍVIDA FINANCEIRA



Em resultado desta política e da procura de melhores condições no mercado, no final de 2021, foi contratualizada pela MARL, SA uma operação de financiamento, sob a forma de Programa de Emissão de Papel Comercial, no montante de 3 600 milhares de euros, com prazo de 3 anos e possibilidade de denúncia anual por ambas as partes, que permitiu refinanciar um PPC que a empresa detinha, do mesmo montante e maturidade, em condições de *pricing* mais favoráveis, concretizando uma redução de 65 pontos base no *all in spread*, face ao PPC amortizado. De igual modo, na sequência de negociação com a banca comercial, foi possível

reduzir o *all in spread* de uma linha de financiamento sob a forma de descoberto bancário.

Do total da dívida financeira, em 31 de dezembro de 2021, 12 500 milhares de euros (59%) respeita ao financiamento obtido junto do BEI (com aval do Estado Português); 171,1 milhares de euros (1%) respeitam a financiamento de médio/longo prazo; 3 600 milhares de euros (17%) correspondem a Programas de Emissão de Papel Comercial; 1 483,2 milhares de euros (7%) a utilização linhas de apoio à tesouraria sob a forma de descoberto bancário e 3 281,4 milhares de euros (16%) respeita a prestações acessórias de capital, realizadas pelo acionista SIMAB.

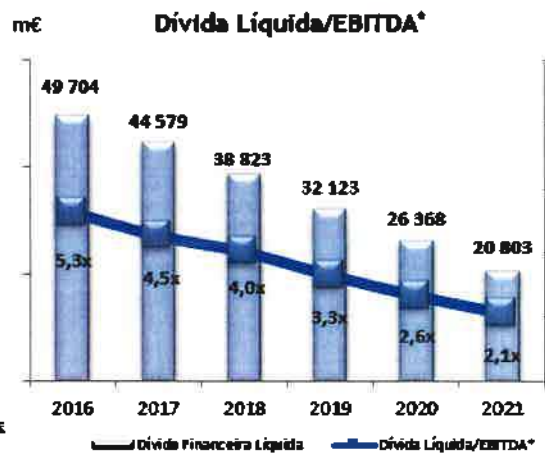
Dívida Financeira em 31 de dezembro

milhares de euros	2021	2020	2019	2018	2017	2016
BEI	12 500,0	15 277,8	18 055,6	20 833,3	23 611,1	26 388,9
Empréstimos Bancários MLP	171,1	510,8	847,0	1 179,2	1 507,7	1 832,4
Papel Comercial	3 600,0	5 300,0	9 850,0	3 200,0	4 250,0	2 400,0
Linhas Curto Prazo	1 483,2	1 221,2	382,0	642,5	887,2	136,4
Prestações Acessórias	3 281,4	4 172,4	3 119,4	13 384,5	14 447,9	19 112,8
Total	21 035,6	26 482,1	32 253,9	39 239,5	44 703,8	49 870,5
Disponibilidades	232,2	114,2	130,7	416,1	125,0	167,0
Dívida Líquida	20 803,4	26 367,9	32 123,2	38 823,5	44 578,8	49 703,5

ESTRUTURA DE CAPITAL – Em 2021, a MARL, SA voltou a apresentar melhorias substanciais em termos de rácios financeiros. A capacidade de geração de *cash flow* associada ao esforço de dotar a empresa com uma estrutura de capitais mais sólida permitiu uma redução do passivo da empresa e o reforço do peso relativo dos capitais próprios de 43%, no final de 2016 para 65%, em 2021.

A solidez ao nível da atividade operacional da MARL, SA, em 2021, encontra-se evidenciada no EBITDA⁸, que ascendeu a 9 920,3 milhares de euros, demonstrando a importância do autofinanciamento enquanto fonte de fundos da empresa. O rácio de Dívida Líquida/EBITDA⁸ situou-se em 2,1x, que compara com 2,6x, em 2020, e 5,3x, em 2016, refletindo não só o reforço da capacidade de libertação de fundos operacionais como também o esforço de redução do endividamento.

A rentabilidade operacional, a redução do financiamento, a obtenção de condições de financiamento mais favoráveis e a evolução dos mercados financeiros determinaram um reforço do rácio de cobertura de juros (EBITDA⁸/juros líquidos) de 19x, em 2016, para 73,7x em 2021.



* Excluindo integração de subsídio ao investimento.

9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da MARL, SA propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de 4 877 205,91 euros (quatro milhões, oitocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinco euros e noventa e um cêntimos) tenha a seguinte distribuição:

- 487 720,59 euros (quatrocentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte euros e cinquenta e nove cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos da al. A) do artigo 18.º dos estatutos da sociedade;
- 4 389 485,32 euros (quatro milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quatrocento e oitenta e cinco euros e trinta e dois cêntimos) sejam mantidos em Resultados Transitados.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Conselho de Administração aprovou o Relatório e Contas de 2021 da MARL, SA e respetivas Demonstrações Financeiras, em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2022.

A MARL, SA não tem dívidas ao Estado ou à Segurança Social.

A "empresa-mãe" da MARL, SA, a SIMAB, SA, é detida a 100% pela Parpública, SGPS, SA.

11. IMPACTO COVID-19

Em 2021, os Mercados Abastecedores, enquanto plataformas grossistas de base alimentar de distribuição de bens essenciais à população, mantiveram-se abertos e a cumprir o serviço público de proporcionar aos operadores/empresas que aqui exercem atividade o imperativo de garantia na continuidade da cadeia de abastecimento ao comércio retalhista que permanece em funcionamento, designadamente na área alimentar, de modo a que estes bens essenciais cheguem às populações.

Naturalmente, nos últimos dois anos, o funcionamento dos Mercados Abastecedores e das empresas instaladas nos mesmos foi realizado com significativas limitações e restrições a nível comercial, de operação, de funcionamento institucional e de circulação de bens e pessoas, quer decorrentes da aplicação dos Planos de Contingência implementados, quer, sobretudo, devido às condicionantes ou mesmo impedimentos existentes, com suspensão de atividades e setores económicos que geram quebras ao nível das cadeias de fornecimento, a montante ou a jusante, decorrentes das limitações legais decretadas e impostas, quer em Portugal, quer nos países com que essas empresas trabalhavam, mas também decorrentes do abrandamento na procura, consequência das medidas de "quarentena" obrigatórias decididas um pouco por todos os países do mundo para conter a pandemia COVID-19.

A pandemia redefiniu prioridades, desenhou novos padrões de consumo e fez disparar a procura pelos bens de primeira necessidade nos supermercados, mas sobretudo no comércio tradicional, uma tendência que já estava a ter uma dinâmica crescente e que a crise veio acelerar e consolidar.

No setor da logística, assistiu-se mesmo um acréscimo de procura para realização de novos negócios em 2021 e 2022 em razão do aumento da compra *on line* e da entrega ao domicílio e no estabelecimento (na impossibilidade de resposta imediata a algumas das solicitações por ausência de espaços disponíveis).

O comércio retalhista aumentou os seus níveis de compra, diversificou-se e, também, aumentou o seu volume de vendas junto dos consumidores finais. Em especial, nas suas várias vertentes, o comércio retalhista de proximidade. Com efeitos comerciais e operacionais na vida dos Mercados Abastecedores.

Ou seja, o comércio alimentar de proximidade passou a exercer um papel fundamental. Respondeu de forma positiva, a nível de preço e de oferta, e soube adaptar-se, disponibilizando entregas ao domicílio ou encomendas por telefone ou online. O que também aconteceu no comércio grossista.

O consumo em sùperes e hipermercados também cresceu, embora de forma não tão expressiva. E, de igual modo, aumentou também o gasto em farmácia e, principalmente, em tecnologia. Ou em itens como cultura, entretenimento, bricolage, entre outros. Todos relevantes na atividade logística e de transporte que ocorre nas nossas plataformas logísticas de base agroalimentar, em especial na entrega ao domicílio, uma vez que se passou a valorizar a proximidade e o consumo em casa.

As empresas grossistas de hortofrutícolas apresentaram, na generalidade, maior resiliência, tendo, em muitos casos, havido mesmo um aumento do seu volume de negócios, pelo facto de os seus compradores, designadamente os formatos tradicionais de comércio, isto é, operadores de mercados municipais, mercearias, frutarias e minimercados, mas também os hipermercados e supermercados, terem visto, como sempre identificámos, a procura aumentar e, igualmente, em virtude do aumento do comércio on line e da entrega ao domicílio tal como via aumento das encomendas através das redes sociais e mesmo telefónicas, para os quais muitas reorientaram parte da sua atividade.

Continuaram a ser exceção, dentro destas, as empresas grossistas de hortofrutícolas cujos clientes são consumidores coletivos, tais como, cantinas de escolas e lares ou o canal HORECA e outras que operam em nichos de mercado como a aviação. Embora, a maioria tenha, também, conseguido diversificar, com sucesso, os seus clientes. No entanto, a reabertura e novo encerramento de muitas destas atividades poderá ter um efeito significativo e danoso em 2021.

Analogamente, o setor das mercearias secas teve, também, um forte crescimento do seu volume de negócios.

Por sua vez, no setor do pescado, e independentemente de alguma baixa do preço, continuou a verificar-se, que parte das empresas aumentou o seu volume de negócios, nas áreas das conservas e congelados, outros o mantiveram, ao trabalhar com os hipermercados, supermercados e grandes peixarias, e parte viu o seu rendimento começar a recuperar ao trabalhar com o canal HORECA e com os mercados municipais. Embora, a evolução da pandemia tenha, novamente, trazido problemas a parte das empresas do setor.

No que concerne ao setor das flores manteve-se durante o ano problemas ao nível dos seus rendimentos. A recuperação da atividade comercial do setor que se iniciou a partir de maio não foi consolidada.

As unidades de restauração que existem nos Mercados Abastecedores enfrentaram grandes dificuldades tal como as atividades complementares. Existiu alguma recuperação durante o segundo semestre de 2020, mas os problemas agravaram-se significativamente no início de 2021.

Quanto às principais empresas de transporte e logística, aquelas que trabalham quase exclusivamente para o mercado nacional, realizando uma distribuição capilar, de proximidade, com encomendas de pequeno porte, tiveram os impactos da pandemia mitigados pelo crescimento da componente de entregas de mercadorias compradas em comércio eletrónico e por outras vias alternativas. Embora, queixando-se de alguma "desregulação" das entregas.

No que concerne à despesa operacional, os Mercados Abastecedores abertos e em plena operação face à situação que vivemos e cuja exigência dos desafios que temos enfrentado, com



aumento da procura por parte dos clientes dos clientes bem como com necessidades acrescidas de controlo, faseamento de entradas, limpeza e desinfeção.

Não obstante, esta complexidade, não se registaram impactos materiais na operação, no cumprimento dos nossos compromissos e na manutenção dos investimentos em curso.

Importa reiterar que temos procurado conter, ao longo de todos estes meses, a despesa operacional em outras rubricas, ao mesmo tempo que políticas de sustentabilidade têm também ajudado à despesa operacional.

Pontualmente, verificou-se impacto da pandemia na despesa operacional, em áreas essenciais à boa operação dos Mercados e à gestão da pandemia, embora em parte contrabalançado em outras rubricas dessa despesa.

Neste contexto, foi dada continuidade às iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo o corte de despesas acessórias e condicionando a realização de investimentos àqueles que se revelam críticos e essenciais à manutenção de infraestruturas ou ao desenvolvimento do negócio.

Ao nível da receita, surgiram abordagens por parte dos clientes que, enfrentando dificuldades de tesouraria, solicitaram isenções e/ou flexibilizações de pagamento das suas taxas de utilização.

Perante estas abordagens, foram definidos princípios orientadores de abordagem comercial que declinaram a concessão de isenções de taxas de utilização, tendo sido realizados diversos Acordos de pagamento que, genericamente, têm vindo a ser pontualmente cumpridos.

A MARL, SA conseguiu assim assegurar a continuidade das operações, cumprir os compromissos financeiros assumidos, garantindo a sustentabilidade dos Mercados a curto prazo sem comprometer a sua viabilidade de médio/longo prazo.

As prioridades mantiveram-se assim inalteradas desde o início da crise sanitária: segurança das nossas equipas e dos clientes e utilizadores que nos visitam, estabilidade da cadeia de abastecimento, com medidas especiais implementadas no início da crise pandémica e que mantemos até hoje.

Considerando o contexto de incerteza que caracterizou os últimos dois anos, a empresa implementou um conjunto de medidas com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores e utilizadores do Mercado, diversas iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo o corte de despesas acessórias e condicionando, nesta fase, a realização de investimentos àqueles que se revelam críticos e essenciais à manutenção de infraestruturas.

Em 2021, mantiveram-se assim as medidas de restrição que incidem sobre a matéria da circulação na via pública, regulando a prossecução de tarefas e funções essenciais à sobrevivência, as deslocações por motivos de saúde, o funcionamento da sociedade em geral, bem como o exercício de funções profissionais a partir do domicílio, não obstante a imprescindibilidade do funcionamento da cadeia de produção alimentar para a manutenção do regular funcionamento da sociedade.

Não se verificou, em 2021, necessidade de adoção de novas medidas de controlo e mitigação da pandemia e não se registaram impactos na operação, no cumprimento dos nossos compromissos e na manutenção dos investimentos em curso.

Todos os acordos de pagamentos celebrados com clientes que tinham manifestado dificuldades de tesouraria, até à data, têm vindo a ser cumpridos, com exceção de um ou outro caso pontual.

No que concerne à perda de receita atribuível à pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, assistimos a uma forte resiliência dos setores presentes no Mercado, nomeadamente ao nível do setor hortofrutícola. O impacto nos rendimentos, em taxas de utilização, no MARL, foi assim muito ténue.

Relativamente aos gastos, em razão das necessidades de adaptação inicial da operação e dos espaços, das mudanças legislativas, com impacto na operação, que foram ocorrendo durante as

7
JPB
JK

várias fases do Estado de Emergência e Calamidade e, igualmente, com a aprendizagem que fomos tendo bem como com a progressiva estabilização da operação, constatamos hoje que parte da despesa que teve origem no contexto pandémico deverá manter-se no futuro, em razão da necessidade de assegurar o funcionamento em plenas condições higio-sanitárias que se impõem em infraestruturas desta natureza.

Pelo exposto, à presente data, não se perspetiva, que os efeitos económicos decorrentes dos esforços para conter a epidemia venham a determinar uma redução do valor recuperável dos ativos da empresa. Do mesmo modo, e apesar de poder vir a verificar-se alguns atrasos nos pagamentos de clientes, também não perspetivamos, nesta fase, um agravamento material na estimativa de perda de crédito de clientes. Não aconteceu em 2020 e 2021 e não se prevê em 2022.

O Conselho de Administração considera, assim, que não foi colocada em causa a continuidade dos seus negócios, prosseguindo assim com a estratégia definida e implementada a fim de garantir a sua sustentabilidade e alavancar a criação de valor.

12. PERSPETIVAS FUTURAS

No cumprimento das orientações definidas pelo acionista ao Conselho de Administração eleito em março de 2021 assentará a atividade futura do MARL. Assim, tais orientações visam o cumprimento do modelo de negócio definido, garantindo o cumprimento do serviço público, o preservar dos valores ao nível da segurança e saúde pública do mercado abastecedor.

Com dinamização comercial junto dos atuais e potenciais operadores, numa perspetiva de consolidação dos setores mais dinâmicos e incremento da atividade nos setores que apresentam maiores dificuldades, promovendo a eficiência e a eficácia, mas também assegurando a necessária preservação e modernização dos ativos e a sua capacitação, contribuindo desde logo para a crescente e fundamental sustentabilidade, ambiental e financeira.

Fruto dos relacionamentos institucionais que o MARL tem, enquanto membro da *World Union of Wholesale Markets*, sabemos da referência internacional que somos e do valor que assim proporcionamos aos nossos operadores. Contudo, porque nos comparamos com países com maiores recursos materiais, e completando o mercado mais de 20 anos, devemos manter a disponibilidade de aprendizagem e de *benchmarking*, para que a evolução dos próximos 20 anos não seja menor que a verificada.

Só assim continuaremos a justificar a escolha pelos operadores pelos nossos espaços. Só com mais valor entregue, continuaremos a posicionarmos como primeira escolha no contexto geográfico em que estamos inseridos. Só assim também, asseguraremos a rentabilidade futura da exploração.

No âmbito de uma estratégia de comercialização de novos espaços, estão a decorrer diversos contactos e negociações com entidades nas áreas de logística, e outras, a que importa dar continuidade, para que seja possível potenciar receitas para cobertura de novos investimentos indispensáveis à recuperação, manutenção e dinamização das infraestruturas e equipamentos do Mercado. Esforço que deve ser incrementado. De igual modo, ao nível das atividades complementares.

Assim sendo, de um modo geral, a atividade da Empresa será norteada pelos seguintes eixos estratégicos:

- Crescer e diversificar na oferta;
- Modernizar ativos;

- Reforçar a eficiência e processos;
- Reforçar a atuação dos recursos humanos; e,
- Contribuir para a prossecução de políticas públicas.

Neste quadro de reposicionamento estratégico, a MARL, SA pretende adotar uma postura ativa na promoção de desenvolvimento regional no domínio agroalimentar e logístico, bem como através do incremento das atividades complementares presentes no mercado.

A MARL, SA mantém a visão de liderar o setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.

As possibilidades de expansão do MARL, a médio prazo, incluindo um polo de atividade na margem sul do Tejo, deverão continuar a ser equacionadas com os diferentes parceiros públicos e privados.

Sublinhamos os valores que caracterizam o MARL: Resiliência, Eficiência e Compromisso. Estamos convictos que os desafios vão ser debelados e as oportunidades, reais e promissoras, que também existem, serão concretizadas, com tal mentalidade.

A personificação desses valores assenta nos nossos colaboradores. Por isso também propusemos alterações a este nível, permitindo subtrair à gestão dos recursos humanos, a aleatoriedade, em detrimento do concretizar do reconhecimento do empenho e dedicação.

A subida de preços da eletricidade, dos combustíveis, da carência de matérias-primas, de componentes eletrónicas, etc, que resultam desta pandemia obriga a repensar na programação das atividades para 2022, sendo essencial a continuação do acompanhamento muito próximo da evolução financeira das empresas que integram o Universo Empresarial da SIMAB, reforçando-se mecanismos de acompanhamento e análise da informação financeira de cada uma das empresas, para além do acompanhamento e informações disponibilizadas às empresas que exercem atividade nos Mercados Abastecedores.

À presente data não pode ser olvidado o regresso da guerra ao território europeu. Para além das preocupações democráticas e humanitárias que genericamente nos tocam, o reflexo é já bem real e impactante na realidade do MARL: aumento fortíssimo de custo de energia, imprevistos no último trimestre de 2021, aquando da definição do Plano de Atividades de Orçamento para 2022.

Podendo-se estimar em centenas de milhares de euros, tal não deixará de condicionar as escolhas estratégicas do exercício de 2022.

13. REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança e o apoio prestados, bem como a colaboração dos membros dos outros Órgãos Sociais, que permitiram dar continuidade ao desenvolvimento do projeto e à concretização dos objetivos do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa.

Aos operadores, um especial agradecimento pelo interesse demonstrado na afirmação do projeto, claramente manifestado através da sua instalação e aposta no sucesso do Mercado.

Aos colaboradores, uma palavra especial de agradecimento pela disponibilidade e dedicação demonstrados na prossecução das suas funções. Em especial, no contexto adverso de 2021.

A finalizar, uma palavra de apreço às empresas responsáveis pela execução das diferentes prestações de serviços, assim como às instituições financeiras que participam na materialização deste projeto.

O Conselho de Administração da MARL, SA,



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carlos Augusto Clamote



Luís Manuel dos Santos Matias

São Julião do Tojal, 15 de março de 2022

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA

(Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nenhum dos elementos do Conselho de Administração era detentor de quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2021, nem realizou transações com quaisquer títulos da Empresa.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único, Ricardo Jorge Pinto Dias, não detinha quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2021, não tendo realizado quaisquer transações com quaisquer títulos da Empresa.

1/2
1/2
2

CUMPRIMENTO
DAS ORIENTAÇÕES
LEGAIS



ÍNDICE

II. Cumprimento das Orientações Legais	2
1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento.....	2
2. Gestão do Risco Financeiro.....	6
3. Limite de crescimento do endividamento.....	8
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a Fornecedores e atrasos nos pagamentos ("arrears").....	9
5. Cumprimento das Recomendações do acionista aquando da aprovação de contas 2019	10
6. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações.....	10
7. Cumprimento do artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP).....	13
8. Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 16 do RJSPE que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.....	13
9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.....	14
[n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março].....	14
10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção [n.º 1, do artigo n.º 46.º do RJSPE].....	14
11. Aplicação das Normas de Contratação Pública	15
12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	17
13. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais [artigo 158.º do Decreto Lei n.º 84/2019 de 28 de junho].....	18
14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 49.º do DLEO 2019	23
15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) [artigo 28.º do RJSPE, artigo 172.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro e artigo 115.º do DL 84/2019, de 28 de junho].....	23
16. Recomendações na sequência de auditorias do Tribunal de Contas.....	24
17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual).....	25
18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC.....	25
19. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF).....	25

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a checkmark, a signature, and a date.

II. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeitos da demonstração do cumprimento das orientações legais da MARL, SA foi seguida a estrutura constante do ofício SAI_DGTF/2022/359-DSPE de 20 de janeiro de 2022 da Direção Geral de Tesouro e Finanças.

A MARL, SA procedeu ao acompanhamento mensal do grau de cumprimento dos objetivos impostos pela Lei do Orçamentos do Estado (LOE), aprovado pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019 (DLEO2019) (Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho), que por força do disposto no artigo 210.º do referido diploma, manteve-se em vigor.

1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

- a) *Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2021, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.*

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

Na sequência da nomeação de novo Conselho de Administração na última Assembleia Geral na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARL, SA, as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração para o mandato 2021/2023, encontram-se ainda em fase de aprovação pelo acionista.

Sem prejuízo de se aguardar a assinatura formal dos Contratos de Gestão, a MARL, SA efetuou a monitorização dos objetivos e indicadores quantitativos, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento de 2021, aprovado pelas tutelas¹.

Os objetivos quantitativos da MARL, SA estão alinhados com os objetivos estratégicos definidos ao nível da *holding* e com as orientações da tutela financeira e setorial para o Grupo SIMAB bem como com as orientações definidas pela tutela financeira para as empresas do Setor Empresarial do Estado². Os objetivos, assim estabelecidos, traduzem-se, no geral, na obtenção de uma variação positiva do *EBITDA*, diminuição do peso dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal face ao volume de negócios, redução da dívida, aumento da rentabilidade acionista e redução dos prazos de pagamento a fornecedores, dando, na generalidade, cumprimento às orientações da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O PAO 2021 foi elaborado nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 395/2020-SET de 27 de julho de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em que foram determinadas um conjunto de orientações específicas para a elaboração dos PAO's das empresas públicas não financeiras do SEE.

Neste contexto, sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores, face aos objetivos definidos no âmbito do PAO2021:

¹ Despacho n.º 108/2021-SET de 23/02/2021; Despacho n.º 97/XXII/SECSDC/2021 e Relatório de Análise 28/2021 da UTAM, de 22/02/2021

² Despacho 395/2020 -SET de 27 de julho de 2020

un: Euro

Objetivo	Indicador	2021	2021	Variação (2021/PAO21)	
		Execução	PAO	ABS	%
Crescimento do EBITDA	EBITDA	10 312 140	10 378 889	-66 749	-0,6%
Peso dos Gastos operacionais no Volume de Negócios	(CMV+FSE's+Gc/P)/VN <i>Volume de Negócios</i> <i>CMV + FSE's</i> <i>Gastos c/Pessoal</i>	26,4% 13 799 887 2 694 934 945 653	27,5% 13 999 207 2 884 962 960 667	-1,1 p.p -199 320 -190 028 -15 014	-1,4% -6,6% -1,6%
Redução Prazo Médio de Pagamentos	PMP Fornecedores (dias)	45	52	-7	-14%
Redução de Endividamento	Dívida/Capital Próprio Dívida Financeira	27,2% 21 035 626	27,3% 21 105 832	-0,2 p.p -70 205	-0,3%
Aumento Rentabilidade Acionista	EBIT/Capital Próprio	8,6%	8,5%	0 p.p	
Investimento	Valor anual do Investimento Tx de execução do P. Investimentos	1 103 569 66%	1 676 500 100%	-572 931 -34,2 p.p	-34,2%
Quadro de Pessoal	N.º RH	23	24	-1	-4,2%

› **EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)**

milhares de euros	2020	2021	2021/2020		PAO 2021	2021/PAO2021	
			ABS	%		ABS	%
Rendimentos Operacionais	14 170,0	14 265,4	95,4	0,7%	14 488,6	-223,2	-1,5%
Gastos Operacionais	-3 815,2	-3 953,3	138,1	3,6%	-4 109,7	-156,5	-3,8%
EBITDA	10 354,8	10 312,1	-42,6	-0,4%	10 378,9	-66,7	-0,6%

Em 2021, o EBITDA³ ascendeu a 10 312,1 milhares de euros, situando-se abaixo do PAO2021 e do ano anterior, respetivamente, em 66,7 milhares de euros (-0,6%) e 42,6 milhares de euros (-0,4%).

A evolução, face ao orçamento, é impactada pela evolução desfavorável dos rendimentos operacionais, em 223,2 milhares de euros (-1,5%) que anulou o desvio favorável dos gastos operacionais *cash* (excluindo depreciações imparidades e provisões), em 156,5 milhares de euros (-3,8%). O desvio nos rendimentos operacionais é, maioritariamente, apurado em:

- i. Taxas de utilização dos lugares sazonais (-16,3 milhares de euros), refletindo uma ocupação inferior, decorrente do contexto pandémico que caracterizou o ano 2021;
- ii. Venda de frio que ascendeu, em 2021, a 160,1 milhares de euros, apresentando-se abaixo do PAO2021, em 61,1 milhares de euros (-27,6%), refletindo as paragens no funcionamento de chillers, para além da opção dos operadores pela instalação de frio próprio, que vem assumindo cada vez maior expressão.
- iii. Integração de taxas de acesso, que ascendeu a 1 635,3 milhares de euros, situando-se abaixo do PAO2021, em 111,2 milhares de euros (-6,4%), em resultado do efeito conjugado de um desvio favorável na integração plena de taxas de acesso por rescisão contratual (+17,4 milhares de euros) e de um desvio desfavorável nos rendimentos decorrentes da integração recorrente de taxas de acesso (-128,6 milhares de euros), maioritariamente decorrente do adiamento, para 2022, do início de atividade de uma nova área (R06.2).

³ Apurado de acordo com SNC

- › **Peso dos Gastos Operacionais (CMV + FSE + Gastos com Pessoal) / VN** – assegurar, no seu conjunto, a redução do peso dos gastos operacionais (FSE + gastos com pessoal) no volume de negócios, expurgado dos montantes recebidos a título de subsídios à exploração e indemnizações compensatórias.

O rácio de cobertura dos Gastos Operacionais pelo Volume de Negócios apresentou um desvio favorável, face ao previsto em sede de orçamento (-1,1 pontos percentuais). Em termos relativos, o desvio favorável nos gastos operacionais (-5,3%) compensou o desvio desfavorável no volume de negócios (-1,3%).

O desvio desfavorável no **volume de negócios**, no montante de 199,3 milhares de euros, espelha maioritariamente a evolução das subrubricas de taxas de utilização de lugares sazonais, venda de fio e integração de taxas de acesso, conforme referido anteriormente.

Os gastos operacionais (FSE + RH) apresentam um desvio favorável de 205 milhares de euros (-5,3%) em resultado do efeito conjugado de:

- Desvio favorável registado na **rubrica de FSE**, em 190 milhares de euros (-6,6%), maioritariamente apurado nas subrubricas de: (i) limpeza, que apresenta uma redução de 147,1 milhares de euros (-13,1%), explicado por uma superação de expectativas quanto à eficiência na recolha seletiva de resíduos, allada a um contexto muito favorável no mercado do papel, que alavancou os ganhos gerados pela maior eficiência na recolha de resíduos valorizáveis; (ii) segurança, que apresenta uma redução de 28,1 milhares de euros (-6,4%), traduzindo um menor recurso a serviços gratificados da GNR, em contexto de combate à pandemia, face ao previsto em sede de orçamento; (iii) água, que se apresenta abaixo do estimado, em 24,7 milhares de euros (-11,9%), refletindo um menor consumo, em virtude dos investimentos e das medidas de otimização levadas a cabo nos últimos anos; (iv) seguros, que registam um aumento de 19,9 milhares de euros (+26,6%), decorrente do agravamento de prémios nas apólices dos ramos de multiriscos, responsabilidade civil, em virtude da sinistralidade registada;
- Desvio favorável registado em **gastos com pessoal**, em 15 milhares de euros (-1,6%), que resulta maioritariamente do efeito conjugado das seguintes situações:
 - i. Situações de baixa médica por motivo de doença em 2021 (-20,8 milhares de euros);
 - ii. Férias não gozadas, em 2021 (+2,9 milhares de euros);
 - iii. Estágio remunerado (+9,3 milhares de euros), com início em dezembro de 2020 e *terminus* em setembro de 2021, para reforço da área técnica, não previsto em sede de orçamento. De referir que consubstancia um estágio subsidiado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). No âmbito do protocolo estabelecido com esta entidade, a MARL, SA incorreu em encargos com subsídio de alimentação, e contribuições para a segurança social, totalizando, em 2021 o montante de 9,3 milhares de euros, sendo a parte subsidiada considerada como rendimento (subsídios à exploração), no montante de 5,8 milhares de euros;
 - iv. Gastos com formação (-3,2 milhares de euros);
 - v. Trabalho suplementar e horas noturnas (-2,4 milhares de euros);
 - vi. Outros gastos, como seguros de acidentes de trabalho, medicina no trabalho, fardamento e outros (-0,8 milhares de euros).

› **PMP**

O prazo médio de pagamentos, em 2021, situou-se em 45 dias, traduzindo uma redução de 9 dias (-17%), face ao ano anterior e situando-se abaixo do prazo previsto em sede de orçamento, em 7 dias (-14%).



Investimento

Pretende-se com este ponto evidenciar a execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2021, designadamente do investimento (por projeto), apresentando, para o efeito, quadros com identificação dos valores previstos, executados e respetivos desvios.

No que concerne ao investimento realizado, em 2021, totalizou um montante de 1 103,6 milhares de euros, correspondendo a uma execução de 66% do valor planeado para o ano 2021, em sede de PAO2021.

A execução do Plano de Investimentos apresentou-se da seguinte forma:

milhares de euros Investimento/Projeto	2021		Desvio	Execução	OBS:
	PAO	Execução			
Beneficiação de Edifícios e Infraestruturas	1 259,0	990,8	-268,2	79%	
Beneficiação de coberturas Edifícios	120,0	151,0	31,0	126%	
Sinaletica	20,0	0,0	-20,0	0%	
Obras no Edifício Cash para Licenciamento	0,0	44,1	44,1	n.d.	(1)
Reparação Vedações	0,0	37,0	37,0	n.d.	
Armazem para Prestadores de Serviços	0,0	147,7	147,7	n.d.	
Juntas dilatação (pavimento + edifícios)	195,0	16,4	-178,6	8%	
Reparação betuminoso	40,0	0,0	-40,0	0%	
Beneficiação Edifícios e Infraestruturas	320,0	1,3	-318,7	0%	(2)
Projetos e Fiscalização	0,0	1,6	1,6	n.d.	
Foodlab + IPTRANS	434,0	472,0	38,0	109%	
Reparação de Talude	130,0	119,8	-10,2	92%	
Sistemas de Informação e Inovação Tecnológica	285,0	6,3	-278,7	2%	
Up-Grade GIC	15,0	0,0	-15,0	0%	
Rede de Dados - Equip. ativos e instalação	80,0	0,0	-80,0	0%	
Fibra óptica	40,0	1,4	-38,6	3%	
Aquisição de PC's/Outros Equipamentos Servidores)	0,0	4,9	4,9	n.d.	
Central telefónica IP para Grupo	100,0	0,0	-100,0	0%	
Software (CRM;Gestão Manutenção)	50,0	0,0	-50,0	0%	
Área Segurança	80,0	43,4	-36,6	54%	
Medidas de Autoproteção	40,0	5,9	-34,1	15%	
Aquisição de camaras de CCTV para a área do portico, CPA'S	40,0	37,5	-2,5	94%	
Área Recursos Hídricos	2,5	2,5	0,0	101%	
Contadores de Água	0,0	2,5	2,5	n.d.	
Execução de furo captação água subterrânea	2,5	0,0	-2,5	0%	
Área Recursos Energéticos	0,0	19,7	19,7	n.d.	
Aquisição de Equipamento LED	0,0	19,7	19,7	n.d.	
Área Resíduos	50,0	25,7	-24,3	51%	
Projeto Eco Area	0,0	2,6	2,6	n.d.	(3)
Contentores Lixo	50,0	23,1	-26,9	46%	
Outros Equipamentos	0,0	15,1	15,1	n.d.	
Chillers/Frigodifusores/Câmaras	0,0	7,6	7,6	n.d.	
Equipamento Frio	0,0	2,2	2,2	n.d.	
Total	1 676,5	1 103,6	-572,9	66%	

Observações:

- (1) Desvio imputável a atraso por parte da Direção Geral do Património e da Cultura, relativamente à deslocalização do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática, do edifício do MARL, onde atualmente se encontra instalado, que determina a manutenção de equipamento de suporte a trabalhos de sustentação de parede do edifício Cash;
- (2) Investimento previsto para reformulação de instalações sanitárias dos pavilhões, adiado para períodos subsequentes, por necessidade de reprogramação em função de necessidades de intervenção mais urgentes, nomeadamente:
 - i. "Construção de Armazém para Prestadores de Serviços",

- ii. Reabilitação de caleiras de drenagem e vedações do MARL, intervenção despoletada por incêndio que atingiu a área envolvente nascente do Mercado em julho de 2020 embora já por diversas vezes anteriormente equacionado (desde o início do MARL que não era objeto de intervenção). O objetivo da intervenção foi proceder à reabilitação do sistema de drenagem das bacias de retenção e limpeza da vegetação;
- iii. Projeto de instalação de *Foodlab*;
- iv. Reparação de interior de Reservatório de água;
- v. Aquisição de armaduras interiores para edifício NAC.

> **Dívida Financeira**

A dívida financeira da empresa situou-se abaixo do previsto no PAO2021, em 70,2 milhares de euros (-0,3%) e abaixo do ano de 2020, em 5 446,5 milhares de euros (-20,6%).

A MARL, SA não integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, pelo que a al. c) deste ponto não é aplicável.

2. Gestão do Risco Financeiro

Os riscos a que a MARL, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de Crédito - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente; e as condições financeiras dos clientes.

Risco de Liquidez - A MARL, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro. A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARL, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

A MARL, SA tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento e detém uma carteira de financiamentos de longo prazo, constituída por empréstimos de médio/longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito.

Para além do passivo bancário, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos. A MARL, SA detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Programas de papel comercial;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

O objetivo da MARL, SA, em relação à gestão de capital é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente da dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão de risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da sociedade, com uma remuneração adequada dos capitais investidos e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

Destacam-se algumas das mais importantes operações de financiamento que caracterizam o passivo bancário da MARL, SA:

- Financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), em condições de maturidade, carência e taxas de juro bastante favoráveis (Euribor3m + 0,12%), quando comparadas com as condições normalmente oferecidas no mercado financeiro pela banca comercial e de investimento. No âmbito deste financiamento foi obtida garantia pessoal (fiança) do Estado Português, para o cumprimento das obrigações de capital e juros;
- Um Programa de Emissão de Papel Comercial, contratualizado com a Banca Comercial, em novembro de 2021, no montante de 3 600 milhares de euros, com prazo de 3 anos e possibilidade de denúncia anual por ambas as partes. Esta linha permitiu refinar um PPC, do mesmo montante e maturidade, em condições de *pricing* mais favoráveis, concretizando uma redução de 65 pontos base no *all in spread*, face ao PPC amortizado;
- Dois contratos de crédito por descoberto em conta (Grupado), que inclui a SIMAB, MARL e MARE, com um limite global de 2 700 milhares de euros. Em 31 de dezembro de 2021, estas linhas encontravam-se utilizadas, pela MARL, SA, em 1 483,2 milhares de euros; e,
- Prestações acessórias, de capital, realizadas pelo acionista SIMAB, SA no montante de 3 281,4 milhares de euros.

A totalidade da dívida financeira da MARL, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARL, S.A ao risco de fluxos de caixa. A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro⁴.

A dívida financeira da MARL, SA tem diminuído de forma progressiva e consistente, ascendendo a 21 035,6 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2021, que compara com 26 482,1 milhares de euros, em 2020 (-20,6%) e com 49 870,5 milhares de euros em 2016 (-57,8%). A empresa tem vindo assim a reforçar a sua estrutura de capital, de forma consolidada, por via do reforço da sua capacidade de autofinanciamento.

⁴ Em 2011, através do Despacho nº 896/2011-SEFT de 9 de junho, ficaram as Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF) obrigadas "(...) a comunicar à DGTF os projetos de contratação de IGRF (Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro), incluindo a respetiva ficha técnica e demais elementos referidos no despacho nº 101/09-SEFT de 30 de janeiro, previamente à sua celebração, sujeita igualmente a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) (...)". O DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, dispõe igualmente a obrigatoriedade de obtenção de parecer prévio favorável, emitido pela Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), à realização de operações referentes a derivados financeiros sobre taxas de juro.

Dívida Financeira em 31 de dezembro

Euro	2021	2020	2019	2018	2017	2016
BEI	12 500,0	15 277,8	18 055,6	20 833,3	23 611,1	26 388,9
Empréstimos Bancários MLP	171,1	510,8	847,0	1 179,2	1 507,7	1 832,4
Papel Comercial	3 600,0	5 300,0	9 850,0	3 200,0	4 250,0	2 400,0
Linhas Curto Prazo	1 483,2	1 221,2	382,0	642,5	887,2	136,4
Prestações Acessórias	3 281,4	4 172,4	3 119,4	13 384,5	14 447,9	19 112,8
Total	21 035,6	26 482,1	32 253,9	39 239,5	44 703,8	49 870,5
Disponibilidades	232,2	114,2	130,7	416,1	125,0	167,0
Dívida Líquida	20 803,4	26 367,9	32 123,2	38 823,5	44 578,8	49 703,5

A redução do passivo bancário, a melhoria das condições de *pricing* do financiamento e a evolução dos mercados financeiros permitiu apresentar uma evolução favorável dos encargos financeiros e uma redução significativa da taxa média de financiamento.

milhares de euros	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Encargos Financeiros (€)	134,5	214,3	289,1	351,6	394,3	495,2
<i>Evolução EF (%)</i>	<i>-37%</i>	<i>-26%</i>	<i>-18%</i>	<i>-11%</i>	<i>-20%</i>	<i>-45%</i>
Taxa Média de Financiamento	0,56%	0,73%	0,81%	0,84%	0,83%	0,94%

O cálculo da taxa média ponderada do custo do passivo de financiamento tem subjacente não só os juros suportados, mas também as comissões financeiras e a periodização das despesas na montagem de financiamento.

3. Limite de crescimento do endividamento

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2021 – LOE2021), apurado de acordo com a fórmula definida no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019) e tendo em conta os novos investimentos, o crescimento do endividamento, em 2021, face a 2020, é limitado a 2%.

Nos anos de 2021 e 2020 não ocorreram aumentos de capital.

Em 2021, não se realizaram investimentos com enquadramento no conceito "novo investimento com expressão material", definido nos termos do n.º 2 do artigo 159.º do DLEO 2019.

A taxa de variação do endividamento remunerado é calculada nos termos do n.º 4 do artigo 159.º do DL n.º 84/2019 de 28 de junho, na definição conferida pelo ofício SAI_DGTF/2022/359 DSPE de 20 de janeiro de 2022, apresentando-se como segue:

$$\frac{(\text{Financiamento Remunerado}_{2021} - \text{Financiamento Remunerado}_{2020}) + (\text{Capital}_{2021} - \text{Capital}_{2020}) - \text{Novos Investimentos}_{2021}}{(\text{Financiamento Remunerado}_{2020}) + \text{Capital}_{2020}}$$

Variação do Endividamento (execução)

Euro	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento remunerado (Corrente e não corrente) ⁽¹⁾	21 035 626,4	26 482 148,1
Capital Social	29 999 999,8	29 999 999,8
Novos Investimentos no ano (com expressão material)	0,0	n.a
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	-9,6%	

⁽¹⁾ Inclui prestações acessórias de capital

A MARL, SA cumpre assim os limites de endividamento legalmente definidos, tendo o passivo remunerado, em 2021, diminuído em 5 446,5 milhares de euros, correspondente a uma variação de 9,6%, face a 2020.

[Handwritten signature and initials]

Importa referir que, em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho⁵ favorável ao pedido de exceção deste regime⁶, autorizando assim o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a Fornecedores e atrasos nos pagamentos ("arrears")

- A evolução do PMP⁷ a fornecedores da MARL, SA, foi a seguinte:

PMP	2021	2020	Var. 2021/2020	
			Valor	%
Prazo (dias)	45	54	-9	-17%

O indicador do (PMP)⁷ foi de 45 dias, traduzindo uma redução de 9 dias (-17%), face ao registado em 31 de dezembro de 2020.

Expurgando os saldos intra-grupo, no montante de 39,9 milhares de euros, o PMP seria de 42 dias.

Foram incluídos no cálculo deste indicador apenas os saldos de curto prazo, ou seja, os saldos que decorrem da atividade e investimentos correntes.

- Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears")

No que respeita à divulgação de informação dos atrasos de pagamento definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a MARL, SA apresenta, à data de 31/12/2021, os seguintes atrasos nos pagamentos:

Dividas vencidas	Valor (€)	Valor das dividas vencidas de acordo com o Art. 1º DL 65-A/2011			
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias
Aquisições de bens e Serviços	322 266	0	0	0	55 864
Aquisições de Capital	177 936	0	0	0	0
Total	500 202	0	0	0	55 864

O «atraso no pagamento» corresponde ao não pagamento de fatura relativa ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

As dividas a fornecedores foram calculadas de acordo com o mesmo critério do prazo médio de pagamentos apresentado no ponto anterior.

Importa referir que, do saldo em dívida apresentado entre 0-90 dias, 39,9 milhares de euros (8%) respeita a dívida à empresa mãe, SIMAB, S.A.

Foram excluídos do cálculo deste indicador os saldos estaveis, nomeadamente, relativos a cauções e documentos não validados para pagamento.

⁵ Despacho n.º 2318/2014 – SET

⁶ Nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro

⁷ Calculado nos termos da RCM n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009, de 13 de abril

O valor evidenciado com antiguidade superior a 360 dias refere-se, essencialmente, a dívida no montante de 55,7 milhares de euros, para a qual foi negociado um plano de pagamentos em prestações, que está a ser cumprido mensalmente.

5. Cumprimento das Recomendações do acionista aquando da aprovação de contas 2019

As contas da MARL, SA referentes ao exercício de 2020, foram aprovadas em Assembleia Geral de 31 de março de 2021, estando presentes ou representados todos os acionistas.

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas, aquando da aprovação de contas 2020.

6. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações

Em 2021, a MARL, SA aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2021 dos órgãos sociais, nomeadamente a redução remuneratória decorrente da aplicação da Lei 12-A/2010, de 30 de junho.

▪ Remunerações dos Órgãos Sociais

No exercício de 2021 apresentaram-se em funções 2 mandatos:

Mandato I: até 31/03/2021, mantiveram-se em funções os órgãos sociais nomeados em Assembleia Geral (AG) de 13 de julho de 2016 onde foram definidas as remunerações dos órgãos sociais, para o mandato 2016/2018, e que se mantiveram até esta data, uma vez que, em AG de 26 de março de 2019, foi suspensa a votação de novos órgãos sociais para a sociedade, por não estarem reunidas as condições necessárias para deliberar sobre esta matéria.

Mandato II: em reunião de AG, datada de 31 de março de 2021, na sequência da realização de Assembleia Geral eletiva na SIMAB, SA, acionista maioritário, foram designados os novos membros dos órgãos sociais, para o triénio 2021/2023.

Por forma a facilitar a exposição relativamente à composição dos órgãos sociais será feita a distinção entre os dois mandatos em funções no exercício de 2021:

Remuneração dos Órgãos Sociais

1. Mesa da Assembleia Geral

Mesa da Assembleia Geral un: Euro

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor de Senha Fixado (€)	Designação		Valor Bruto Auferido
				Forma ⁽¹⁾	Data	
2016/2018	Presidente	Bernardino José Torrão Soares	200	AG	13/07/2016	0
2016/2018	Secretário	(Por nomear)	100	AG	13/07/2016	0
2021/2023	Presidente	Bernardino José Torrão Soares ⁽¹⁾	200	AG	31/03/2021	0
2021/2023	Presidente	Ricardo Jorge Colaço Leão	200	AG	12/11/2021	0
2021/2023	Secretário	Por nomear				0

¹ Cessou funções em 12 de novembro de 2021

*Legenda: (R) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unánime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

O Secretário da Assembleia Geral nomeado em AG de 13/07/2016, apresentou renúncia ao cargo em 18/02/2020.

Em Assembleia Geral de 31 de março de 2021, ficou por nomear o Secretário da mesa da Assembleia Geral.

O Presidente da Assembleia Geral, nomeado em Assembleia Geral de 31/03/2021, exerceu funções até 12 de novembro de 2021, data em que foi nomeado novo presidente.



No exercício de 2021, não foram processadas senhas de presença à mesa da Assembleia Geral.

2. Conselho de Administração

Conforme referido anteriormente, o exercício de 2021 fez coincidir dois mandatos do órgão de administração da sociedade. Até 31 de março de 2021, mantiveram-se em funções os membros do Conselho de Administração, nomeados para o mandato 2016/2018.

Em 31 de março de 2021, foram nomeados novos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023:

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração		N.º de Mandatos
			Forma ⁽¹⁾	Data	Entidade pagadora	O/D	
2016/2018	Presidente	Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo	Ata n.º 39 da AG	13/07/2016	n.a	n.a	1
2016/2018	Vogal executivo	Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho	Ata n.º 39 da AG	13/07/2016	n.a	n.a	1
2016/2018	Vogal não executivo	João Pedro da Silva Correia ⁽¹⁾	Ata n.º 44 da AG	28/03/2018	n.a	n.a	1
2016/2018	Vogal não executivo	Paulo Rui Luis Amado	Ata n.º 44 da AG	28/03/2018	n.a	n.a	1
2021/2023	Presidente	Jorge Proença dos Reis	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	n.a	n.a	1
2021/2023	Vogal executivo	Rita Margarida Ribeiro e Roda Gouinho Saraiva	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	n.a	n.a	1
2021/2023	Vogal não executivo	Carlos Augusto Clamote	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	n.a	n.a	1
2021/2023	Vogal não executivo	Paulo Rui Amado ⁽²⁾	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	n.a	n.a	2
2021/2023	Vogal não executivo	Luis Manuel dos Santos Matias	Ata n.º 54 da AG	12/11/2021	n.a	n.a	1

⁽¹⁾ Cooptado em CA de 14/02/2018

⁽²⁾ Renunciou ao cargo em 10/11/21, sendo substituído por Luis Manuel dos Santos Matias

Encontra-se por nomear um dos vogais executivos, em representação do acionista SIMAB, SA.

Encontra-se por nomear um vogal não executivo, em representação da Câmara Municipal de Lisboa.

As remunerações do Conselho de Administração em funções em 2021, foram deliberadas em Assembleia Geral de 12 de maio de 2021.

Os membros executivos do Conselho de Administração da MARL, SA (Comissão Executiva) não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela SIMAB, SA à MARL, SA.

O Desempenho de Cargos Sociais foi estabelecido em AG de 12 de maio de 2021, nos seguintes montantes:

- Presidente (DCS SIMAB) – Remuneração mensal, 14 meses, determinada no valor de Euro 4 130.
- Vogais Executivos (DCS SIMAB) - Remuneração mensal, 14 meses, determinada no valor de Euro 3 385.

Mandato I

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento Mensal*	Despesas Representação
Rui Paulo Figueiredo	S	C ⁽¹⁾	0,00	0,00
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho	S	C ⁽¹⁾	0,00	0,00
Paulo Rui Amado	S	n.a. ⁽²⁾⁽³⁾	190,00	0,00
João Pedro da Silva Correia	S	n.a. ⁽⁴⁾	190,00	0,00

(1) Classificação atribuída na Holding

(2) Vogal não executivo representante da Câmara Municipal de Loures

(3) Renunciou ao cargo em 10/11/21

(4) Vogal não executivo representante da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (não auferiu)

* Valor ao qual foi aplicada a redução remuneratória de 5% - Lei 12-A/2010, de 30 de junho

Mandato II

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento Mensal*	Despesas Representação
Jorge Proença dos Reis	S	C ⁽¹⁾	0,00	0,00
Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	S	C ⁽¹⁾	0,00	0,00
Paulo Rui Amado	S	n.a. ⁽²⁾⁽³⁾	190,00	0,00
Luis Manuel dos Santos Matias	S	n.a. ⁽²⁾	190,00	0,00
Carlos Augusto Clamote	S	n.a. ⁽⁴⁾	190,00	0,00

(1) Classificação atribuída na Holding

(2) Vogal não executivo representante da Câmara Municipal de Loures

(3) Renunciou ao cargo em 10/11/21

(4) Vogal não executivo representante da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (não auferir)

* Valor ao qual foi aplicada a redução remuneratória de 5% - Lei 12-A/2010, de 30 de junho

Relativamente aos vogais não executivos:

Nome	Remuneração Anual 2021(€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Final (6) = (3)-(4)+(5)
Paulo Rui Luis Amado ⁽¹⁾	190,00	n.a	2 660,00	133,00	0,00	2 527,00
Luis Manuel dos Santos Matias ⁽²⁾	190,00	n.a	0,00	0,00	0,00	0,00
Carlos Augusto Clamote ⁽³⁾	190,00	n.a	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) Nomeado em AG de 31/03/2021. Renunciou ao cargo em 12/11/2021

(2) Nomeado em AG de 12/11/2021

(3) Nomeado em AG de 31/03/2021

Nome	Benefícios Sociais							
	Sub. Alimentação		Regime de Proteção Social		Seguro de saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante Anual	Identificação	Valor			Identificação	Valor
Paulo Rui Luis Amado	n.a	n.a	Seg.Social	514,43	n.a	n.a	n.a	n.a
Luis Manuel dos Santos Matias	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
Carlos Augusto Clamote	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a

No que diz respeito a outros gastos com Órgãos Sociais acresce o seguro de acidentes de trabalho indexado à remuneração do vogal não executivo Paulo Rui Luis Amado, que representou um gasto anual de 12,46 euros.

A MARL, SA não incorre noutros gastos relativamente a comunicações móveis, viaturas e deslocações em serviço de nenhum dos membros do Conselho de Administração (Executivos e não Executivos).

3. Fiscalização - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas (ROC)

Os honorários do ROC, nomeado na Assembleia Geral de 31 de março de 2021, foram definidos de acordo com os critérios previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, bem como de acordo com a deliberação tomada na mesma Assembleia, a qual define como valor de remuneração do Fiscal Único o valor mensal de Euro 806,25.

SROC

Nome	Remuneração Anual 2021(€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)+(2)
A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC	9 675,00	0,00	9 675,00

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	Numero de Inscrição na SROC	N.º registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Data do Contrato		
2021/2023	ROC/ Fiscal Único	ROC - Ricardo Jorge Dias Pinto ⁽¹⁾	SROC: 85 ROC: 1819	20170008	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	01/04/2021	10	10
2021/2023	ROC Suplente	ROC - Marco António da Costa Reis	SROC: 85 ROC: 1616	20161226	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	n.a	2	1

(1) Em representação de A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC

Em 2021, apenas foram realizados os serviços de Revisão legal de contas pela SROC.

Nome	Remuneração Anual 2021(€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)+(2)
A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC	9 675,00	0,00	9 675,00

4. Auditor Externo

A auditoria às contas da MARL, SA é realizada pelo SROC/ROC referido no ponto anterior, não existindo outro auditor externo.

a) Remuneração do Auditor Externo

A auditoria às contas da MARL, SA é realizada pelo SROC/ROC referido no ponto anterior, não existindo outro auditor externo.

b) Remunerações dos restantes trabalhadores

Foi dado cumprimento às orientações relativas às remunerações vigentes em 2021.

Foi dado cumprimento às determinações da Lei n.º 75-B/2021, de 31 de dezembro.

Foi dado cumprimento às determinações do Decreto Lei n.º 10 /2021, de 1 de fevereiro.

Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias a pagar em 2021, relativas a 2021, de acordo com o DL n.º 25/2017 de 3 de março.

7. Cumprimento do artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)

- Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não utilizam cartões de crédito para fazer face a despesas ao serviço da empresa;
- Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas com comunicações;
- Os membros do Conselho de Administração da MARL, S.A não utilizam viaturas de serviço.

8. Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 16 do RJSPE que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A MARL, SA não teve, em 2021, despesas não documentadas ou confidenciais, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e no artigo 11.º do EPG.



9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

[n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março]

A MARL, SA pagou remunerações, em 2021, a um total de 24 trabalhadores, dos quais 9 do sexo feminino e 15 do sexo masculino. Do total de mulheres, 3 assumem cargos de direção, estando as restantes afetas a outros lugares técnicos e administrativos. Do total dos homens, 1 ocupa cargo de sub-diretor, 8 estão afetos a lugares técnicos e administrativos, estando os restantes afetos à área operacional do Mercado.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 março, entre um conjunto mais abrangente de medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens, determina, no ponto 2, que as Empresas do Setor Empresarial do Estado, promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e a homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações e que o divulguem internamente e o publiquem na respetiva página de internet.

A MARL elaborou Relatório sobre e remunerações pagas a mulheres e a homens, tendo em vista proceder a uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, com a caracterização das remunerações pagas por género, em dimensões distintas, apurando as eventuais diferenças salariais entre homens e mulheres, relativamente às remunerações, mensais, certas e permanentes (pagas 14x/ano), tendo como referência o 31 de dezembro de 2021. O referido relatório, aprovado pela Comissão Executiva a 9 de março de 2022, encontra-se divulgado no site da MARL, SA⁹

A MARL pratica uma política remuneratória transparente, com base em critérios que não os relativos ao género.

Considera-se que este requisito de elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, de acordo com o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, encontra-se cumprido.

Quanto às remunerações globais, do ano de 2021, são as abaixo referidas.

Indicadores	Mulheres	Homens
Nº Trabalhadores ⁽¹⁾	8	15
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	35%	65%
Remunerações Totais Anuais (€)	302.822	314.054
<i>% remunerações totais anuais - Trabalhadores (M;H)</i>	49%	51%
Remuneração Total Anual média/colaborador (€)	33.647	20.937
<i>Rácio da remuneração total - Trabalhadores (M/H)</i>	160,7%	

⁽¹⁾ a 31 de dezembro

Foram também pagas remunerações a um elemento pertence aos órgãos sociais, enquanto vogal não executivo do conselho de administração, que se encontram relatadas no Ponto 6 deste documento.

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção [n.º 1, do artigo n.º 46.º do RJSPE]

Dando cumprimento às recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), a MARL, SA subscreve o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas emanado pela SIMAB,

⁹ <https://www.marl.pt/governo-da-sociedade-2/>

extensível às suas participadas, avaliando o seu cumprimento através de relatório anual de execução, conforme previsto nos, n.º 1 e n.º 2, do artigo 46 do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A sua divulgação é feita no site da MARL, SA⁹ www.marl.pt.

O referido Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, relativo ao exercício de 2021, foi aprovado na reunião de Comissão Executiva de 9 de março de 2022.

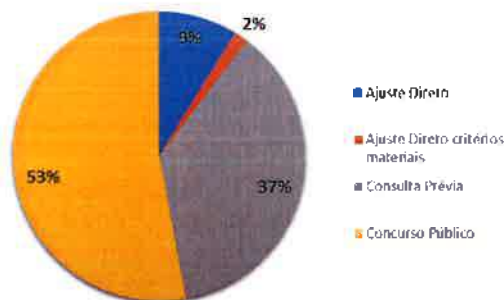
11. Aplicação das Normas de Contratação Pública

a) Cumprimento das normas de contratação pública pela MARL, SA

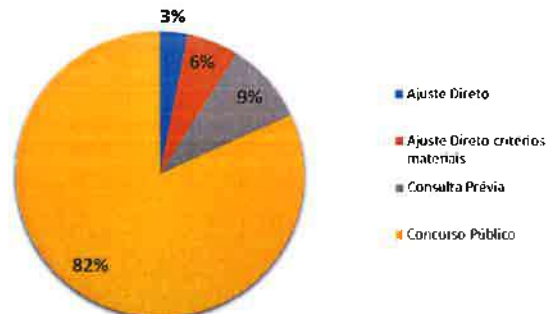
Todas as empresas do Grupo SIMAB, onde se insere a MARL, SA, estão sujeitas ao regime da contratação pública, sendo consideradas entidades adjudicantes, nos termos do n.º 2, do Art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) tendo, em 2021, dado cumprimento às normas de contratação pública, na formação e execução dos seus contratos, com aplicação no CCP.

Durante o ano de 2021, relativamente aos processos de aquisição, sujeitos à Parte II do Código dos Contratos Públicos e expurgados os ajustes diretos simplificados, que não careceram de tramitação processual de contratação pública, 82%, do valor total dos preços contratualizados, foram transacionados em condições concorrenciais, através de concurso público e 9% através de consulta prévia.

MARL Preço_Contratual_2020



MARL Preço_Contratual_2021



Cerca 6% (185,9 milhares de euros) dizem respeito a 3 procedimentos por ajuste direto, com utilização de critérios materiais. De referir que um deles, no valor de 141,8 milhares de euros, decorreu da ausência de propostas em concurso público, lançado em 2021, no âmbito da prestação de segurança e vigilância, serviço imprescindível à atividade do Mercado e os restantes 2 por motivos técnicos relativos a equipamentos de grande porte e a sistemas já implementados que obrigaram ao recurso às entidades "donas" da marca ou instalação/projeto.

Apenas 3% foram efetuadas por ajuste direto a uma entidade, por serem muito específicos da atividade, os quais se materializaram com 8 entidades, de onde resulta um preço contratual médio de 12,6 milhares de euros, aquém do limite legal para este tipo de procedimento.

A MARL, SA comunica os seus procedimentos de contratação pública, quando aplicável, através do portal dos contratos públicos - Base.

⁹ https://www.marl.pt/wp-content/uploads/2022/03/GrupoSIMAB_RelatorioExecucaoAnual_PGRCIC_2021.pdf

b) Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços

Por forma a mitigar riscos de não cumprimento das normas de Contratação Pública, alinhado com recomendação do CPC (Conselho de Prevenção da Corrupção)¹⁰ em incrementar mecanismos de controlo para assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação de bens e serviços, apesar das práticas já existentes conducentes ao seu cumprimento, a SIMAB aprovou, em 2021, um Regulamento de Controlo Interno de Contratação Pública, que pretende constituir um conjunto de regras e princípios definidores de métodos e procedimentos aplicáveis à contratação pública, no âmbito da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços e empreitadas, desde a fase pré-contratual, decisão de contratar/autorização de despesa, até à publicitação no portal da contratação pública, adotado pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

Com a implementação deste regulamento pretende-se:

- i. Reforçar os procedimentos relativos às aquisições de bens e serviços e nas empreitadas, já instituídos, promovendo o rigor e a responsabilidade individual de cada interveniente nos processos de aquisição;
- ii. Maior exigência na fundamentação e rigor, nos documentos de suporte à decisão de contratar;
- iii. Reforçar os mecanismos de controlo interno, com o recurso à segregação de funções, sempre que possível dada a dimensão das empresas;

Cumprimento do normativo, designadamente da publicitação no portal da contratação pública (Portal Base), nos termos do Art.º 127.º do Código dos Contratos Públicos, por forma a garantir a transparência nos procedimentos.

De forma resumida apresentam-se as atividades/fases englobadas no referido Regulamento Interno e a intervenção das respetivas áreas responsáveis:

¹⁰ Designadamente Recomendação n.º 4/2020, de 2 de outubro de 2020, do CPC



Ref	Atividade	Área Responsável	Descrição
1	Informação de Necessidade	DR	DR descreve e fundamenta a necessidade, enquadrando a aquisição, o objeto, o valor previsional, o prazo de duração, o tipo de procedimento, as entidades que pretende convidar e a proposta de júri, quando aplicável
2	Cabimentação	DF	DF procede ao registo do Cabimento Orçamental e solicita as autorizações prévias necessárias, quando aplicável
3	Controlo Interno	DC	DC analisa a Informação de Necessidade, confere as soluções jurídicas adotadas e solicita os pareceres necessários (Ficha de Verificação I)
4	Peças do Procedimento	DR	DR, na sequência dos pareceres positivos, elabora o convite/procedimento e o caderno de encargos e elabora proposta ao órgão competente para a decisão de contratar
5	Controlo Interno	DC	DC verifica o teor do convite, caderno de encargos e proposta ao órgão competente para contratar (ficha de verificação II)
6	Decisão de Contratar	CA/CE	Órgão competente para a decisão de contratar delibera sobre a proposta da DR que inclui a Informação de Necessidade, a cabimentação, os pareceres, a designação do júri quando aplicável e as peças do procedimento
7	Publicitação Procedimento (Convites; Anúncio)	DC	DC procede ao envio dos Convites, através de endereço de correio eletrónico dedicado (mailbox contratacao) ou à submissão do anúncio e disponibilização do procedimento na plataforma de contratação pública
8	Prazo para apresentar proposta	DC	Técnico responsável pela Caixa de Correio/Plataforma Contratação pública verifica se, no prazo definido, os convidados/interessados apresentaram pedido de esclarecimento e/ou de retificação de peças ou correção de erros ou omissões
9		DR/Júri	Júri analisa os pedidos e DR elabora informação, que remete ao órgão competente para contratar, para sua deliberação, quando aplicável. Caso haja respostas, o Técnico Responsável pela Caixa de Correio ou plataforma disponibiliza-as aos Convidados/interessados
10	Lista de Concorrentes	Júri	Júri inicia a análise das propostas, elaborando a lista de concorrentes, a qual é publicada na plataforma ou notificada por correio eletrónico a todos os convidados
11	Avaliação	Júri	Júri avalia as propostas de acordo com o critério de avaliação definido, podendo pedir esclarecimentos às entidades convidadas
12	Relatório Preliminar	Júri	Depois da avaliação, o Júri elabora o Relatório no qual indica a proposta que classificou em primeiro lugar e submete-o a audiência prévia
13	Relatório Final	Júri	Júri analisa as pronúncias em sede de Audiência prévia e caso haja alteração de ordenação submete o novo Relatório a nova audiência prévia. Caso contrário, elabora o Relatório Final propondo a adjudicação ao concorrente cuja proposta esteja ordenada em 1.º lugar.
14	Proposta de Adjudicação	DR	De acordo com o Relatório elaborado pelo Júri do procedimento, DR elabora proposta de adjudicação, com Informação, Minuta do Contrato e minuta de ofício de notificação da adjudicação
15	Cabimentação	DF	DF procede à correção do valor previamente cabimentado de acordo com o valor a adjudicar
16	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação da proposta de adjudicação Ficha de Verificação III
17	Aprovação de Adjudicação	CA/CE	Órgão competente para contratar delibera sobre o Relatório Final e minuta do contrato e delibera pela adjudicação ou não adjudicação
18	Notificação ao Adjudicatário	DC	DC procede ao envio da notificação da adjudicação, apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, se devida e minuta de contrato, através de endereço de correio eletrónico dedicado (mailbox contratacao) ou submissão na plataforma de contratação pública
19	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação do procedimento de habilitação Ficha de Verificação IV
20	Assinatura do contrato	CA/CE	No prazo de 30 dias contados a partir da aceitação da minuta.
21	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação e auditoria do procedimento (Ficha de Verificação Final) e à publicitação do Contrato no Portal BASE

Legendas/Siglas:

DR Direção Requirante
DC Direção Compliance
DF Direção Financeira
CA/CE Conselho de Administração/Comissão Executiva

c) Na MARL, SA não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A MARL, SA aderiu em 2016, como Entidade Voluntária, ao SNCP através de contrato celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP).



13. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais [artigo 158.º do Decreto Lei n.º 84/2019 de 28 de junho]

Tendo por base as medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais, previstas no artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2019, que se manteve paem vigor em 2020 e 2021, segue, nos pontos seguintes, a explanação do seu grau de cumprimento.

No que respeita ao cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a sociedade continua a implementar uma política de melhoria de eficiência da atividade desenvolvida através da racionalização de recursos e contenção de custos correntes, mantendo, no entanto, a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados.

PRC - Plano de Redução de Custos

milhares de euros	2021	2021	2020	2019	2021/2020		2021/2019	
	Execução	PAO	Execução	Execução	ABS	%	ABS	%
(0) EBITDA	10 312,1	10 378,9	10 354,8	10 169,9	-42,6	-0,4%	142,3	1,4%
(1) CMVMC	0,0	0,0	0,9	0,5	n.d.	n.d.	-0,5	-100,0%
(2) FSE	2 694,9	2 885,0	2 631,5	2 529,1	63,4	2,4%	165,9	6,6%
(3) Gastos com o Pessoal	945,7	900,7	918,2	910,1	27,5	3,0%	29,5	3,2%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	n.d.	0,0	n.d.
(ii) Valorizações remuneratórias	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	n.d.	0,0	n.d.
(iii) Impacto da aplicação dos IRCT	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	n.d.	0,0	n.d.
(4) Gastos com o Pessoal sem os impactos i., ii., iii.	945,7	900,7	918,2	916,1	27,5	3,0%	29,5	3,2%
(5) Impactos da pandemia por COVID 19 nos Gastos operacionais (CMVMC, FSE e G Pessoal) ^{a)}	222,6	299,1	177,6	0,0	45,05	25,4%	222,6	n.d.
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (4)-(5)	3 417,9	3 546,5	3 373,0	3 445,7	44,9	1,3%	-27,7	-0,8%
(7) Volume de Negócios (VN)	13 799,9	13 999,2	13 590,6	13 613,0	209,3	1,5%	186,9	1,4%
Subsídios à exploração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	0,0	n.d.
Indemnizações compensatórias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	0,0	n.d.
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 (+)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	n.d.	0,0	n.d.
(9) Volume de Negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+7.1)	13 799,9	13 999,2	13 590,6	13 613,0	209,3	1,6%	186,9	1,4%
(10) Peso dos Gastos/VN (6)/(8)	24,8%	25,3%	24,8%	25,3%	-0,1 p.p.		-0,5%	
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	0,1	4,2	2,3	15,5	-2,2	-95%	-15,4	-99,2%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/pessoal)	0,0	0,6	0,2	3,1	-0,1	-92%	-3,0	-99,6%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	26,0	20,9	17,8	22,2	8,2	46,1%	3,7	16,7%
(11) Total = (i)+(ii)+(iii)	26,1	25,7	20,2	40,8	6,9	29,1%	-14,7	-36,1%
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1,0	8,0	10,4	44,6	-9,4	n.d.	-43,6	-97,7%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	27	29	29	28	-2,0	-6,9%	-1,0	-3,6%
N.º Órgãos Sociais (OS) ¹⁾	4	5	4	3	0,0	0,0%	1,0	33,3%
N.º Cargos Direção (CD)	3	3	3	3	0,0	0,0%	0,0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	20	21	22	22	-2,0	-9,1%	-2,0	-9,1%
N.º Trabalhadores / N.º CD	7	7	7	7	-0,7	-9,1%	-0,7	-9,1%
N.º Viaturas	7	7	7	7	0,0	0,0%	0,0	0,0%

¹⁾ Incluídos membros do CA (2 Executivos -> Desempenho de cargos Sociais SIMAB; 1 não executivo -> processamento remuneração; 1 não executivo sem processamento remuneração)

Encontram-se por nomear dos vogais não executivos

^{a)} Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificadas e discriminadas por medidas.

^{b)} Os gastos com as viaturas incluem rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneus, taxas e impostos.

▪ EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações

[assegurar o crescimento do EBITDA face ao ano anterior de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa]

milhares de euros	2019	2020	2021	2021/2020	
				ABS	%
Rendimentos Operacionais	14 126,2	14 170,0	14 265,4	95,4	0,7%
Gastos Operacionais	-3 956,4	-3 815,2	-3 953,3	138,1	3,6%
EBITDA	10 169,9	10 354,8	10 312,1	-42,6	-0,4%

Em 2021, o *EBITDA* ascendeu a 10 312,1 milhares de euros, registando um decréscimo de 42,6 milhares de euros (-0,4%), face ao ano anterior.

A evolução decorre do efeito conjugado de um aumento nos rendimentos operacionais, em 95,4 milhares de euros (+0,7%) e de um aumento nos gastos operacionais, em 138,1 milhares de euros (+3,6%).

A boa performance nos rendimentos operacionais, comparativamente ao ano anterior, reflete o efeito conjugado da evolução das seguintes subrubricas:

- i. Crescimento dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, incluindo lugares sazonais, em 139,4 milhares de euros (+1,3%);
- ii. Aumento da integração recorrente de taxas de acesso, em 82,7 milhares de euros (+5,5%);
- iii. Decréscimo dos rendimentos da venda de frio, em 34,4 milhares de euros (-17,7%);
- iv. Variação desfavorável da integração plena de taxas de acesso por motivo de rescisão contratual, em 55,1 milhares de euros (-54,8%); e,
- v. Registo de indemnizações de seguradoras, registados em 2020, no montante de 96,9 milhares de euros, que compara com 1,5 milhares de euros, em 2021.

Ao nível dos gastos operacionais, é de referir que a evolução é impactada por gastos incorridos em contexto pandémico que, em 2020, integra menos três meses, face a 2021. Efetivamente, o contexto pandémico determinou alterações na estrutura de custos da empresa, uma vez que as despesas operacionais sofreram um acréscimo, nomeadamente nas rubricas de limpeza e higiene, interior e exterior, e desinfeção do mercado; consumíveis, tais como, gel desinfetante, máscaras e viseiras; segurança, com aumento necessário do número de operacionais (segurança privada e mesmo forças de segurança através do recurso à GNR via gratificados) e de recursos humanos de gestão dos mercados, para assegurar o devido distanciamento operacional e o funcionamento normal no 'pico' de procura.

Importa referir que, simultaneamente, foram adotadas medidas de controlo e redução de custos, incluindo o corte de despesas acessórias, por forma a mitigar este efeito.

▪ **Peso dos Gastos Operacionais (CMV +FSE + Gastos com Pessoal) / VN**

[n.º 1, artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

Na prossecução do objetivo de redução de gastos operacionais (FSE+Gastos com o Pessoal), determina o artigo 158.º do DL n.º 84/2019, de 28 de junho que as empresas públicas devem assegurar a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face ao ano anterior.

O peso dos gastos operacionais no volume de negócios, expurgando o impacto no aumento da despesa operacional atribuído ao contexto pandémico Covid-19, reduziu em 0,1 pontos percentuais, comparativamente ao ano anterior, em resultado do efeito conjugado de:

- Aumento do volume de negócios, em 209,3 milhares de euros (+1,5%), destacando-se a performance dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, que crescem 139,4 milhares de euros (+1,3%), face a 2020;
- Aumento dos gastos operacionais, excluindo gastos incorridos em contexto pandémico, em 44,9 milhares de euros (+1,3%).

Gastos Operacionais

No que respeita ao cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a empresa continua a implementar uma política de melhoria de eficiência da atividade desenvolvida através da racionalização de recursos e contenção de custos correntes, mantendo, no entanto, a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados.

A situação de pandemia Covid-19 determinou um inevitável aumento dos fornecimentos e serviços externos, nomeadamente necessidades crescentes com maior expressão em matérias de segurança, limpeza e desinfeção:

- Ao nível da limpeza, a situação de pandemia determinou, naturalmente, um aumento nas rubricas de limpeza e higiene, interior e exterior, e desinfeção dos mercados; consumíveis, tais como, gel desinfetante, máscaras e viseiras;
- Ao nível da segurança, a necessidade de manter rigoroso controlo de medidas de faseamento de entradas no Mercado, garantir o devido distanciamento operacional e o funcionamento normal no 'pico' de procura, assegurar o distanciamento físico de pessoas e a utilização genérica de material de proteção de pessoas obrigou a um reforço de operacionais na área da segurança e vigilância, com reflexo na prestação de serviço pelo prestador de serviços como também pelo recurso a serviços gratificados da GNR, que asseguraram uma presença permanente no Mercado.

Em todo o caso, e embora, numa primeira abordagem, tenhamos atribuído este impacto ao contexto pandémico, a aprendizagem que fomos tendo bem como a progressiva estabilização da operação, permite-nos hoje constatar que parte da despesa deverá manter-se no futuro, em razão da necessidade de assegurar o funcionamento em plenas condições higiossanitárias que se impõem em infraestruturas desta natureza.

Numa base comparável, expurgando os gastos diretamente relacionados com a necessidade de combater os riscos da pandemia Covid-19 que, em 2021, se situaram em 222,6 milhares de euros (em 2020, situaram-se em 177,6 milhares de euros), conforme detalhado no quadro abaixo, os gastos operacionais registaram um aumento de 44,9 milhares de euros (+1,3%) que, em termos relativos, se situou abaixo da taxa de crescimento do volume de negócios (+1,5%).

No que concerne à perda de receita atribuível à pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, temos assistido a uma forte resiliência dos setores presentes no Mercado, nomeadamente ao nível do setor hortofrutícola. Apenas na atividade do pavilhão dos produtores (pavilhão A03), se sentiu uma quebra com alguma expressão.

Nos setores das flores e pescado, que têm apresentado maiores dificuldades, registaram-se algumas rescisões, sendo que se tem revelado difícil a sua reposição, ou seja, novas contratualizações, situação que atribuímos à recessão económica associada ao contexto Covid-19. O mesmo se passou no setor da restauração, em que deixaram de funcionar dois restaurantes e só foi possível, até à data, pese embora inúmeros contactos comerciais, contratualizar novamente um deles.

Não obstante, até ao momento, não consideramos muito relevante a materialidade do impacto desta situação, ao nível dos rendimentos, pelo que numa perspetiva prudente não consideramos para efeito desta análise.

Seguidamente, apresenta-se a expressão numérica dos gastos relacionados com o contexto de pandemia Covid-19:



(EUR)	2021	2020
Centro de Custo: 5016 COVID		
DOC - (AC) - Vendas - Viseiras	0	976
DOC - (AC) - CMVMC - (Viseiras)	0	-914
Fornecimentos e Serviços Externos	-221 926	-171 284
DT - Vigilância e segurança - Serv. Segurança	-33 239	-34 540
Vig. Seg. - GNR	-80 516	-52 581
Segurança - Outros	0	-1 100
NCPAI - NC - Pub - Media	0	-360
DT - Man.Eq.Obras Pontuais	-410	0
DT - Ferr.Utens.Desg.Rápido-Segurança	0	-194
DT - Limpeza Hig. e Conforto	-107 762	-82 053
DT - Limp.H.C. Interior	-22 584	-21 802
DT - Limp.H.C. Exterior	-83 258	-52 000
DT - Limp.H.C. Desinfestação	0	-2 853
DT - Limp.H.C. Outros	-1 919	-5 398
DOC - (AC) - Outros serviços - Outros		-423
SIIT - DE - Refeições	0	-34
Gastos com o Pessoal	-717	-5 396

▪ Gastos com o Pessoal

[n.º3, al. a), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

Os gastos com o pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes de indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no art.º 21.º da Lei n.º 42/2016 de 28/12 e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE, apresentam-se acima de 2020, em 27,5 milhares de euros (+3%).

A variação nos gastos com o pessoal, face a 2020, resulta do efeito conjugado de:

- i. Remuneração órgãos sociais (-0,4 milhares de euros);
- ii. Atualização salarial¹¹ (+0,4 milhares de euros);
- iii. Atribuição Subsídio Acumulação Funções (+0,9 milhares de euros);
- iv. Saída de um colaborador dos quadros da empresa, no primeiro semestre de 2020 (-8,3 milhares de euros);
- v. Pagamento de férias não gozadas (+2,9 milhares de euros);
- vi. Encargos com estágio remunerado (+8,4 milhares de euros), sendo que parcialmente subsidiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional com início em dezembro de 2020 e *terminus* em setembro de 2021, para reforço da área técnica, salientando-se que consubstancia um estágio subsidiado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). No âmbito do protocolo estabelecido com esta entidade, a MARL, SA incorreu em encargos com subsídio de alimentação, e contribuições para a segurança social, totalizando, em 2021 o montante de 9,3 milhares de euros, sendo a parte subsidiada considerada como rendimento (subsídios à exploração), no montante de 5,8 milhares de euros;
- vii. Situações de baixa médica por motivo de doença médica (+27,5 milhares de euros);
- viii. Horas de trabalho suplementar e noturno (-4,7 milhares de euros);
- ix. Gastos incorridos em contexto COVID-19, em 2020, com subsídio de acumulação de funções e medidas de caráter social de apoio a colaboradores (-6,1 milhares de euros);
- x. Gastos com formação (+8,2 milhares de euros);
- xi. Outros gastos, como seguros de acidentes de trabalho, medicina no trabalho, ajudas de custo, fardamento e outros (-1,3 milhares de euros).

¹¹ DL n.º 10-B/2020, de 20 de março que atualiza ao valor das remunerações base mensais da AP

Handwritten signatures and initials in blue ink.

▪ **Número de trabalhadores efetivos e de cargos dirigentes**

Nos termos da legislação atual¹² as empresas devem prosseguir a redução dos seus quadros de pessoal acrescentando, no entanto, que deveriam estar adequados às efetivas necessidades de uma organização eficiente. A empresa considera que uma redução do número de efetivos coloca em causa a sua eficiência.

Em 31 de dezembro de 2021, a MARL, SA apresenta um quadro de 23 trabalhadores, dos quais três são dirigentes, menos 2 trabalhadores face ao registado em 31 de dezembro de 2020.

› **Encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel**

[n.º3, al. b), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

De acordo com esta disposição legal, os encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel, devem ser iguais ou inferiores aos registados em 2020.

Os encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e os associados à frota automóvel, situaram-se acima do ano anterior, em 5,9 milhares de euros (+29,1%), evolução apurada em gastos com a frota automóvel.

Os gastos com deslocações apurados para este efeito (apenas viagens e estadias) diferem do valor de deslocações e estadas da Demonstração dos Resultados, uma vez que não integra gastos com portagens, estacionamento que são incluídos nos gastos com a frota automóvel.

Em 2021, os gastos associados à frota da MARL, SA apresentaram-se acima dos gastos incorridos em 2020, em 8,2 milhares de euros (+46,1%), evolução que se deve, maioritariamente, a encargos com recondicionamento e outros gastos decorrentes de acertos de final de contratos de ALD, que ascenderam a 6,9 milhares de euros. Contribui também para esta evolução o aumento do preço dos combustíveis.

Estes gastos incluem todos os gastos passíveis de serem associados às viaturas (rendas, seguros, portagens e estacionamento, manutenção, combustíveis). No final de 2021, a frota automóvel da MARL, SA era composta por 7 viaturas, 5 em regime de aluguer operacional, e 2 que pertencem ao seu ativo (ligeiros de mercadorias, com 20 e 14 anos). Destas viaturas, uma encontra-se cedida a prestadores de serviços que opera dentro do Mercado.

Gastos com a Frota Automóvel

Euro	Execução 2019	Execução 2020	Execução 2021	2021/2020	
				Valor	%
Total	22 239	17 764	25 958	8 194	46,1%
ALD	18 438	15 861	22 254	6 393	40,3%
Combustíveis	1 900	834	2 676	1 842	220,7%
Manutenção	226	20	79	59	n.d
Seguros	964	949	848	-102	-10,7%
Portagens/Estac.	680	68	68	1	1,3%
IUC	32	33	33	0	0,0%
Nº de veículos	7	7	7	0	0,0%

▪ **Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria**

[n.º3, al. c), artigo 158.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho]

¹² Lei n.º 75-B/2020, de 31 de de e Decreto Lei n.º 84/2019, de 28 de junho

Em 2021, foram realizados gastos com contratação de consultoria, no âmbito de acompanhamento de intervenções em edifícios e infraestruturas do Mercado, no montante de EUR 1 029.

A análise ao cumprimento das orientações em cada uma das rubricas anteriores, face ao previsto no PAO2021, encontra-se apresentada neste relatório, no ponto I - O cumprimento dos Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 49.º do DLEO 2019

Conforme estipulado no artigo 49.º do DLEO2019, as empresas do Grupo SIMAB, enquanto empresas públicas do Setor Empresarial do Estado, previamente à contratação de serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, tem solicitado à PARPÚBLICA — Participações Públicas, SGPS, S.A., a prestação de consultoria técnica para a realização desses serviços, mediante fundamentação da impossibilidade de os referidos serviços serem supridos internamente bem como da sua indispensabilidade para a concretização do objeto social da empresa. Não obstante este procedimento estar instituído, não se registaram em 2021 matérias em que a Parpública tenha informado a SIMAB, SA sobre a possibilidade de efetuar essas consultorias técnicas.

Conforme referido no ponto anterior os serviços de consultoria, em 2021, respeitam a serviços prestados no âmbito de acompanhamento de intervenções nos edifícios e infraestruturas do Mercado.

Pela natureza destas prestações de serviços enumeradas, entende-se que não têm enquadramento no âmbito do artigo 49.º do DLEO2019.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) [artigo 28.º do RJSPE, artigo 172.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro e artigo 115.º do DL 84/2019, de 28 de junho]

A situação financeira das empresas do Grupo SIMAB, entre as quais a MARL, SA, obriga ao recurso permanente a instrumentos de dívida de longo, médio e curto prazo, nomeadamente, a descobertos autorizados, programas de emissão de papel comercial e financiamentos de médio/longo prazo para suportar investimentos de expansão da capacidade dos Mercados.

Neste contexto, as empresas recorrem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP.

A maior ou menor capacidade de negociação das linhas de financiamento depende, em larga medida, do nível de serviços prestados pelas entidades bancárias, que são utilizados pela empresa, bem como do volume/valor dos movimentos efetuados junto das instituições financeiras.

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo SIMAB são desenvolvidas pela holding, procurando criar os meios necessários para fazer face às necessidades das participadas, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A utilização de linhas de descoberto autorizado como instrumento de financiamento dos *deficits* de tesouraria gerados nas empresas do Grupo, determina a manutenção de depósitos bancários, que na realidade consubstanciam, maioritariamente saldos resultantes do desfasamento temporal (em geral correspondente a 1 dia), originado pelo mecanismo de movimentação de fluxos operado pelos Bancos, entre a compensação de saldos credores (excedentes) e saldos devedores (utilização de linhas de Descoberto bancário).

Os montantes visam assim garantir a estabilidade das operações das empresas, assegurando a existência dos fundos necessários à sua atividade corrente e compromissos periódicos como o pagamento de juros e de prestações de capital, no âmbito de financiamentos obtidos, impostos, fornecedores ou salários, uma vez que a sua simples existência pressupõe que as empresas se estão a financiar para os manter.

Os “excedentes de tesouraria” gerados são assim, diariamente aplicados na redução de utilização de linhas de apoio à tesouraria (Descobertos autorizados), por forma a minimizar o custo do financiamento.

Não havendo, portanto, excessos de liquidez/tesouraria, e face à necessidade das empresas do Grupo recorrerem à banca comercial para operações de financiamento, uma vez que o IGCP não assegura a prestação de operações de financiamento de curto ou médio prazo, à semelhança do procedimento adotado em anos anteriores, entendeu o Conselho de Administração da SIMAB, SA solicitar exceção do cumprimento do princípio da UTE, para as empresas do Grupo SIMAB relativamente a 2020 e 2021¹³, ao abrigo do disposto no artigo 135.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho e do artigo 28.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ao IGCP a dispensa do cumprimento da unidade de tesouraria do estado, pelo prazo de dois anos.

O Despacho n.º 1703/2020, de 26 de novembro de 2020, do IGCP, em resposta ao pedido da SIMAB, SA, alheio à necessidade das empresas recorrerem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP, e do impacto financeiro negativo resultante da abrangência da obrigatoriedade de aplicação dos excedentes não permanentes no IGCP, autorizou apenas a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do Estado.

Neste contexto todas as empresas do Grupo SIMAB (SIMAB, SA; MARL, SA; MARF, SA; MARB, SA e MARE, SA) detêm contas no IGCP, encontrando-se já em utilização como canal financeiro o *Homebanking*.

Adicionalmente, foram adotadas outras medidas que permitem incrementar a transacionalidade destas contas, nomeadamente, a indicação do IBAN da conta que cada empresa detém junto do IGCP, nas faturas emitidas pelas empresas, como única opção de pagamento por via de transferência bancária, para além do encerramento de contas em bancos com os quais o Grupo SIMAB não detém qualquer operação de financiamento.

É prestada informação trimestral, via SIRIEF, sobre os montantes e as entidades em que se encontram a totalidade das disponibilidades das empresas do Grupo.

un: Euro

Banca Comercial *	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
NOVO BANCO	8 344	18 227	0	0
BANCO BPI, SA	9 638	9 632	0	12 058
MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	55 427	14 527	26 180	41 916
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	0	0	0	0
IGCP	16 513	26 709	61 008	19 270
Total	89 922	69 095	87 188	73 244
Juros auferidos	0	0	0	0

Nota: os valores apresentados são acumulados ao trimestre

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	16 513	26 709	61 008	19 270
Aplicações financeiras	0	0	0	0
Total	16 513	26 709	61 008	19 270

Nota: os valores apresentados são acumulados ao trimestre

16. Recomendações na sequência de auditorias do Tribunal de Contas

Não aplicável, em virtude de não se terem realizado auditorias pelo Tribunal de Contas à MARL, SA, nos últimos três anos.

¹³ Ref.ª ADM/2000156/2020 de 27 de agosto



17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual)

Em 14 de setembro de 2021, a MARL, SA apresentou o Plano para a Igualdade da MARL, S.A., para o ano 2022, nos termos da legislação¹⁴, com a elaboração e submissão através do Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas desenvolvido pela CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, encontrando-se este publicitado no sítio na internet da empresa¹⁵ e divulgado internamente pelos trabalhadores, através da sua afixação em local próprio

18. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC.

Não aplicável à MARL, SA, porquanto a empresa detém um número médio de trabalhadores inferior a 500.

19. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Apêndice 1 - EPNF SA - 2021

Informação a constar no site do SEE	Divulgação			Data atualização	Comentários
	S	N	N.A.		
Estatutos	X				Sítio Empresa
Caracterização da Empresa	X				Sítio Empresa
Modelo de Governo/ Membros dos órgãos Sociais	X				
- Identificação dos Órgãos Sociais	X				Sítio empresa e reporte no SIREF
- Estatuto Remuneratório Fixado	X				
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X				Relatório de Gestão (disponível no site da MARL) e site da MARL
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	X				Sítio empresa
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	X				Relatório Governo Societário (disponível no site da MARL)
Esforço Financeiro Público			X		
Ficha Síntese	X				
Informação Financeira histórica e atual	X				Sítio empresa e reporte no SIREF
Princípios do Bom Governo	X			2020	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	X			2020	Relatório Governo Societário (disponível no site da MARL) e SIREF
- Transações relevantes com entidades relacionadas	X			2020	Relatório Governo Societário (disponível no site da MARL) e SIREF
- Outras Transações	X				
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	X				Sítio Empresa
Económico	X				
Social	X				
Ambiental	X				
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	X			2020	Relatório de Gestão (disponível no site da MARL) e SIREF
- Código de Ética	X			2016	Sítio Empresa

¹⁴ Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, n.º 3 do artigo 7.º

¹⁵ <https://www.marl.pt/wp-content/uploads/2021/12/Plano-de-igualdade-MARL-14092021.pdf.pdf>



Tabela de Cumprimento das Orientações Legais

Apêndice 2 - EPNF SA - 2021

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão			x		
Metas a atingir constantes do PAU 2021					Parte II RGC - Cumprimento das Orientações Legais - Ponto 1
EBITDA		x		-0,6%	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
(FSE's + Gc/P)/VN	x			-1,2 p.p.	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultorias		x		1 029 €	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Gastos com deslocações/alojamento	x			-97,2%	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Gastos com Frota	x			24,0%	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Investimento		x		65,8%	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - % execução
Dívida/Capital Próprio	x			-0,2 p.p.	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
EBIT/Capital Próprio	x			0 p.p.	Ver ponto II.1. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Cumprimento das orientações legais - 2021					Ponto II.13 RGC - Cumprimento das Orientações Legais
EBITDA (segundo o SNC)		x		-0,4%	Ver ponto II.13. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
(FSE's + Gc/P)/VN	x			-0,05 p.p.	Ver ponto II.13. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Gastos com Estudos, Pareceres, Projetos e Consultorias	x			-9 362 €	Ver ponto II.13. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Gastos com deslocações/alojamento e Ajudas de Custo	x			-2 315 €	Ver ponto II.13. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Gastos com frota automóvel		x		8 194 €	Ver ponto II.13. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Endividamento	x			-9,6%	Ver ponto II.3. do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Investimento			x	1 103 569 €	Ver ponto relativo aos objetivos de Gestão (II.1. -Cumprimento das Orientações Legais) - Execução
Gastos com pessoal		x		3,0%	Ver ponto relativo ao cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (II.13. -Cumprimento das Orientações Legais)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			x		
Gestão do Risco Financeiro	x			-0,17 p.p.	Ver ponto II.2. - Cumprimento das Orientações Legais
Limites de Crescimento do Endividamento	x			-9,4%	Ver Ponto II.3 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Evolução do PMP a fornecedores	x			-17%	Ver Ponto II.4 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			55 864 €	Ver Ponto II.4 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:			x		Não foram feitas recomendações na aprovação de contas de 2019
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	x			0 €	Valor correspondente a um vogal não executivo. Os órgãos sociais indicados pela SIMAB, S.A., não auferem diretamente qualquer remuneração na esfera pessoal, uma vez que, de acordo com o EGP apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam.
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	x			-133 €	Relatório do Governo Societário - Ponto VII. D.1.
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)			x		
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2020 (se aplicável)			x		
EGP - Artigo 32.º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	x				
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				Ver Ponto II.7 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x				
Valor máximo de combustível e partagens afeto mensalmente às viagens de serviço	x				

Apêndice 2 - EPNF SA - 2021

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014 Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens	x				Ver Ponto II.9 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre a prevenção da corrupção				www.mar.pt	Ver Ponto II.10 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Contratação Pública Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas Contratos submetidos a visto prévio do TC	x		x		Ver Ponto II.12 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			x		Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas
Gastos Operacionais das empresas públicas	x			1,3%	
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	x			-9 362 €	Ver Ponto II.13 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - variação
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2001)	x				Despacho 1703/2020, de 26 de novembro de 2020 [Ponto II.15 do Relatório e Contas - Cumprimento das orientações legais]
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	x			26%	% disponibilidades e aplicações no IGCP em 31/12
Disponibilidades e aplicação na Banca Comercial	x			53 974 €	Saldo em 31/12
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	x			0 €	
Auditorias do Tribunal de Contas			x		Ponto II.16 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7 da lei 62/2017, de 1 de agosto			x		Ponto II.17 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Apresentação da demonstração não financeira			x		Ponto II.18 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]

O Conselho de Administração da MARL, SA,

Jorge Proença dos Reis

Rita Margarida e Roda Godinho Saraiva

Carlos Augusto Clamote

Luis Manuel dos Santos Matias

Loures, 15 de março de 2022.



- **A01** Pavilhão - Médios Grossistas de Hortofrutícolas
- A02.1** Cash & Carry
- A02.2** Entrepósito Hortofrutícola
- A03** Pavilhão - Produtores
- A04** Pavilhão - Médios Grossistas de Hortofrutícolas
- A05** Pavilhão - Grandes Grossistas de Hortofrutícolas
- A06** Pavilhão - Médios Grossistas de Hortofrutícolas
- A07** Pavilhão - Grandes Grossistas de Hortofrutícolas
- A08** Pavilhão - Médios Grossistas de Hortofrutícolas
- A09** Entrepósito Hortofrutícola
- A10** Pavilhão - Pequenos Grossistas de Hortofrutícolas
- A11** Entrepósito Hortofrutícola
- A12** Entrepósito Hortofrutícola

- **A14** Logística de Frio
- A14.1** Logística de Frio

- **R02** Pavilhão - Flores e Plantas Ornamentais
- Entrepósito Logística e Transportes

- **R04** Pavilhão - Polivalente

- **R07** Pavilhão - 2ª Venda de Pescado

- **ES** Estação de Serviço

- **ECO** Eco Área

- **P** Edifício Pórtico

- **B01** Restauração
- B02** Restauração
- B03** Restauração
- B04** Restauração
- B05** Loures INOVA

- **CC1, CC2 e CC3** Entrepósito Brinquedos Educativos e Científicos
- CC4** Leilão de Automóveis

- **CR1 e CR3** Entrepósito Decoração Vegetal

- **LTE** Subestação de Energia

- **R01** Entrepósito Logística e Transportes
- R03** Entrepósito Logística e Transportes
- R06.2** Entrepósito Logística e Transportes

- **R06.1** Entrepósito Logística de Frio

- **NAC** Núcleo Administrativo e Comercial
- Loja de Apoio ao Cliente
- Auditório
- Serviços Administrativos

- **CTT EXP** Entrepósito Serviços Postais e Logística

- Estacionamento



✓
1
Ph
a

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS




BALANÇO


Un: EURO

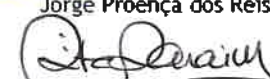
RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8.1	116.279.946,86	116.952.582,48
Ativos intangíveis	7	306.537,96	321.619,44
Outros investimentos financeiros	12	1.504,81	1.161,31
Creditos a receber	21.6	184.794,12	264.233,56
Ativos por impostos diferidos	20.1	282.135,54	291.979,42
ATIVO CORRENTE			
Clientes	21.3	1.216.849,93	1.098.258,55
Outras creditos a receber	21.7	106.494,47	123.780,76
Diferimentos	13.1	22.221,76	21.437,49
Caixa e depósitos bancários	4	232.230,88	114.225,65
Total do Ativo		118.632.716,33	119.189.278,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	22.1	29.999.999,76	29.999.999,76
Reservas legais	22.3.1	4.292.558,81	3.825.313,20
Resultados transitados	22.3.2	29.193.605,16	24.988.394,67
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	22.3.3	9.074.604,83	9.378.292,07
Resultado líquido do Período		4.877.205,91	4.672.456,10
Total Capital Próprio		77.437.974,47	72.864.455,80
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	17.1	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	10	15.403.622,19	20.462.753,37
Diferimentos	13.2	11.582.388,59	11.349.836,65
Passivos por impostos diferidos	20.1	26.462,40	27.385,62
Outras dividas a pagar	21.8	3.915.507,64	3.975.252,44
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	21.4	394.759,44	582.120,10
Adiantamentos de clientes	21.5	884,10	253,98
Estado e outros entes públicos	20.2.1	735.087,11	648.300,70
Financiamentos obtidos	10	5.632.004,16	6.019.394,76
Outras dividas a pagar	21.8	1.685.573,07	1.528.460,27
Diferimentos	13.2	1.818.453,16	1.731.064,97
Total do Passivo		41.194.741,86	46.324.822,86
Total do Capital Próprio e do Passivo		118.632.716,33	119.189.278,66

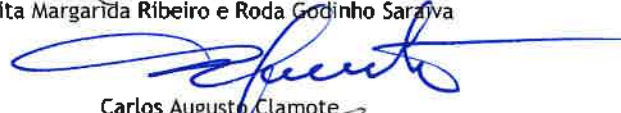
O Contabilista Certificado



Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA.


Jorge Proença dos Reis


Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva


Carlos Augusto Clamote


Luís Manuel dos Santos Matias

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Un: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31-12-2021	31-12-2020
Vendas e serviços prestados	14	13.799.886,97	13.590.617,16
Subsídios à exploração	15	5.838,17	517,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consum.	16	0,00	(913,50)
Fornecimentos e serviços externos	23	(2.694.934,04)	(2.631.522,30)
Gastos com o pessoal	24	(945.652,95)	(918.152,42)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 / 21.3	(13.331,62)	(16.071,51)
Provisões (aumentos/reduções)	17.1	0,00	0,00
Aumentos/reduções justo valor	25.2	20,57	39,56
Outros rendimentos	25.3	459.662,89	578.816,99
Outros gastos	25.1	(299.349,96)	(248.546,78)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10.312.140,03	10.354.785,10
Gastos/reversões depreciação e amortização	25.4	(3.680.433,28)	(3.903.844,09)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.631.706,75	6.450.941,01
Juros e gastos similares suportados	25.5	(134.527,32)	(214.289,48)
Resultados antes de impostos		6.497.179,43	6.236.651,53
Imposto sobre o rendimento do exercício	20.1	1.619.973,52	1.564.195,43
Resultado líquido do exercício		4.877.205,91	4.672.456,10

O Contabilista Certificado



Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA.



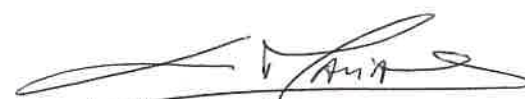
Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carlos Augusto Clamote



Luís Manuel dos Santos Matias

Un: EURO

Un: EURO

	NOTAS	31-12-2021	31-12-2020
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		15 530 192,67	15 936 969,45
Recebimentos de Taxas de Acesso		-	-
Pagamentos a fornecedores		(4 006 859,99)	(4 116 423,62)
Pagamentos ao pessoal		(895 326,99)	(838 986,01)
Fluxos gerados pelas operações		10 628 005,69	10 981 559,82
(Pagamentos)/recebimentos de IRC	4.2	(1 503 556,79)	(1 365 804,28)
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais		(2 362 860,13)	(2 328 029,28)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	1	6 761 588,77	7 287 726,26
Atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(1 039 074,02)	(1 018 322,17)
Ativos Intangíveis		-	(245 999,99)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		-	-
Activos Intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Juros e Rendimentos Similares similares		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de investimento	2	(1 039 074,02)	(1 264 322,16)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		6 745 862,70	2 795 588,64
Empréstimos Acionistas		200 000,00	2 290 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(12 392 384,48)	(10 857 318,07)
Financiamentos bancários		(11 301 384,48)	(9 620 318,07)
Suprimentos		(1 091 000,00)	(1 237 000,00)
Juros e Gastos similares		(157 987,74)	(268 137,62)
Fluxos das Atividades de Financiamento	3	(5 604 509,52)	(6 039 867,05)
Varição de Caixa e Seus equivalentes	4=1+2+3	118 005,23	(16 462,95)
Caixa e seus Equivalentes no início do período		114 225,65	130 688,60
Caixa e seus Equivalentes no fim do período	4.1	232 230,88	114 225,65

O Técnico Oficial de Contas



Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carlos Augusto Clamote



Luís Manuel dos Santos Matias

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Un: EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Demonstração das alterações no Capital Próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2021							Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2020	1	29.999.999,76	3.397.359,84	0,00	21.136.814,48	9.681.979,31	4.279.533,55	68.495.686,94	68.495.686,94
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa									
Valor Bruto									
Impostos diferidos									0,00
Subsídios para ativos depreciáveis									0,00
Valor Bruto									
Impostos diferidos									(391.854,48)
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019									88.167,24
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									(4.279.533,55)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									0,00
RESULTADO INTEGRAL									0,00
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital									
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 / 1 DE JANEIRO DE 2021	6+1-4+5	29.999.999,76	3.825.313,20	0,00	24.908.394,67	9.378.292,07	4.672.456,10	72.864.455,80	72.864.455,80
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa									
Valor Bruto									
Impostos diferidos									0,00
Subsídios para ativos depreciáveis									0,00
Valor Bruto	18								(391.854,48)
Impostos diferidos	18								88.167,24
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020	22.3.2								(4.672.456,10)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00							0,00
RESULTADO INTEGRAL	8								(303.687,24)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Realizações de capital									
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	10+9+3	29.999.999,76	4.292.558,81	0,00	29.193.605,16	9.074.604,83	4.877.205,91	77.437.974,47	77.437.974,47

O Contabilista Certificado

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

O Conselho de Administração da MARL, SA.

Jorge Proença dos Reis
Jorge Proença dos Reis

Rita Margarida Ribeiro e Roda Gocinho Saraiva
Rita Margarida Ribeiro e Roda Gocinho Saraiva

Carlos Augusto Clamote
Carlos Augusto Clamote

António Manuel dos Santos Matias
António Manuel dos Santos Matias

✓
PB
L
e

NOTAS
ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO

A 31 DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em EUROS)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A sociedade MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. foi constituída por escritura pública, em 27 de dezembro de 1993, tendo iniciado a sua atividade em 1 de janeiro de 1994. A sua sede social está localizada no Lugar do Quintanilho em São Julião do Tojal, Loures.

O seu objeto social consiste na promoção, construção, exploração e gestão, direta ou indiretamente, do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, o qual se destina ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, à prossecução de quaisquer outras atividades complementares ou subsidiárias, incluindo a gestão de participações sociais e gestão de serviços relacionados com o seu objeto social.

A empresa dispõe de endereço eletrónico (marl@marl.pt) e de página da internet (www.marl.pt).

A Empresa é detida pela SIMAB – Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA; pelo Município de Lisboa, pelo Município de Loures e pela Santa Casa da Misericórdia, sendo a sua Empresa mãe intermédia a SIMAB, SA, com sede no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, NAC, Piso 2 – Lugar do Quintanilho 2660-421, S. Julião do Tojal, e a sua empresa mãe final é a PARPÚBLICA- Participações Públicas, SGPS, SA, com sede na Av. Defensores de Chaves, nº 6 – Piso 6, 1000-117 Lisboa, PORTUGAL.

As demonstrações financeiras compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020.

2.8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descreve. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Juros e ganhos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Propriedades de investimento

A entrada em vigor do novo normativo contabilístico – SNC – suscitou diversas interpretações quanto ao tratamento contabilístico adequado ao registo dos imóveis da MARL, S.A., designadamente quanto ao seu registo em Ativos Fixos Tangíveis ou em Propriedades de Investimento, à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11), dado que a própria norma não delimita claramente as condicionantes que possam levar a reconhecer, ou não, os mesmos como propriedades de investimento e remete para a necessidade da entidade fazer juízos de valor sobre esta mesma classificação.

Assim, sobre o tema, cumpre-nos relevar o seguinte: o fator determinante para a classificação dos ativos assenta no facto de considerarmos que os serviços prestados pela MARL, S.A. como contrapartida das taxas de utilização cobradas aos operadores, incluem uma parte significativa de serviços para além da simples utilização do espaço. De facto, se analisarmos a estrutura de custos da Empresa, verificamos que o peso dos serviços conexos às taxas de utilização cobradas não pode ser considerado insignificante, uma vez que os mesmos têm um peso equivalente aos gastos com depreciações dos referidos imóveis.

Adicionalmente, à luz do parágrafo 12 da NCRF 11, consideramos que estes mesmos serviços são significativos como um todo para a contratualização, pois caso não fossem prestados, os operadores não continuariam a procurar os espaços disponibilizados pela MARL, S.A.

O MARL é hoje entendido num conceito mais amplo de Plataforma Logística de Base Alimentar, sendo uma estrutura dinâmica e polivalente, multipolar, multiprodutos e multifunções, inserida em corredores estratégicos, onde se congregam uma grande multiplicidade de produtos e agentes económicos do setor alimentar e não alimentar, exercendo funções e atividades de comércio grossista, de distribuição e logística, e ainda outras atividades de apoio.

Face ao exposto, a Empresa optou por manter o registo contabilístico dos imóveis afetos à exploração, em ativos fixos tangíveis.

3.3. Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, e de acordo com o período de vida útil esperado dos bens, entre 3 em 10 anos. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de Transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras ativos fixos tangíveis	4 a 10

Sempre que há alguma indicação de que os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável para determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa é o maior entre (i) o valor justo deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração dos resultados, a menos que tal perda venha compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, a perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecida já não existem ou diminuíram. A reversão de uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica "Reversão de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é feita até ao montante que seria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Os custos incorridos com ativos fixos tangíveis, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros adicionais, são capitalizadas na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis".

O ganho (ou a perda), resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação (Nota 8).

3.5. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente está disponível para venda imediata nas suas condições presentes.

A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente como disponível para venda.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

3.6. Subsídios obtidos

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração de resultados por naturezas, numa base sistemática como rendimentos do período (Nota 18), de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição de destinaram. Caso os subsídios respeitem a ativos não depreciáveis ou com vida útil indefinida, as quantias serão mantidas em capital próprio, exceto se forem necessárias para compensar qualquer perda por imparidade.

Sempre que é reconhecida uma perda por imparidade nos ativos subsidiados, é transferida para resultados (em outros rendimentos) a parcela de subsídio correspondente à proporção da perda por imparidade reconhecida. Quando ocorre qualquer reversão de perdas por imparidade, nos referidos ativos, é efetuada a correspondente correção em resultados (em outros gastos).

3.7. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Empresa são basicamente os clientes e outros créditos a receber, caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os financiamentos obtidos e os fornecedores e outras dívidas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

3.7.1. Clientes e dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 21.3). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas, essencialmente, com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

3.7.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Handwritten marks and signatures in blue ink, including a checkmark, a signature, and a date '1/12'.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica de empréstimos bancários, no balanço (Nota 4).

3.7.3. Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo, pelo que o impacto que resulta da aplicação do custo amortizado é considerado imaterial.

3.7.4. Financiamentos obtidos

Os empréstimos (Nota 10) são registados ao custo e no passivo corrente, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Os empréstimos sob a forma de papel comercial são classificados como passivos não correntes por terem garantia de colocação por um prazo superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração utilizar este instrumento de financiamento por um prazo superior a um ano. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Os encargos financeiros são contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras dívidas a pagar" (Nota 21.8).

3.7.5. Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio (Nota 22).

3.7.6. Imparidades

Os ativos financeiros incluídos na categoria custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.7.7. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8. Provisões, passivos e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 17.1).

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota (Nota 17.2).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 17.2).

3.9. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas (Nota 9).

3.10. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber (Nota 14).

Os ganhos relativos às prestações de serviços incluem:

- Taxas de utilização dos espaços do mercado, cujo reconhecimento se verifica mensalmente de acordo com o período correspondente à utilização do espaço;
- Taxas de acesso, devidas pelo operador no momento da assinatura do contrato e que correspondem à contraprestação devida pelo acesso ao Mercado, são diferidas e reconhecidas mensalmente no decurso do contrato;
- No caso de existir uma rescisão contratual a taxa de acesso poderá ser reconhecida pela sua totalidade;
- As prestações de serviços englobam também uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço.

São considerados serviços adicionais: portagens; consumo de frio, consumo de água salgada, inscrições sazonais dos clientes, utilização sazonal de espaços, utilização de câmara frigoríficas, taxa variável sobre o volume de negócios; taxas administrativas.

3.11. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos (Nota 25.5).

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e considera a tributação diferida. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias (Nota 20). Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

A quantia contabilizada em ativos ou passivos por impostos diferidos deve, de acordo com a IAS 12, refletir as consequências fiscais da forma como a Empresa espera vir a recuperar ou liquidar os seus ativos e passivos, os quais têm associados o cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos, se na jurisdição em que opere essa recuperação ou liquidação for importante determinar quer a taxa de tributação quer a base fiscal aplicáveis. Caso a forma como é feita esta recuperação ou liquidação afete a taxa de tributação futura aplicável, ou a base tributável, a Empresa deve mensurar os ativos e passivos por impostos diferidos de acordo, não com os pressupostos verificados aquando do apuramento do imposto corrente, mas sim tendo em conta os pressupostos que se verificarão aquando da tributação efetiva, de acordo com a lei fiscal em vigor.

3.13. Especialização dos exercícios

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em "Outros ativos correntes" ou em "Outros passivos correntes", respetivamente nas rubricas de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de "Credores por acréscimos de gastos". Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de "Diferimentos", respetivamente, no passivo e no ativo.

3.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas incluem:

- (i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- (iv) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

3.15. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.16. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, faltas autorizadas e remuneradas, subsídios de transporte, alimentação, férias, natal, de acumulação de funções e isenção de horário. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o período civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

Através da demonstração dos fluxos de caixa, são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários, e detalha-se como segue:

Contas	Ano 2021			
	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	8.347,22	1.634.628,97	1.633.989,54	8.986,65
Depósitos à ordem	105.878,43	48.844.693,10	48.877.327,30	73.244,23
Outros depósitos bancários	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
	105.878,43	48.994.693,10	48.877.327,30	223.244,23
Total caixa e depósitos bancários	114.225,65	50.629.322,07	50.511.316,84	232.230,88

Contas	Ano 2020			
	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	42.801,79	1.870.177,01	1.904.631,58	8.347,22
Depósitos à ordem	87.886,81	58.657.145,25	58.639.153,63	105.878,43
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
	87.886,81	58.657.145,25	58.639.153,63	105.878,43
Total caixa e depósitos bancários	130.688,60	60.527.322,26	60.543.785,21	114.225,65

4.2. Outras informações:

Descrição	2021	2020
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações de seguros não vida	11.198,36	96.897,71
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	1.503.556,79	1.365.804,28

NOTA 5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. A revisão das estimativas, em exercícios seguintes, não é considerada um erro, sendo reconhecidas em resultados e objeto de divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da MARL, S.A. são incluídas na consolidação de contas da SIMAB, SA, através do método de consolidação integral.

6.1. Entidades que participam no capital da empresa:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
NIF	503 045 446	503 045 446
Denominação	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	26 361 351,64 €	26 361 351,64 €
Direito de voto	87,87%	87,87%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
NIF	500 051 070	500 051 070
Denominação	Câmara Municipal de Lisboa	Câmara Municipal de Lisboa
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	2 970 272,55 €	2 970 272,55 €
Direito de voto	9,90%	9,90%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
NIF	500 745 471	500 745 471
Denominação	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	445 806,60 €	445 806,60 €
Direito de voto	1,49%	1,49%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
NIF	501 294 996	501 294 996
Denominação	Câmara Municipal de Loures	Câmara Municipal de Loures
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	222 568,97 €	222 568,97 €
Direito de voto	0,74%	0,74%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

6.2. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da Empresa não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente por esta à MARL, S.A.

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais, nos exercícios findos em 2021 e 2020, foram as seguintes:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Conselho de Administração	Assembleia Geral	Conselho de Administração	Assembleia Geral
Desempenho Cargos Sociais	152.599,92		152.599,92	
Vencimentos	1.853,13		2.166,00	
Subsídio de Férias	156,43		180,50	
Subsídio de Natal	156,43		180,50	
Senhas de Presença		0,00		0,00
Total	154.765,91	0,00	155.126,92	0,00

Os Administradores executivos indicados pelo Município de Lisboa e pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, não recebem quaisquer remunerações, atendendo ao estipulado no artigo 31. do Estatuto do Gestor Público.

6.3. Transações com a Empresa mãe:

As transações e a sua natureza resumem-se às seguintes:

- (i) A SIMAB, S.A. presta serviços à MARL, S.A., no âmbito da assessoria em diversas áreas, designadamente jurídica e de recursos humanos, técnica (arquitetura e engenharia) e gestão administrativa;
- (ii) Paralelamente, e numa ótica de otimização de recursos existentes nas duas sociedades, a MARL, S.A. presta serviços à SIMAB, S.A., de (a) assessoria financeira (b) de tesouraria, (c) recursos humanos (d) apoio administrativo (e) apoio informático e (f) apoio técnico;
- (iii) A SIMAB, S.A. detém um contrato de utilização dos escritórios da sociedade com a MARL;
- (iv) São realizadas operações de financiamento da SIMAB, S.A. à MARL, S.A. sob a forma de suprimentos, que vencem juros e demais encargos financeiros;

Todas as transações apresentadas encontram-se formalizadas por Contrato de Gestão, Contratos de Prestações Acessórias de Capital ou deliberação do Conselho de Administração.

Os saldos e as transações, efetuadas com a Empresa-mãe, são os seguintes:

Descrição	31/12/2021						
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	0,00	284.780,70	30.196,02	39.852,96	0,00	56.927,72	9 530,51
Total	0,00	284.780,70	30.196,02	39.852,96	0,00	56.927,72	9 530,51

(*) Valores com IVA incluído

Descrição	31/12/2020						
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	0,00	280.500,00	41.178,74	55.190,99	0,00	56.927,72	0,00
Total	0,00	280.500,00	41.178,74	55.190,99	0,00	56.927,72	0,00

(*) Valores com IVA incluído

Os pagamentos entre as Empresas do Grupo (subsidiárias e associadas) estão fixados em 30 dias após a data de emissão das faturas.

A variação nos empréstimos obtidos é detalhada conforme se segue:

Emprestimos obtidos	31/12/2021			
	Saldo em 01-01-2021	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2021
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	4.172.400,00	200.000,00	1.091.000,00	3.281.400,00
Total	4.172.400,00	200.000,00	1.091.000,00	3.281.400,00

Emprestimos obtidos	31/12/2020			
	Saldo em 01-01-2020	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2020
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	3.119.400,00	2.290.000,00	1.237.000,00	4.172.400,00
Total	3.119.400,00	2.290.000,00	1.237.000,00	4.172.400,00

Em 2012, na sequência de uma política de concentração de crédito bancário na esfera da empresa mãe, em condições de *pricing* mais favoráveis, procedeu-se à substituição de passivo bancário da MARL, S.A. por empréstimos acionistas, sob a forma de prestações acessórias de capital, que ascendem, em 31 de dezembro de 2021, ao montante global de 3.281.400,00 euros (Nota 10.2).

No exercício de 2021, a MARL, S.A. teve uma diminuição nas prestações acessórias de capital no valor de 891.000,00 euros.

6.4. Transações entre partes relacionadas:

A MARL, S.A. tem relações especiais com:

- Associação 5 ao Dia, em virtude do Vogal do Conselho de Administração da SIMAB, S.A. presidir a esta Associação e a MARL, S.A. ser associada da referida associação;

- Câmara Municipal de Loures, enquanto fornecedor de tarifas/taxas (licenciamentos), eventualmente necessários no decorrer da atividade da MARL, S.A.;
- Câmara Municipal de Loures, enquanto cliente, pela utilização de espaços da MARL, S.A.;

Os saldos e as transações efetuadas com Empresas consideradas partes relacionadas, são os seguintes:

Descrição	31/12/2021						
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	-	40.377,87	-	55.736,50	-	31.443,02	0,00
Associação 5 ao Dia	-	-	3.500,00	0,00	-	120,00	0,00
Total	0,00	40.377,87	3.500,00	55.736,50	0,00	31.563,02	0,00

(*) Valores com IVA incluído

Descrição	31/12/2020						
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	-	12.552,34	-	73.337,50	-	38.674,92	0,00
Associação 5 ao Dia	-	-	3.500,00	0,00	-	120,00	0,00
MARE - Merc.Abast.Reg.Évora, S.A.	-	-	-	0,00	-	-	13,04
Total	0,00	12.552,34	3.500,00	73.337,50	0,00	38.794,92	13,04

(*) Valores com IVA incluído


NOTA 7 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2021 e 2020, na quantia escriturada dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

Rubricas	31/12/2021				
	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	495.747,22
Ajustamentos de conversão					0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	495.747,22
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade					
Saldo inicial	0,00	136.617,68	23.340,89	14.169,21	174.127,78
Ajustamentos de conversão					0,00
Perdas por imparidade/Reversão					0,00
Amortizações do exercício	0,00	1.796,40	0,00	13.285,08	15.081,48
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	138.414,08	23.340,89	27.454,29	189.209,26
Ativos Líquidos	0,00	3.896,20	2.870,39	299.771,37	306.537,96

Rubricas	31/12/2020				
	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	0,00	143.310,28	26.211,28	127.225,66	296.747,22
Ajustamentos de conversão					0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	(1.000,00)	0,00	0,00	(1.000,00)
Saldo Final	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	495.747,22
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade					
Saldo inicial	0,00	132.001,03	23.340,89	5.550,75	160.892,67
Ajustamentos de conversão					0,00
Perdas por imparidade/Reversão					0,00
Amortizações do exercício	0,00	5.616,65	0,00	8.618,46	14.235,11
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	(1.000,00)	0,00	0,00	(1.000,00)
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	136.617,68	23.340,89	14.169,21	174.127,78
Ativos Líquidos	0,00	5.692,60	2.870,39	313.056,45	321.619,44

Relativamente às depreciações do exercício, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciações e amortizações" em 2021, o montante de 15.081 euros.

NOTA 8 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável. Os valores destas avaliações são suportados pela performance histórica e pelas expectativas de desenvolvimento do negócio e dos respetivos mercados, consubstanciadas em planos de médio/longo prazo com pressupostos aprovados pela Administração.

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por qualquer outras alterações, quer internas quer externas à MARL, SA.

No final de 2013, foi realizado um teste de imparidade dos ativos fixos da MARL, S.A. que determinou o reconhecimento de imparidade dos ativos fixos, à luz das normas internacionais de contabilidade (IAS 36, NCRF12 e a IFRS 13). De acordo com o § 53 da NCRF12 (§ 11 da IAS 36), na avaliação da necessidade de proceder a uma reversão de imparidade de ativos, registadas em períodos anteriores, a entidade deve ter em consideração a indicação de que "as taxas de juro de mercado ou outras taxas de retorno de investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições poderão afetar a taxa de desconto usada ao calcular o valor de uso do ativo e aumentar materialmente a sua quantia recuperável."

Em 2015, perante a evidência de que as taxas de juro de mercado diminuíram, desde o teste de imparidade aos ativos fixos, realizado em 31 de dezembro de 2013, e que essa evolução pudesse ter alterado a taxa de desconto usada para calcular o valor de uso dos ativos e aumentar materialmente a sua quantia recuperável, foi realizado novo teste de imparidade aos ativos fixos da empresa, que conduziu ao apuramento de uma reversão de perdas por imparidade em ativos fixos no montante de 10.910,3 milhares de euros.

Em 2016, perante as novas perspetivas de evolução do MARL, com base numa política rigorosa de controlo de gastos operacionais e da implementação de uma nova dinâmica comercial, com tradução, numa redução de gastos com fornecimentos e serviços externos, face a 2015 e em negociações concretas para a comercialização de novas áreas com diversas entidades, algumas das quais já instaladas no mercado, estima-se que a capacidade de libertação de *cash flows* operacionais da empresa irá ser reforçada, a curto prazo. Assim, existindo alterações nas estimativas utilizadas para determinar a quantia recuperável do ativo fixo do MARL, desde o último teste realizado, em 31/12/2015, foi efetuado novo teste de imparidade, com referência a 31/12/2016, por entidade independente.

O Conselho de Administração considera que, em 2021, não se verificaram alterações destes pressupostos que determinassem a necessidade de efetuar novas avaliações com referência à data de 31 de dezembro de 2021.

ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, nos exercícios de 2021 e 2020, foi o seguinte:



31/12/2021								
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24.137.805,22	177.556.910,64	1.095.356,46	10.180,13	170.179,09	1.333.155,83	493.373,03	206.428.588,40
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		1.930.855,67	11.085,91	0,00	5.552,90	52.681,73	1.006.312,97	3.486.486,18
Transferências		532.220,68	16.030,17	0,00	0,00	3.452,80	(550.703,65)	0,00
Abates		(4.934,28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.934,28)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(2.604,42)	0,00	0,00	(2.604,42)
Saldo Final	24.137.805,22	180.016.052,71	1.121.472,54	10.180,13	1.713.127,57	1.389.290,36	948.982,35	209.427.538,08
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	247.098,23	86.068.778,35	578.827,52	90.001,49	18.338,82	873.935,71	0,00	89.476.005,92
Ajustamentos de conversão								0,00
Depreciações do exercício		3.438.374,58	104.136,34	5.895,84	25.055,58	91.889,48		3.665.351,80
Perdas por imparidade/Reversão	0,00	0,00	0,00	0,00	(160,06)	0,00		(160,06)
Abates		(4.934,28)	0,00	0,00	0,00	0,00		(4.934,28)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(199,64)	0,00		(199,64)
Outros		7.885,90	4.603,74	0,00	0,00	89,64		12.379,28
Saldo Final	247.098,23	89.510.905,55	685.567,60	95.897,33	1.642.278,50	966.644,81	0,00	93.147.592,02
Ativos Líquidos	23.890.706,99	90.504.947,16	435.904,94	5.998,80	79.849,07	422.645,55	948.982,35	116.279.946,06

31/12/2020								
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24.144.973,22	177.176.885,32	1.103.204,53	10.180,13	1.661.733,80	1.254.448,32	304.803,19	205.747.934,31
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		18.185,54	4.200,00	0,00	18.996,88	36.554,88	789.593,58	875.461,18
Transferências		382.238,78	96.940,00	0,00	74.864,57	54.780,39	(611.823,74)	0,00
Abates	(7.588,00)	0,00	0,00	0,00	(8.782,26)	0,00	0,00	(16.370,26)
Alienações		(20.350,00)	(11.988,07)	0,00	(33.983,00)	(2.625,77)	0,00	(78.946,84)
Saldo Final	24.137.805,22	177.556.910,64	1.095.356,46	10.180,13	1.710.179,09	1.333.155,83	493.373,03	206.428.588,40
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	248.193,23	82.429.278,56	585.423,19	84.105,85	184.297,88	783.851,67	0,00	85.773.627,29
Ajustamentos de conversão								0,00
Depreciações do exercício		3.558.328,04	103.392,40	5.895,84	19.084,89	102.809,81		3.889.609,98
Perdas por imparidade/Reversão	(1.085,00)	(1028,92)	(6.587,07)	0,00	(52,13)	0,00		(8.753,12)
Abates		0,00	0,00	0,00	(8.782,26)	0,00		(8.782,26)
Alienações		(17.789,33)	(105.401,00)	0,00	(33.860,87)	(2.625,77)		(159.676,97)
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo Final	247.098,23	86.968.778,35	578.827,52	90.001,49	1.619.384,62	873.935,71	0,00	89.476.005,92
Ativos Líquidos	23.890.706,99	91.488.132,29	516.528,94	11.806,64	90.814,47	459.220,12	493.373,03	116.952.582,48

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ocorreram movimentos de impacto relevante rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis, nomeadamente na rubrica de "Edifícios e Outras Construções" relativamente ao reconhecimento de dois edifícios, na situação que abaixo expomos, e em consonância com a política adotada desde 2010, relativamente ao reconhecimento de edifícios construídos por operadores do Mercado, com cláusula contratual de reversão dos mesmos para o MARL.

Com enquadramento no referencial contabilístico em que a empresa prepara e apresenta as suas contas (SNC), um ativo é um recurso controlado pela empresa como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que para a mesma fluam benefícios económicos futuros.

Tendo presente este enquadramento, o imóvel é registado no ativo fixo da empresa desde o primeiro momento, uma vez que satisfaz as regras de reconhecimento, designadamente:

- (i) a satisfação da definição, e;
- (ii) a capacidade de estimar com fiabilidade o custo do item.

Relativamente ao primeiro critério, considera-se que ele é satisfeito uma vez que se trata de um bem controlado pelo MARL, como consequência de acontecimentos passados, que gera direta ou indiretamente benefícios económicos futuros, porquanto o cliente não pode, salvo consentimento prévio da MARL, SA:

- i. ceder a sua posição no contrato;
- ii. permitir a outrem o uso, total ou parcial do Espaço contratualizado, a qualquer título e finalidade;
- iii. ceder, total ou parcialmente, temporária ou definitivamente, o Espaço ou a sua exploração.
- iv. alterar a atividade exercida no Espaço;
- v. realizar alterações de âmbito estrutural do edifício contruído;
- vi. o incumprimento definitivo definido contratualmente, confere à MARL, SA o direito de resolução que lhe assiste, vedar o acesso ao Espaço do cliente e dispor de imediato do Espaço;
- vii. no final do prazo contratual ou na sua extinção, por incumprimento do cliente, por exemplo, reverterem para a MARL, SA, o edifício e todas as benfeitorias efetuadas, incluindo equipamentos que nele possam estar integrados como fazendo parte do Espaço;

Acresce ainda, que o MARL cobra uma taxa de utilização ao operador, a qual engloba um pagamento pela utilização do espaço por parte daquele. Tal facto, significa indubitavelmente que é a MARL, SA e não o operador que assume os riscos e benefícios da posse do ativo.

Relativamente ao segundo critério, é possível determinar com fiabilidade o custo do ativo.

Desta forma, esta situação deverá configurar um ativo para o MARL e um direito à utilização do espaço para o Operador. Nesta perspetiva, não havendo contrapartida monetária para o registo do ativo, e por analogia ao tratamento contabilístico das taxas de acesso liquidadas pelo operador (integradas em rendimentos do exercício durante o período contratual), procede-se à contabilização deste ativo por contrapartida de uma conta de diferimentos, sendo integrada em rendimentos do exercício pelo período do contrato, por força da característica qualitativa da fiabilidade.

Para se obter esta característica fundamental (só com ela se consegue dar uma imagem verdadeira e apropriada da entidade) é necessário atender à substância económica das operações independentemente da sua forma legal.

Assim, duas situações em que a substância económica é idêntica, têm que ser tratadas de forma idêntica. Tal obrigação origina que se tenha que tratar de forma idêntica uma situação em que o operador paga a taxa de acesso e o MARL constrói o imóvel e outra em que o operador não paga a taxa de acesso (ou pagando-a, a mesma é de valor inferior) e é este que constrói o imóvel.

Tendo presente este contexto, durante o exercício de 2021, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

O aumento registado na rubrica de "Edifícios e Outras Construções" no montante de 2.463.076,35 euros, traduziram-se nos seguintes investimentos:

- (i) Reconhecimento do valor do edifício A02.2 no montante de 1.322.750 euros;
- (ii) Reconhecimento do valor do edifício R03 no montante de 580.170 euros;
- (iii) Grande reparação das caleiras e juntas de dilatação no NAC e no pavilhão dos CTT Expresso, no montante de 16.414 euros;
- (iv) Grande reparação no montante de 10.215 euros, referente à reabilitação da cobertura do edifício NAC topo nascente;
- (v) Construção de parede divisória na sala do GTC, no montante de 1.306 euros;
- (vi) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
 - a. Grande reparação no montante de 119.768 euros, relativo à aplicação de rede galvanizada no talude;

- b. Grande reparação no montante de 156.528 euros, relativo à empreitada de reabilitação do sistema de drenagem e vedações;
- c. Grande reparação no montante de 73.139 euros, referente à reabilitação da célula 1 do reservatório de água;
- d. Grande reparação no montante de 69.588 euros, referente à reabilitação das fachadas e cobertura do reservatório de água;
- e. Remodelação de um espaço no edifício NAC, para instalação de uma escola profissional, no montante de 47.869 euros;
- f. Assessoria e auditoria ao plano de modernização do mercado, no montante de 6.424 euros, referente ao acompanhamento da empreitada de construção do edifício A02.2;
- g. Transferência da rubrica plano de modernização do mercado, no montante de 58.901 euros referente ao investimento realizado entre 2018 e 2021.

O aumento registado na rubrica de "Equipamento Básico" no montante de 26.116,08 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

- (i) Grande reparação de um chiller no pavilhão A07, no montante de 7.183 euros;
- (ii) Aquisição e montagem de contadores BTE no edifício NAC, no montante de 2.317 euros;
- (iii) Instalação de cabo de rede entre o piso 0 e o piso 2 no edifício NAC, no montante de 1.383 euros;
- (iv) Aquisição e montagem de contador de água, no montante de 201 euros;
- (v) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
 - a. Transferência da rubrica plano de modernização do mercado, no montante de 15.030 euros referente ao investimento realizado entre 2018 e 2021.

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento Administrativo", no montante de 5.552,90 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Aquisição de 3 computadores laptop, relativo a contexto Covid-19, no montante de 2.721 euros;
- (ii) Aquisição de impressora multifunções, no montante de 1.545 euros;
- (iii) Aquisição de mobiliário de escritório, no montante de 670 euros;
- (iv) Aquisição de 2 UPS, no montante de 616 euros.

O aumento verificado na rubrica de "Outros Ativos Fixos Tangíveis", no montante de 56.134,53 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Aquisição de contentores (160un de 1100L e 30un de 240L), no montante de 23.148 euros;
- (ii) Aquisição e montagem de iluminação LED nos escritórios do edifício NAC, no montante de 19.723 euros;
- (iii) Renovação do mobiliário da cozinha, no montante de 4.545 euros;
- (iv) Aquisição e montagem de 2 aparelhos de ar condicionado tipo mural (interior) no edifício NAC, no montante de 2.665 euros;
- (v) Construção de sumidouros na Eco-Area, no montante de 2.600 euros.
- (vi) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
 - a. Atualização do sistema SADI (edifício NAC GEC-8), no montante de 1.189 euros;
 - b. Aquisição de extintores, no montante de 383 euros;

- c. Transferência da rubrica plano de modernização do mercado, no montante de 1.879 euros referente ao investimento realizado entre 2018 e 2021.

O aumento registado na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em curso" no montante de 1.006.312,97 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

- (i) Empreitada para remodelação no edifício NAC, para instalação de uma cozinha industrial experimental, no montante de 422.665 euros;
- (ii) Empreitada de construção de um pavilhão destinado às empresas que prestam serviços à MARL, no montante de 147.684 euros;
- (iii) Empreitada de reabilitação do reservatório de água, no montante de 140.525 euros;
- (iv) Empreitada de reparação e aplicação de rede galvanizada no talude, no montante de 119.768 euros;
- (v) Empreitada para remodelação no edifício NAC, para instalação de uma escola profissional, no montante de 49.442 euros;
- (vi) Continuação do projeto de alterações do edifício CASH, no montante de 44.100 euros;
- (vii) Atualização do sistema CCTV, no montante de 37.473 euros;
- (viii) Empreitada de reabilitação do sistema de drenagem e vedações, no montante de 36.983 euros;
- (ix) Elaboração do plano de emergência (Medidas de Autoproteção), no montante de 5.930 euros;
- (x) Continuação da assessoria e auditorias ao plano de modernização do mercado no montante de 1.628 euros;
- (xi) Empreitada de reabilitação da cobertura do pavilhão A06, no montante de 223 euros;
- (xii) O montante de 550.703,65 euros registado em "Transferências" na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso" refere-se à transferência para "Ativos Fixos Tangíveis" devido à conclusão de algumas obras. Sendo que 346.720 euros referente a aquisições de 2021 e 203.983 euros referentes a anos anteriores;

O montante de 948.982,35 euros que a 31 de dezembro de 2021 ainda se encontra em curso refere-se essencialmente a:

- (i) Empreitada para remodelação de três espaços no edifício NAC, para instalação de uma cozinha industrial experimental, no montante de 452.165 euros;
- (ii) Projeto de alterações do edifício CASH, no montante de 189.059 euros;
- (iii) Empreitada de construção de um pavilhão destinado às empresas que prestam serviços à MARL, no montante de 143.724 euros;
- (iv) Assessoria e auditorias ao plano de modernização do mercado no montante de 54.920 euros;
- (v) Atualização do sistema CCTV, no montante de 51.805 euros;
- (vi) Licenciamentos diversos no montante de 27.099 euros;
- (vii) Continuação da assessoria e auditorias ao plano de modernização do mercado no montante de 24.053 euros;
- (viii) Elaboração do plano de emergência (Medidas de Autoproteção), no montante de 5.930 euros.

O montante dos abates registado na rubrica "Edifícios e Outras Construções" refere-se a:

- (i) Abate (parcial) das luminárias dos escritórios do edifício NAC, no montante de 4.934 euros;

O montante das alienações registado na rubrica "Equipamento Administrativo" refere-se a:

- (i) Alienação de computadores, no montante de 2.604 euros;

No total, estas operações geraram uma mais-valia no montante de 81 euros.

Relativamente às depreciações do exercício, foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" em 2021, o montante de 3.665.351,80 euros.

NOTA 9 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

9.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

A MARL, S.A. não tem atualmente nenhum contrato de locação financeira a decorrer.

9.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os contratos de aluguer de viaturas ao serviço da MARL, S.A. revestem a natureza de locações operacionais. Estes não preveem a opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes.

Em 2020 os contratos de todas as viaturas foram prorrogados por mais 12 meses.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos de locação reconhecidos como gasto, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram conforme se segue:

Locações e sublocações operacionais, e pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gastos	Locações operacionais em vigor				31/12/2021	31/12/2020
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Pagamentos mínimos das locações	Pagamentos mínimos das locações
			Começo	Fim		
Viatura "55-QV-31"	ALD Automotive	51680	8/mar/16	7/mar/21	1 619,93	1 654,43
Viatura "55-QV-32"	ALD Automotive	51679	8/mar/16	7/mar/21	1 061,48	1 892,93
Viatura "38-RP-26"	Kinto	1414	8/jul/16	7/jul/21	0,00	0,00
Viatura "38-RP-33"	Kinto	1414	8/jul/16	7/jul/21	4 284,19	4 297,02
Viatura "49-RP-59"	Kinto	1414	8/jul/16	7/jul/21	5 243,02	4 297,12
Viatura "31-RL-68"	Opel	MLA70436/2016	19/jul/16	19/jul/21	3 443,26	3 719,05
Viatura "AI-48-JB"	LESYS	1102653512	21/jul/21	20/jul/26	1 674,91	0,00
Viatura "AI-49-JB"	LESYS	1102653510	21/jul/21	20/jul/26	1 674,94	0,00
Viatura "AI-51-JB"	LESYS	1102653511	22/jul/21	21/jul/26	1 664,81	0,00
Viatura "AJ-66-CA"	ALD Automotive	5033496	31/ago/21	30/ago/26	793,58	0,00
Viatura "AJ-19-CB"	ALD Automotive	5033497	31/ago/21	30/ago/26	793,56	0,00
Total					22 253,68	15 860,55

Futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis	31/12/2021	31/12/2020
Vencíveis até 1 ano	16 007,64	7 261,97
Vencíveis entre 1 e 5 anos	56 418,39	0,00
Vencíveis a mais de 5 anos		
Total	72 426,03	7 261,97

O valor apresentado a 31/12/2020 respeitava a rendas vincendas até ao *terminus* dos contratos iniciais (março/2020 e julho/2020) os quais, nessas datas, foram prorrogados por mais 12 meses.

NOTA 10 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica “Financiamentos Obtidos” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos obtidos (passivo não corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	9.722.222,19	12.499.999,97
Banco Santander Totta (BANIF)	0,00	190.353,40
Empréstimos por Papel Comercial		
Banco Santander Totta	0,00	3.600.000,00
Banco BPI	2.400.000,00	0,00
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	3.281.400,00	4.172.400,00
Total	15.403.622,19	20.462.753,37

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Financiamentos obtidos (passivo corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	2.777.777,78	2.777.777,78
Banco Santander Totta (BANIF)	171.056,16	320.404,34
Descobertos Bancários		
Banco Santander Totta	296.913,94	155.479,96
Banco Comercial Português	1186.256,28	1 065 732,68
Empréstimos por Papel Comercial		
Banco Santander Totta	0,00	1.700.000,00
Banco BPI	1.200.000,00	0,00
Total	5.632.004,16	6.019.394,76

10.1. Caracterização dos empréstimos bancários

- Contrato de financiamento a médio e longo prazo

No dia 8 de outubro de 2001, na sequência dos contactos e negociações havidas com o *Banco Europeu de Investimento (BEI)*, foi assinado um contrato de financiamento com esta entidade bancária europeia. No âmbito deste financiamento, em 8 de setembro de 2011, foi concedido aval do Estado Português, garantindo o cumprimento das obrigações de capital e juros deste financiamento até à maturidade.

A operação está consubstanciada nas seguintes características técnicas:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'PB' and several scribbles.

Financiamento BEI

Montante	50.000.000,00
Montante em dívida a 31/12/2021	12.499.999,97
Maturidade	25 anos
Período carência	7 anos
Regime taxa juro	Variável
Indexante	Euribor 3 meses
Spread	+0,12%
Data primeiro reembolso	15/09/2008
Data último reembolso	15/03/2026

- **Contrato de financiamento para a aquisição do edifício C01**

Foi celebrado com o BANIF, SA (atual Banco Santander Totta) um contrato de financiamento de médio/longo prazo, em 30 de maio de 2007, no montante de 4.672.000 euros, com prazo de 15 anos, para financiamento da aquisição do edifício C01 no MARL, com vencimento mensal de amortizações de capital e juros e com maturidade em junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, encontra-se em dívida o montante de 171.056,16 euros.

- **Descoberto Autorizado**

À data de 31 de dezembro de 2021, a MARL, S.A. tinha contratualizado duas linhas de apoio à tesouraria, sendo utilizadas ao longo do ano em função dos défices/excedentes de tesouraria gerados diariamente, permitindo assim uma otimização de tesouraria e redução dos encargos financeiros, com as seguintes características:

Em 23 de maio de 2016 foi celebrado um contrato de crédito por descoberto em conta (Grupado) no Banco Comercial Português, pelas empresas SIMAB, MARL e MARE, com limite global de 500.000 euros em que o somatório das utilizações efetuadas pelos beneficiários não poderá exceder, em cada momento, o limite global estabelecido. Em 5 de março de 2018, foi celebrado um aditamento a este mesmo contrato, em que o limite global passa para 1.200.000 euros.

Em 31 de maio de 2016, foi celebrado um contrato de crédito por descoberto em conta (Grupado) no Banco Santander Totta, pelas empresas SIMAB, MARL e MARE com limite global de 500.000 euros em que o somatório das utilizações efetuadas pelos beneficiários não poderá exceder em cada momento o limite global estabelecido. Em 19 de dezembro de 2019, foi celebrado um aditamento a este mesmo contrato, em que o limite global passa para 1.000.000 euros, sendo que o limite máximo de utilização pela MARL, SA é fixado em 500.000 euros.

- **Programa de Emissão de Papel Comercial**

Em novembro de 2021, foi contratualizado com a Banca Comercial um Programa de Emissão de Papel Comercial, no montante de 3 600 milhares de euros, com prazo de 3 anos e possibilidade de denúncia anual por ambas as partes. Esta linha permitiu refinar um PPC, do mesmo montante e maturidade, em condições de *pricing* mais favoráveis, concretizando uma redução de 65 pontos base no *all in spread*, face ao PPC amortizado.

10.2. Prestações Acessórias de Capital

Em 2021, a MARL, S.A., amortizou prestações acessórias de capital do acionista SIMAB, SA, no montante de 891.000,00 euros (Nota 6.3).

À data de 31 de dezembro de 2021, as prestações acessórias de capital realizadas à MARL, S.A. ascendem a 3.281.400,00 euros, conforme seguidamente se apresenta:

Prestações Assessorias SIMAB		
Data da Realização	Montante	Montante em dívida a 31/12/2021
15/09/2017	1.400.000,00	481.400,00
13/09/2018	400.000,00	400.000,00
26/09/2019	360.000,00	360.000,00
27/12/2019	90.000,00	90.000,00
23/12/2020	1.950.000,00	1.950.000,00
Total	4.200.000,00	3.281.400,00

Os contratos vencem juros mensais à taxa determinada pelo custo de financiamento bancário da empresa mãe, por referência ao mês anterior. Em 2021, correspondeu a uma taxa média de 0,78%.

NOTA 11 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Os movimentos registados na rubrica de perdas por imparidades de ativos fixos é conforme se segue:

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período		31/12/2021					
		Saldo Inicial	Aumentos	Reversão	Regularização	Saldo Final	
2020	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Ativos fixos tangíveis	3.137.766,20	0,00	0,00	(150,06)	3.137.616,14
		Ativos intangíveis	29,69		0,00	0,00	29,69
		Totais	3.137.795,89	0,00	0,00	(150,06)	3.137.645,83

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período		31/12/2020					
		Saldo Inicial	Aumentos	Reversão	Regularização	Saldo Final	
2020	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Ativos fixos tangíveis	3.146.527,32	0,00	0,00	(8.761,12)	3.137.766,20
		Ativos intangíveis	29,69		0,00	0,00	29,69
		Totais	3.146.557,01	0,00	0,00	(8.761,12)	3.137.795,89

O valor registado em regularizações diz respeito, essencialmente à alienação de diverso equipamento informático.

NOTA 12 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica “Outros Ativos Financeiros” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos Financeiros		
Outras Aplicações Financeiras		
Fundos - FCT (Fundo de Compensação do Trabalho)	1.504,81	1.161,31
Total	1.504,81	1.161,31

No cumprimento da Lei 70/2013 de 30 de agosto, passou a ser constituído o Fundo de Compensação do Trabalho de carácter obrigatório para contratos de trabalhos celebrados após 01/10/2013.

NOTA 13 – DIFERIMENTOS

13.1. Diferimentos Ativos

O detalhe da rubrica "Diferimentos" no ativo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Diferimentos		
Gastos a reconhecer (Ativos Correntes)		
Seguros	1 137,31	543,65
Outros gastos a reconhecer	21.084,45	20.893,84
Total	22.221,76	21.437,49

O valor registado na rubrica "outros gastos a reconhecer" no montante de 21.084,45 euros, inclui:

- (i) Gastos de financiamento e comissões bancárias no montante de 1.234 euros;
- (ii) Licenças Microsoft no montante de 3.428 euros;
- (iii) Licenças Firewall, Office(cloud), alojamentos de mail e de website no montante de 2.848 euros.
- (iv) Contrato Primavera e Sigcont no montante de 719 euros;
- (v) Contrato Infotrust no montante de 900 euros;
- (vi) Repasse de eletricidade aos operadores no montante de 11.017 euros;
- (vii) Outros gastos a reconhecer no exercício ou exercícios seguintes no montante de 938 euros.

13.2. Diferimentos Passivos

O detalhe da rubrica "Diferimentos" no passivo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer (Passivo não corrente)		
Taxas Acesso	10.788.935,56	10.510.443,28
Taxa Utilização	793.453,03	839.393,37
Total	11.582.388,59	11.349.836,65

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer (Passivo corrente)		
Taxas Acesso	1.586.379,96	1.504.397,28
Taxa Utilização	218.820,78	214.393,28
Outros Rendimentos a reconhecer	13 252,42	12 274,41
Total	1.818.453,16	1.731.064,97

Os montantes recebidos referentes às taxas de acesso incluídos na rubrica de "Rendimentos a reconhecer", são reconhecidos por duodécimos, como rendimentos do exercício durante o período de vigência dos contratos.

Na rubrica "Rendimentos a reconhecer – Taxa Utilização" procedeu-se a transferência de passivo corrente para passivo não corrente, o montante referente às taxas de utilização cujo reconhecimento em proveitos é superior a 12 meses.

A diminuição dos rendimentos a reconhecer, provenientes de taxas de acesso, decorre do efeito da sua integração, em rendimentos do exercício.

O montante registado na rubrica "Outros Rendimentos a reconhecer" refere-se a:

- (i) indemnizações recebidas de seguradoras, cujas obras ainda não foram realizadas.

NOTA 14 – RÉDITO

A rubrica "Vendas e Serviços Prestados" apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Vendas	0,00	990,33
Prestações de serviço		
Taxa de utilização	10.209.587,10	10.083.008,51
Outras receitas	1.954.972,28	1.898.922,32
Proveitos diferidos	1.635.327,59	1.607.696,00
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
Total	13.799.886,97	13.590.617,16

As prestações de serviço incluem, para além da taxa de utilização e dos proveitos diferidos da taxa de acesso, uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço. (Nota 3.10)

De salientar que, a sub-rubrica "Proveitos diferidos" inclui o montante de 45.442 euros relativo a integração em rendimentos do exercício, do valor de taxas de acesso que ainda não estava incorporado, nos casos em que ocorreu rescisão contratual. Em 2020, este montante ascendeu a 100.532 euros.

NOTA 15 - SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO

No exercício de 2021, foi reconhecido o montante de 5.838,17 euros em subsídios à exploração referente ao subsídio recebido pelo Instituto do Emprego e Formação profissional (IEFP), no âmbito do programa Medida Estágios ATIVAR.PT

NOTA 16 – INVENTÁRIOS

A rubrica "Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" apresenta a seguinte composição:

Quantias dos subsídios reconhecidas reconhecidas como gastos durante o período			2021	2020	
			Mercadorias	Mercadorias	
Inventários no começo do período			+	0,00	0,00
Demonstração do custeio das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Compras	Compras	+	0,00	1 336,50
		Devoluções de compras	-		
		Descontos e Abatimentos	-		
	Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-	0,00	(423,00)
		Perdas por quebras	-	0,00	0,00
		Ganhos por sobras	+		
		Outros Ganhos	+		
Inventários no fim do período			-	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			=	0,00	913,50
Perdas em inventários			+		
Totais			=	0,00	913,50

Por norma a MARL não tem inventário, no entanto, devido ao COVID-19 houve a necessidade, em 2020, de adquirir viseiras de proteção para serem vendidas na LAC (Loja de Apoio ao Cliente).

O montante de 423,00 euros evidenciado em "Reclassificações", foi considerado gasto.

Relativamente ao não de 2021 a MARL deixou de ter inventário.

NOTA 17 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

17.1. Provisões

Destinando-se as provisões a fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias, a MARL, SA fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos.

O Conselho de Administração da MARL, SA considera que não há riscos identificados à data de 31/12/2021, pelo que não apresenta valores em provisões.

17.2. Ativos e Passivos Contingentes

17.2.1. Ativos Contingentes

Não são identificadas situações que configurem ativos contingentes.

17.2.2. Passivos Contingentes

A MARL, S.A. fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos, suportada pelo entendimento dos advogados da empresa.

Com base nesta análise, não foi identificada quaisquer situações desta natureza.

NOTA 18 – SUBSÍDIOS OBTIDOS

Subsídios ao Investimento

Os movimentos relativos ao subsídio obtido são como se segue:



Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2021		
			Demonstração dos resultados		Balanço
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PROMAB		0,00	433.424,13
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	PROMAB	391.048,08	0,00	11.144.870,62
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(2.507.595,92)
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	FEE	806,40	0,00	5.040,00
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(1.134,00)
Total			391.854,48	0,00	9.074.604,83

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2020		
			Demonstração dos resultados		Balanço
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PROMAB		0,00	433.424,13
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	PROMAB	391.048,08	0,00	11.535.918,70
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(2.595.581,72)
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	FEE	806,40	0,00	5.846,40
	Impostos diferidos sobre subsídios			0,00	(1.315,44)
Total			391.854,48	0,00	9.378.292,07

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos. Em 2020 inclui essencialmente a quota-parte do subsídio ao investimento (PROMAB) concedidos à sociedade a fundo perdido, no valor de 391.048,08 euros e Fundo de

Eficiência Energética (FEE) no valor de 806,40 euros

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

NOTA 19 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

19.1. Autorização para emissão

- (i) As Demonstrações Financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de março de 2022.
- (ii) Em Assembleia-geral os acionistas têm o poder de não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar as alterações que julguem convenientes, nos termos e legislação em vigor.
- (iii)

19.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

- (i) Entre a data do Balanço e 15 de março de 2021 não houve conhecimento de eventos ocorridos que, afetem o valor dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras do período.



19.3. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

No dia 10 de janeiro de 2022, o MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A., foi notificado da pendência da ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, no Juízo do Trabalho, Juiz 2, sob o processo n.º 3734/21.2T8VFX, proposta pela Trabalhadora Carla Isabel Sebastião Neto Pinhão no dia 21 de dezembro de 2021. A ação pendente aguarda de momento a contestação da Trabalhadora, que tem até dia 28 de março de 2022 para o efeito (com eventual pagamento de multa, até dia 31.03.2022), pelo que só nesse momento será possível conhecer a possível contingência, uma vez que não há nenhum pedido que permita ter uma base/referência para calcular ou estabelecer contingências/riscos.

NOTA 20 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

20.1. Imposto sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, 5% do excedente de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 7% no montante que exceda os 35.000.000 Euros

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, foi como segue:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro	291.979,42	27.385,62	332.778,79	28.304,56
Movimentos do exercício				
Amortizações n/ aceites fiscalmente	(2.204,53)		(8.173,30)	
Ajustamentos positivos para o justo valor	(7.415,59)	4,62	(8.774,33)	8,90
Imparidade de dívidas de clientes	(223,76)		(23.851,74)	
Subsídios para ativos depreciables - PROMAB		(927,84)		(927,84)
Saldo final a 31 de dezembro	282.135,54	26.462,40	291.979,42	27.385,62

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são detalhados como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Imposto Corrente	(1.611.052,86)	(1.524.252,78)
Imposto Diferido	(8.920,66)	(39.942,65)
Total	(1.619.973,52)	(1.564.195,43)

A reconciliação entre o lucro contabilístico e os gastos/rendimentos de impostos referentes a 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme se segue:

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		Calculo	31/12/2021	31/12/2020	
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(is)	Resultado líquido do período	1	4.877.205,91	4.672.456,10	
	Gastos/(rendimentos) de impostos	2	1.619.973,52	1.564.195,43	
	Resultado antes de impostos	3=1+2	6.497.179,43	6.236.651,53	
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	
		A deduzir	
	Diferenças temporárias	A acrescentar	6	10.196,16	10.518,86
		A deduzir	7	50.000,79	84.300,23
Lucro/(Prejuízo fiscal)	8=3+4-5+6-7	6.490.448,71	6.151.393,34		
Dedução de perdas fiscais	9	0,00	0,00		
Matéria coletável	10=8-9	6.490.448,72	6.151.393,34		
Benefícios fiscais por dedução à Coleta	11	0,00	0,00		
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma	12	988,44	647,48	
	Derrama		97.356,73	92.270,89	
	Derrama Estadual		149.713,46	139.541,82	
	Coleta		1.362.994,23	1.291.792,59	
	...				
Impostos	Imposto corrente	13=10-11+12	1.611.052,86	1.524.252,78	
	Imposto diferido (variação ativos / passivos diferidos)	14	(8.920,66)	(39.942,65)	
	Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	15	0,00	0,00	
Gastos/(rendimentos) de impostos	16=13-14-15	1.619.973,52	1.564.195,43		

A linha de imposto teve um impacto negativo de 1.619.973,52 euros nos resultados do exercício, explicado por:

- (i) Pelo reconhecimento de ativos por impostos diferidos relativos:
 - a. À reversão de depreciações não aceites fiscalmente, no montante de 2.204,53 euros;
 - b. À reversão da perda por imparidade nos Ativos Fixos Tangíveis no montante de 7.415,9 euros;
 - c. À reversão de imparidade de dividas de clientes no montante de 223,76 euros;
- (ii) Pelo reconhecimento de passivos por impostos diferidos relativos:
 - a. À reversão da integração do subsídio proporcional à perda por imparidade no montante de 927,84 euros;
- (iii) Pelo imposto corrente do exercício no montante de 1.611.052,86 euros.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis, que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Assim, são reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existam expectativas fundamentadas de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro.

Não são efetuadas compensações entre impostos diferidos ativos e passivos.

20.2. Decomposição dos saldos com o Estado

20.2.1. Passivo Corrente

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	322.847,46	247.713,96
Retenção de impostos sobre rendimentos	14.950,33	12.739,08
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	380.869,99	372.765,21
Contribuições para a Segurança Social	16.390,24	15.053,46
Outras tributações	29,09	28,99
Total	735.087,11	648.300,70

Nos exercícios de 2021 e 2020 foi efetuado o apuramento do imposto sobre o rendimento a pagar e a recuperar respetivamente, pelo que a rubrica "Imposto sobre o Rendimento" evidencia a estimativa do imposto sobre o rendimento, derrama e derrama estadual, deduzida dos pagamentos por conta e adicional por conta de IRC efetuados.

20.3. Outras informações

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2018 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

NOTA 21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros são detalhadas conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Contas a receber de terceiros	1.508.138,52	1.486.272,87
Caixa e equivalentes	232.230,88	114.225,65
Total	1.740.369,40	1.600.498,52

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Passivos Financeiros		
Fornecedores	394.759,44	582.120,10
Outras contas a pagar a terceiros	27.372.678,27	32.634.415,52
Total	27.767.437,71	33.216.535,62

21.2. Risco de crédito

Os riscos a que a MARL, S.A. se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de crédito – O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira. Este tipo de risco é incorrido no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- As condições financeiras dos clientes.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a MARL, S.A. detém uma exposição ao sector bancário nacional traduzida pelos depósitos à ordem e financiamentos obtidos. Até à data, a MARL, S.A. não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades bancárias.

- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que a empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros.

A MARL, S.A. tem procurado o melhor desempenho na gestão de tesouraria, procurando garantir o cumprimento de responsabilidades de curto prazo e das atividades operacionais e minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade.

Como forma de mitigação deste risco e integrado na estratégia global do Grupo SIMAB, desde 2012, a MARL, S.A. tem vindo a realizar uma reestruturação do financiamento bancário através da concentração de linhas de crédito de apoio à tesouraria na empresa-mãe, que possibilitou uma redução do seu custo de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2021, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes é detalhada conforme segue:

Descrição	31/12/2021			Descrição	31/12/2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Não vencido	840.928,52	0,00	840.928,52	Não vencido	767.935,42	0,00	767.935,42
Vencido				Vencido			
0 - 30 dias	77.437,91	0,00	77.437,91	0 - 30 dias	161.927,50	0,00	161.927,50
30 - 90 dias	74.448,91	0,00	74.448,91	30 - 90 dias	60.511,11	0,00	60.511,11
90 - 180 dias	60.192,54	0,00	60.192,54	90 - 180 dias	33.588,14	0,00	33.588,14
180 - 360 dias	82.534,23	0,00	82.534,23	180 - 360 dias	4.000,13	0,00	4.000,13
> 360 dias	792.875,71	711.567,89	81.307,82	> 360 dias	768.532,52	698.236,27	70.296,25
Total	1.928.417,82	711.567,89	1.216.849,93	Total	1.796.494,82	698.236,27	1.098.258,55

A antiguidade do saldo da rubrica “Fornecedores” é detalhada conforme segue:

Handwritten signature and initials in blue ink.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Quantia	Quantia
Não vencido	222.531,74	209.282,10
Vencido		
0 - 30 dias	98.103,36	183.505,43
30 - 90 dias	6.311,39	103.624,09
90 - 180 dias	(247,57)	0,08
180 - 360 dias	0,00	1,94
> 360 dias	68.060,52	85.706,46
Total	394.759,44	582.120,10

A MARL, S.A. apresenta uma gestão prudente do risco de liquidez, o que implica ainda a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso ao crédito para fazer face à gestão corrente.

A empresa gere o seu capital para assegurar que prosseguem as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a Empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

21.3. Clientes

O detalhe da rubrica "Clientes" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Clientes		
Clientes gerais	1.202.554,72	1.095.010,08
Clientes - Empresa-mãe	9.530,51	0,00
Clientes - Outras partes relacionadas	0,00	13,04
Clientes - Cheques pré-datados	1.529,27	0,00
Subtotal	1.213.614,50	1.095.023,12
Clientes cobrança duvidosa	714.803,32	701.471,70
Perdas por imparidade acumuladas	(711.567,89)	(698.236,27)
Subtotal	3.235,43	3.235,43
Total	1.216.849,93	1.098.258,55

21.4. Fornecedores

O detalhe da rubrica de "Fornecedores" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores		
Fornecedores gerais	299.169,98	453.591,61
Fornecedores - Empresa-mãe	39.852,96	55.190,99
Fornecedores - Outras partes relacionadas	55.736,50	73.337,50
Total	394.759,44	582.120,10

21.5. Adiantamento de clientes

O detalhe da rubrica "Adiantamento de Clientes" é conforme se segue:

✓
 PB
 [Handwritten signatures]

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de clientes		
Clientes gerais	884,10	253,98
Total	884,10	253,98

21.6. Créditos a receber

O detalhe da rubrica "Créditos a Receber" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber		
Devedores diversos		
Dif. Taxa de Acesso	54.394,12	68.633,56
Outros	130.400,00	195.600,00
Total	184.794,12	264.233,56

21.7. Outros créditos a receber

O detalhe da rubrica "Outros Créditos a Receber" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos a receber		
Outras operações com pessoal	372,22	3.863,19
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros devedores	1.134,70	1.296,79
Outros acréscimos de rendimentos	16.444,79	28.589,82
Devedores diversos		
Cauções a fornecedores	778,22	778,22
Dif. Taxa de Acesso	14.206,80	14.206,80
Outros	73.557,74	75.045,94
Total	106.494,47	123.780,76

O saldo a receber do pessoal totaliza 372,22 euros refere-se essencialmente a:

- (i) despesas extra *plafond* de telemóvel, combustíveis e "via verde", devidamente controladas e recebidas no curtíssimo prazo;

21.8. Outras dívidas a pagar

O detalhe da rubrica "Outras Dívidas a Pagar" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outras Dívidas a pagar (Passivo não Corrente)		
Credores diversos		
Cauções Operadores	1.494.944,97	1.466.522,53
Ajust. Imposto s/ Subsídio	2.420.562,67	2.508.729,91
Total	3.915.507,64	3.975.252,44

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outras Dívidas a pagar (Passivo Corrente)		
Clientes	1.701,73	3.771,33
Outros custos com pessoal	1.903,75	43,56
Credores diversos		
Outros	163.297,19	145.695,89
Ajust. Imposto s/Subsidio	88.167,25	88.167,25
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores gerais	927.392,62	821.436,42
Empresa mãe	0,00	.0,00
Credores por acréscimos de gastos		
Juros a Liquidar	1.666,25	6.185,42
Remunerações a Liquidar	96.233,08	99.718,17
Outros Acréscimos de Gastos	405.211,20	363.442,23
Total	1.685.573,07	1.528.460,27

As cauções estão classificadas como passivo não corrente, por se considerar que não são devolvidas num prazo inferior a 12 meses.

O valor apresentado de remunerações a liquidar considera as remunerações devidas em 2022 no que diz respeito a férias e subsídio de férias cujo direito foi adquirido no decurso do ano 2021.

A rubrica de "Credores por acréscimos de gastos – Outros", no montante de 405.211 euros, refere-se essencialmente a:

- (i) Acréscimo de gastos com Imposto Municipal sobre Imóveis, referente a 2021, cujo pagamento ocorrerá em 2022, no valor de 266.406 euros;
- (ii) Acréscimo de gastos com água, eletricidade, manutenção e seguros no montante de 114.903 euros;
- (iii) Acréscimo de gastos com trabalhos audiovisuais e publicidade no montante de 9.805 euros;
- (iv) Acréscimo de gastos com o acompanhamento diário da atividade no mercado pela Guarda Nacional Republicana no montante de 6.098 euros;
- (v) Acréscimo de gastos com comissões a pagar ao Estado Português na sequência do aval concedido, conforme explicado na nota 10.1 e nota 27.1.2, no montante de 7.431 euros.

NOTA 22 – CAPITAL SOCIAL

22.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Durante o exercício de 2020, não houve qualquer realização capital, conforme seguidamente se apresenta:

Acionista	Capital Social Inicial	Diminuição	Aumento Capital			Capital Social Final
			Conversão Suprimentos	Conversão Dívida	Entradas em Dinheiro	
Sirab, S.A.	26.361.351,64					26.361.351,64
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55					2.970.272,55
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60					445.806,60
Câmara Municipal de Loures	222.568,97					222.568,97
Total	29.999.999,76	0,00	0,00	0,00	0,00	29.999.999,76

Acionista	Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital a realizar
Simab, S.A.	26.361.351,64	26.361.351,64	
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55	2.970.272,55	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60	445.806,60	
Câmara Municipal de Loures	222.568,97	222.568,97	
Total	29.999.999,76	29.999.999,76	0,00

22.2. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O capital social atual é representado por 6.012.024 ações nominativas, com o valor facial de 4,99 euros, em títulos de uma, cinco, dez, cem, mil ou múltiplos de mil ações.

Em substância, o capital social da sociedade, encontra-se repartido nos seguintes valores:

Acionista	N.º Ações	Valor Nominal	Valores	%
Simab, S.A.	5.282.836	4,99	26.361.351,64	87,87%
Câmara Municipal de Lisboa	595.245	4,99	2.970.272,55	9,90%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	89.340	4,99	445.806,60	1,49%
Câmara Municipal de Loures	44.603	4,99	222.568,97	0,74%
Total	6.012.024		29.999.999,76	100,00%

22.3. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios

22.3.1. Reservas Legais

A rubrica "Reservas" apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Reservas		
Saldo inicial	3.825.313,20	3.397.359,84
Aplicação do Resultado Líquido	467.245,61	427.953,36
Saldo final	4.292.558,81	3.825.313,20

Os estatutos da empresa determinam para a aplicação dos resultados, um mínimo de dez por cento para constituição ou reintegração da reserva legal até atingir o mínimo legalmente exigível e o remanescente conforme for deliberado pela Assembleia Geral, podendo o montante a distribuir como dividendos aos acionistas ser fixado por deliberação aprovada pelos votos representativos de cinquenta e um por cento do capital social.

22.3.2. Resultados Transitados

Realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados":

Descrição	31/12/2021	Variação	31/12/2020
Resultados transitados			
Resultados transitados	27.778.132,78	4.205.210,49	23.572.922,29
Result. transit. - Reg. n/freq. de grande signif.	(357.942,02)	0,00	(357.942,02)
Resultados transitados - Adopção 1ª vez SNC	1.773.414,40	0,00	1.773.414,40
Total	29.193.605,16	4.205.210,49	24.988.394,67

A rubrica de resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez do SNC.

A variação nos resultados transitados, no valor de 4.205.210,49 euros, resulta de:

- (i) Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2020 no valor de 4.672.456,10 euros, nos seguintes montantes:
 - 467.145,61 euros para reserva especial por lucros retidos e reinvestidos, correspondente ao montante de lucros retidos e reinvestidos, determinado nos termos do artigo 32º do DL 162/2014 de 31/10;
 - 4.205.210,49 euros mantidos em resultados transitados;

22.3.3. Ajustamentos e Outras Variações no Capital Próprio

A empresa reconhece, nesta rubrica, os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes (subsídios ao investimento), os quais foram integralmente recebidos e não são reembolsáveis. No caso de bens depreciables, estes subsídios são subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, tendo sido reconhecidos rendimentos no montante de 391.854,48 euros, em 31 de dezembro de 2021.

O saldo desta rubrica corresponde: (i) parcela destes subsídios ainda não imputados a rendimentos do período no montante de 11.149.910,62 euros, líquido do respetivo passivo por impostos diferidos no montante de 2.508.729,92 euros, e (ii) aos subsídios afetos a bens não depreciables no montante de 433.424,13 euros.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outras Variações no Capital Próprio		
Subsídios para activos não depreciables		
Subs. para act. não deprec. - PROMAB	433.424,13	433.424,13
Subsídios para activos depreciables		
Subs. para act. deprec. - PROMAB	11.144.870,62	11.535.918,70
Subs. para act. deprec. - FEE	5.040,00	5.846,40
Impostos diferidos referentes a Subsídios	(2.508.729,92)	(2.596.897,16)
Total	9.074.604,83	9.378.292,07

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 22,5% (IRC à taxa de 21% e Derrama à taxa de 1,5%).

NOTA 23 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	30/12/2020
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	317.403,72	315.869,39
Publicidade e propaganda	19.730,56	8.878,11
Vigilância e segurança	414.497,63	388.798,98
Honorários	54.717,31	18.312,17
Comissões	0,00	.1,91
Conservação e reparação	201.343,82	188.512,95
Serviços Bancários	2.650,50	2.308,15
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.820,13	2.499,54
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	712,75	.915,71
Artigos para oferta	0,00	0,00
Energia e fluidos		
Eletricidade	353.754,72	372.401,72
Combustíveis	4.331,78	.834,45
Água	183.065,75	191.526,83
Deslocações, estadas e transportes	.185,16	2.361,71
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	46.717,98	37.428,23
Comunicação	12.459,32	11.162,84
Seguros	94.960,93	74.878,39
Contencioso e notariado	1.017,25	.682,09
Despesas de representação	.0,00	1.387,26
Limpeza, higiene e conforto	.976.820,29	1005.662,23
Outros serviços	8.744,44	7.099,64
Total	2.694.934,04	2.631.522,30



NOTA 24 – GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica "Gastos com o pessoal" detalha-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	154.765,91	155.126,92
Remunerações do pessoal	616.876,14	600.123,07
Encargos sobre remunerações	140.209,86	136.148,92
Seguros de acidentes no trabalho e doenças prof.	3.096,14	2.981,20
Outros gastos com o pessoal	30.704,90	23.772,31
Total	945.652,95	918.152,42

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o ano de 2021 foi de 24 empregados.

Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias a pagar em 2022, relativas a 2021, de acordo com a Lei 42/2016 de 28/12 (OE 2017).

NOTA 25 – OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS

25.1. Decomposição da rubrica de “Outros gastos” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outros gastos		
Impostos	271.376,81	237.548,37
Outros Gastos e perdas		
Correções de exercícios anteriores	16.768,15	5.379,66
Quotas	6.268,00	5.253,00
Insuficiência da estimativa para impostos	3.339,83	0,00
Outros não especificados	1.597,17	365,75
Total	299.349,96	248.546,78

A rubrica “Impostos” refere-se essencialmente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) do exercício de 2021 a pagar em 2022 no montante de 266.406 euros.

O valor evidenciado em “Outros Gastos e perdas” inclui:

- (i) A rubrica “Correções de exercícios anteriores”, no montante de 16.768 euros refere-se, essencialmente a depreciações de anos anteriores no montante de 13.310 euros;
- (ii) A rubrica “Quotas” no montante de 6.268 euros referente às entidades:
 - WUWM – World Union of Wholesale Markets;
 - A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia;
 - Associação 5 ao Dia;
 - Bombeiros Voluntários do Zambujal.
- (iii) A rubrica “Outros não especificados”, no montante de 1.550 euros, refere-se a indemnizações de sinistros.

25.2. Decomposição da rubrica de “Aumentos/Reduções de justo valor” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fundo Compensação do Trabalho (FCT)	20,57	39,56
Total	20,57	39,56

No cumprimento do disposto na Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto, foi constituído o FCT - Fundo de Compensação do Trabalho, de caráter obrigatório para os contratos de trabalho celebrados desde 1 de outubro de 2013. Em 2021 foram reconhecidos rendimentos no valor de 20,57 euros pela valorização ao JV do referido fundo.

25.3. Decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	39.646,20	39.646,20
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	20.258,45	23.295,61
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	81,30	1.432,23
Outros		
Correções de exercícios anteriores	4.873,67	3.578,83
Excesso da estimativa para impostos	0,00	13.622,32
Imputação de subsídios para investimento	391.854,48	391.854,48
Outros não especificados	2.948,79	105.387,32
Total	459.662,89	578.816,99

A rubrica “Rendimentos suplementares”, no montante de 39.646,20 euros, inclui essencialmente:

- (i) A faturação emitida à SIMAB, S.A. e à Associação 5 ao dia, nos montantes de 39.526,20 euros e 120,00 euros, respetivamente (Notas 6.3 e 6.4);

A rubrica “Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros”, no montante de 20.258,45 euros, inclui:

- (i) O montante de 12.062 euros referente a juros previstos no adicional ao contrato com a MARL Energia;
- (ii) O montante de 8.195 euros referentes a juros de mora.

A rubrica “Correções de exercícios anteriores”, no montante de 4.873 euros, refere-se a correções diversas.

A rubrica “Imputação de subsídios para o investimento”, no montante de 391.854,48 euros, refere-se ao reconhecimento de subsídios ao investimento do PROMAB concedidos à sociedade, a fundo perdido (Nota 18).

A rubrica “Outros não especificados”, no montante de 2.948,79 euros, inclui essencialmente:

- (i) O montante de 1.432 euros referente penalidades contratuais;
- (ii) O montante de 1.516 euros referentes a indemnizações recebidas de seguradoras, relativas a sinistros no mercado.

25.4. Gastos / reversões, depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativos intangíveis	15.081,48	14.235,11
Ativos fixos tangíveis	3.665.351,80	3.889.608,98
Total	3.680.433,28	3.903.844,09

25.5. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados, são detalhados conforme se segue:

Juros e gastos similares		31/12/2021	31/12/2020
Juros com financiamentos obtidos	Empréstimos obtidos	10.427,37	15.204,05
	Acionista	30.196,02	41.178,74
	Subtotais	40.623,39	56.382,79
Juros com Papel Comercial	BPI	1.666,25	0,00
	SANTADER	42.134,37	91.637,83
	Subtotais	43.800,62	91.637,83
Outros gastos e perdas de financiamento	Comissões	45.439,15	61.919,38
	Imposto do Selo	4.664,16	4.349,48
	Subtotais	50.103,31	66.268,86
Totais		134.527,32	214.289,48

A diminuição dos gastos de financiamento, comparativamente ao exercício anterior, resulta essencialmente dos seguintes efeitos:

- (i) Redução da taxa de juro das prestações acessórias de capital, em função da redução do pricing nas operações bancárias obtidas pela empresa mãe junto da banca (repassadas às participadas por via das prestações acessórias de capital);
- (ii) Redução da dívida financeira;

NOTA 26 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- (i) A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.
- (ii) Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- (iii) Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artº 397º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 5, alínea e) do Artº 66º do CSC.
- (iv) Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que:
 - Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;
 - Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a Revisão Legal de Contas, conforme quadro seguinte:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31/12/2021	31/12/2020
	Honorários faturados	Honorários faturados
Revisão legal das contas	9.675,00	9.675,00
Totais	9.675,00	9.675,00

NOTA 27 – OUTRAS INFORMAÇÕES

27.1. Divulgações de natureza não contabilística

27.1.1. Garantias prestada a terceiros

Em 31 de dezembro de 2021, a empresa tinha prestado garantias bancárias a terceiros, como segue:

Entidade Beneficiária	Tipo de Garantia	Objeto	Data de Emissão	Valores
Repsol, Lda	Bancária - CGD	caucionar o bom pag.debitos de transações	13/10/2000	2.000,00
Santander Totta (Banif)	Livrança (a)	garantia do contrato de credito	30/05/2007	171.056,16
Banco Santander Totta	Livrança (a)	Crédito por Descoberto (Grupado)	31/05/2016	296.913,94
Banco Comercial Português	Livrança (a)	Crédito por Descoberto (Grupado)	23/05/2016	1.186.256,28
Banco BPI	Livrança (a)	garantia do papel comercial	16/11/2021	3.600.000,00
Total				5.256.226,38

(a) Livrança em branco a preencher pela entidade bancaria pelo montante em dívida, composto por capital, despesas, juros e demais encargos apurados na data de incumprimento.

27.1.2. Garantia prestada ao Banco Europeu de Investimento (BEI)

No âmbito do contrato de financiamento realizado entre o Banco Europeu de Investimento (BEI) e a sociedade, celebrado em 8 de outubro de 2001, foi concedida garantia pessoal do Estado ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes do referido contrato, formalizado por Contrato de Fiança realizado entre o BEI e a República Portuguesa em 8 de setembro de 2011, e por Aditamento ao Contrato de Financiamento realizado entre o BEI e a MARL, S.A., nessa mesma data.

Esta fiança foi prestada ao abrigo da Lei nº 112/97, de 16 de setembro, sendo concedida pelo prazo de quinze anos, contados a partir de 8 de outubro de 2011, tendo sido fixada uma comissão de garantia de 0,2% ao ano.

27.1.3. Garantias sobre terceiros

Em 31 de dezembro de 2021, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias e livrança sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
MARL Energia, Lda	Contrato utilização espaço para Central Fotovoltaica	Livrança	500.000,00
HYPESOLAR FANHÕES, LDA.	Garantia do integral e tempestivo cumprimentos obrig.direito superfície	Livrança	50.000,00
HYPESOLAR SACAIVÉM, LDA.	Garantia do integral e tempestivo cumprimentos obrig.direito superfície	Livrança	50.000,00
Total			600.000,00

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Bargosa, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BES	9.976,00
CEMG	Cauções contratuais	Bancária - MG	24.353,81
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancária - BES	36.134,00
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancária - Millennium BCP	14.963,94
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancária - BPI	15.400,00
Total			100.827,75

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:



Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Aquecitermica, Lda	InstalNovos ramais de abastecimento de águas em 4 Pavilhões	Bancaria - SANTANDER	5 088,00
Caetano Coatings	Reparação do Pavimento do Pavilhão do Pescado	Bancaria - SANTANDER	25 909,50
CHARON, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancaria - BES	23.064,31
CLIMEX, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Bancaria - Millennium BCP	14.727,56
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - COSEC	100.000,00
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - AXA	29.919,60
CNA Portugal	Aquisição e Implementação do CCTV no MARL	Bancaria - Millennium BCP	16.673,00
ENVIMAN, LDA	Aquisição Serviços de Manut. de Instalações e Equipamentos no MARL	Bancaria - NB	11.501,37
JCDecaux, S.A	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancaria - SANTANDER	59.324,52
PRESENTAROUND, LDA	Empreitada de Conceção e Execução de Armazém/Prest.Serv.	Deposito Caução - BPI	4.446,00
PSG Segurança, Lda	Contrato de Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Bancaria - Millennium BCP	14.759,06
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3.800,00
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3.655,69
Redecor, S.A.	Empreitada de Reparação do Pavimento do Pavilhão do Pescado R07	Bancaria - Banco BIC	1.659,15
RIAL Engenharia, Lda	Empreitada de Requalificação do Edifício CASH & CARRY	Bancaria - Banco BPI	10.807,62
RIAL Engenharia, Lda	Empreitada Conceção e Execução Área ParqueamentoA parcela A14	Bancaria - Banco BPI	4.100,00
Sotecnisol	Reabilitação das coberturas dos Pav.A01 e Edifício B01	Bancaria - Banco BIC	3.819,26
Sotecnisol	Reabilitação das Coberturas da Cobertura Edifício do CTT-Expresso	Bancaria - Eurobic	13.550,72
Sotecnisol	Reabilitação das Coberturas dos Edifícios A03, A07 e A09 no MARL	EUROBIC	5.186,50
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Edifício B2	Bancaria - Banco BIC	376,30
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Topo Norte do Pavilhão R02	Bancaria - Banco BIC	625,44
Visaca, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção	Bancaria - Banco BIC	9.619,25
Visaca, S.A.	Empreitada de coberturas dos Pavilhões A08 e A10 no MARL	Bancaria - Millennium BCP	13.364,51
Visaca, S.A.	Empreitada de reabilitação do topo norte do pavilhão A07	Bancaria - Millennium BCP	2.965,04
Visaca, S.A.	Contrato de Empreit.Reabilit./Pinturas Fachadas Pav.A01, A03,A08	Bancaria - Banco BIC	3.720,44
Visaca, S.A.	Contrato de Aquisição de Serv. Manut.de Equip. e Instalações	Bancaria - Banco BIC	18.910,00
Visaca, S.A.	Contrato de Forn.Mont. 3 unid prod.de Agua Arref.Pav.A01 A05 e A07	Bancaria - Millennium BCP	13.499,84
ENVIMAN, LDA	Contrato de Prest.Serv.Manut.Instal.e Equipamentos no MARL	Bancaria - NB	7.760,06
IBERLIM	Contrato de Prest.Serv.Limpeza Interior	Bancaria - Millennium BCP	27.988,19
LUSÁGUA, Lda	Contrato de Prest.Serv.Limp.Ext.e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	51.913,80
Total			502.734,73

27.1.4. Impacto Covid-19

Em 2021, os Mercados Abastecedores, enquanto plataformas grossistas de base alimentar de distribuição de bens essenciais à população, mantiveram-se abertos e a cumprir o serviço público de proporcionar aos operadores/empresas que aqui exercem atividade o imperativo de garantia na continuidade da cadeia de abastecimento ao comércio retalhista que permanece em funcionamento, designadamente na área alimentar, de modo a que estes bens essenciais cheguem às populações.

Naturalmente, nos últimos dois anos, o funcionamento dos Mercados Abastecedores e das empresas instaladas nos mesmos foi realizado com significativas limitações e restrições a nível comercial, de operação, de funcionamento institucional e de circulação de bens e pessoas, quer decorrentes da aplicação dos Planos de Contingência implementados, quer, sobretudo, devido às condicionantes ou mesmo impedimentos existentes, com suspensão de atividades e setores económicos que geram quebras ao nível das cadeias de fornecimento, a montante ou a jusante, decorrentes das limitações legais decretadas e impostas, quer em Portugal, quer nos países com que essas empresas trabalhavam, mas também decorrentes do abrandamento na procura, consequência das medidas de "quarentena" obrigatórias decididas um pouco por todos os países do mundo para conter a pandemia COVID-19.

A pandemia redefiniu prioridades, desenhou novos padrões de consumo e fez disparar a procura pelos bens de primeira necessidade nos supermercados, mas sobretudo no comércio tradicional, uma tendência que já estava a ter uma dinâmica crescente e que a crise veio acelerar e consolidar.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin.

No setor da logística, assistiu-se mesmo um acréscimo de procura para realização de novos negócios em 2021 e 2022 em razão do aumento da compra on line e da entrega ao domicílio e no estabelecimento (na impossibilidade de resposta imediata a algumas das solicitações por ausência de espaços disponíveis).

O comércio retalhista aumentou os seus níveis de compra, diversificou-se e, também, aumentou o seu volume de vendas junto dos consumidores finais. Em especial, nas suas várias vertentes, o comércio retalhista de proximidade. Com efeitos comerciais e operacionais na vida dos Mercados Abastecedores.

Ou seja, o comércio alimentar de proximidade passou a exercer um papel fundamental. Respondeu de forma positiva, a nível de preço e de oferta, e soube adaptar-se, disponibilizando entregas ao domicílio ou encomendas por telefone ou online. O que também aconteceu no comércio grossista.

O consumo em superes e hipermercados também cresceu, embora de forma não tão expressiva. E, de igual modo, aumentou também o gasto em farmácia e, principalmente, em tecnologia. Ou em itens como cultura, entretenimento, bricolage, entre outros. Todos relevantes na atividade logística e de transporte que ocorre nas nossas plataformas logísticas de base agroalimentar, em especial na entrega ao domicílio, uma vez que se passou a valorizar a proximidade e o consumo em casa.

As empresas grossistas de hortofrutícolas apresentaram, na generalidade, maior resiliência, tendo, em muitos casos, havido mesmo um aumento do seu volume de negócios, pelo facto de os seus compradores, designadamente os formatos tradicionais de comércio, isto é, operadores de mercados municipais, mercearias, frutarias e minimercados, mas também os hipermercados e supermercados, terem visto, como sempre identificámos, a procura aumentar e, igualmente, em virtude do aumento do comércio on line e da entrega ao domicílio tal como via aumento das encomendas através das redes sociais e mesmo telefónicas, para os quais muitas reorientaram parte da sua atividade.

Continuaram a ser exceção, dentro destas, as empresas grossistas de hortofrutícolas cujos clientes são consumidores coletivos, tais como, cantinas de escolas e lares ou o canal HORECA e outras que operam em nichos de mercado como a aviação. Embora, a maioria tenha, também, conseguido diversificar, com sucesso, os seus clientes. No entanto, a reabertura e novo encerramento de muitas destas atividades poderá ter um efeito significativo e danoso em 2021.

Analogamente, o setor das mercearias secas teve, também, um forte crescimento do seu volume de negócios.

Por sua vez, no setor do pescado, e independentemente de alguma baixa do preço, continuou a verificar-se, que parte das empresas aumentou o seu volume de negócios, nas áreas das conservas e congelados, outros o mantiveram, ao trabalhar com os hipermercados, supermercados e grandes peixarias, e parte viu o seu rendimento começar a recuperar ao trabalhar com o canal HORECA e com os mercados municipais. Embora, a evolução da pandemia tenha, novamente, trazido problemas a parte das empresas do setor.

No que concerne ao setor das flores manteve-se durante o ano problemas ao nível dos seus rendimentos. A recuperação da atividade comercial do setor que se iniciou a partir de maio não foi consolidada.

As unidades de restauração que existem nos Mercados Abastecedores enfrentaram grandes dificuldades tal como as atividades complementares. Existiu alguma recuperação durante o segundo semestre de 2020, mas os problemas agravaram-se significativamente no início de 2021.

Quanto às principais empresas de transporte e logística, aquelas que trabalham quase exclusivamente para o mercado nacional, realizando uma distribuição capilar, de proximidade, com encomendas de pequeno porte, tiveram os impactos da pandemia mitigados pelo crescimento da componente de entregas de mercadorias compradas em comércio eletrónico e por outras vias alternativas. Embora, queixando-se de alguma "desregulação" das entregas.

No que concerne à despesa operacional, os Mercados Abastecedores abertos e em plena operação face à situação que vivemos e cuja exigência dos desafios que temos enfrentado, com aumento da procura por parte dos clientes dos clientes bem como com necessidades acrescidas de controlo, faseamento de entradas, limpeza e desinfeção.

Não obstante, esta complexidade, não se registaram impactos materiais na operação, no cumprimento dos nossos compromissos e na manutenção dos investimentos em curso.

Handwritten marks and signatures in blue ink, including a checkmark, a large signature, and a smaller signature below it.

Importa reiterar que temos procurado conter, ao longo de todos estes meses, a despesa operacional em outras rubricas, ao mesmo tempo que políticas de sustentabilidade têm também ajudado à despesa operacional.

Pontualmente, verificou-se impacto da pandemia na despesa operacional, em áreas essenciais à boa operação dos Mercados e à gestão da pandemia, embora em parte contrabalançado em outras rubricas dessa despesa.

Neste contexto, foi dada continuidade às iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo o corte de despesas acessórias e condicionando a realização de investimentos àqueles que se revelam críticos e essenciais à manutenção de infraestruturas ou ao desenvolvimento do negócio.

Ao nível da receita, surgiram abordagens por parte dos clientes que, enfrentando dificuldades de tesouraria, solicitaram isenções e/ou flexibilizações de pagamento das suas taxas de utilização.

Perante estas abordagens, foram definidos princípios orientadores de abordagem negocial que declinaram a concessão de isenções de taxas de utilização, tendo sido realizados diversos Acordos de pagamento que, genericamente, têm vindo a ser pontualmente cumpridos.

A MARL, SA conseguiu assim assegurar a continuidade das operações, cumprir os compromissos financeiros assumidos, garantindo a sustentabilidade dos Mercados a curto prazo sem comprometer a sua viabilidade de médio/longo prazo.

As prioridades mantiveram-se assim inalteradas desde o início da crise sanitária: segurança das nossas equipas e dos clientes e utilizadores que nos visitam, estabilidade da cadeia de abastecimento, com medidas especiais implementadas no início da crise pandémica e que mantemos até hoje.

Considerando o contexto de incerteza que caracterizou os últimos dois anos, a empresa implementou um conjunto de medidas com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores e utilizadores do Mercado, diversas iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo o corte de despesas acessórias e condicionando, nesta fase, a realização de investimentos àqueles que se revelam críticos e essenciais à manutenção de infraestruturas.

Em 2021, mantiveram-se assim as medidas de restrição que incidem sobre a matéria da circulação na via pública, regulando a prossecução de tarefas e funções essenciais à sobrevivência, as deslocações por motivos de saúde, o funcionamento da sociedade em geral, bem como o exercício de funções profissionais a partir do domicílio, não obstante a imprescindibilidade do funcionamento da cadeia de produção alimentar para a manutenção do regular funcionamento da sociedade.

Não se verificou, em 2021, necessidade de adoção de novas medidas de controlo e mitigação da pandemia e não se registaram impactos na operação, no cumprimento dos nossos compromissos e na manutenção dos investimentos em curso.

Todos os acordos de pagamentos celebrados com clientes que tinham manifestado dificuldades de tesouraria, até à data, têm vindo a ser cumpridos, com exceção de um ou outro caso pontual.

No que concerne à perda de receita atribuível à pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, assistimos a uma forte resiliência dos setores presentes no Mercado, nomeadamente ao nível do setor hortofrutícola. O impacto nos rendimentos, em taxas de utilização, no MARL, foi assim muito ténue.

Relativamente aos gastos, em razão das necessidades de adaptação inicial da operação e dos espaços, das mudanças legislativas, com impacto na operação, que foram ocorrendo durante as várias fases do Estado de Emergência e Calamidade e, igualmente, com a aprendizagem que fomos tendo bem como com a progressiva estabilização da operação, constatamos hoje que parte da despesa que teve origem no contexto pandémico deverá manter-se no futuro, em razão da necessidade de assegurar o funcionamento em plenas condições higiensanitárias que se impõem em infraestruturas desta natureza.

A subida de preços da eletricidade, dos combustíveis, da carência de matérias-primas, de componentes eletrónicas, etc, que resultam desta pandemia obriga a repensar na programação das atividades para 2022, sendo essencial a continuação do acompanhamento muito próximo da evolução financeira das empresas que integram o Universo Empresarial da SIMAB, reforçando-se mecanismos de acompanhamento e análise

da informação financeira de cada uma das empresas, para além do acompanhamento e informações disponibilizadas às empresas que exercem atividade nos Mercados Abastecedores.

Pelo exposto, à presente data, não perspetivamos, que os efeitos económicos decorrentes dos esforços para conter a epidemia venham a determinar uma redução do valor recuperável dos ativos da empresa. Do mesmo modo, e apesar de poder vir a verificar-se alguns atrasos nos pagamentos de clientes, também não perspetivamos, nesta fase, um agravamento material na estimativa de perda de crédito de clientes. Não aconteceu em 2020 e 2021 e não se prevê em 2022.

Otimização de impostos

Relativamente às obrigações fiscais, a MARL, SA aderiu a algumas medidas de apoio às empresas no âmbito do COVID-19, nomeadamente:

- Plano de flexibilização de pagamentos, previsto no Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março, para o IRC autoliquidação referente ao exercício de 2020 em quatro prestações mensais e sucessivas iniciado em agosto de 2021, para o primeiro e segundo pagamentos por conta relativos ao período de tributação iniciado a 1 de janeiro de 2021 iniciado em agosto de 2021;
- Alargamento do prazo de entrega e ou de pagamento de várias obrigações fiscais (na sequência dos vários despachos do SEAF), nomeadamente:
 - Entrega da Declaração Modelo 22;
 - Pagamento do IRC autoliquidação;
 - Pagamento do primeiro pagamento por conta e do primeiro pagamento adicional por conta;
 - Entrega da IES;
 - Entrega/pagamento de declarações mensais de IVA.

27.1.5. Proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados:

O Conselho de Administração propõe que o lucro obtido em 2021, no valor de 4.877.205,91 euros, seja aplicado do seguinte modo:

- Para Reservas Legais.....	487.720,59
- Para Resultados Transitados.....	4.309.485,32
Total.....	4.877.205,91

Não se propõe a distribuição de lucros, dada a necessidade de reforçar o autofinanciamento da empresa.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração da MARL, S.A.



Alfredo José Dinis do Vale Barbosa



Jorge Proença dos Reis



Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva



Carlos Augusto Clamote



Luís Manuel dos Santos Matias

São Julião do Tojal, 15 de março de 2022

Handwritten signature in blue ink.

RELATÓRIO E
PARECER DO FISCAL
ÚNICO E
CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração do **MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- No âmbito do disposto no n.º 2 do art.º 54.º do Decreto - Lei n.º 133/2013, de 2 de outubro, procedemos à apreciação do Relatório de Governo Societário emitido pelo Conselho de Administração da MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA, em cumprimento do n.º 1 do referido articulado.

Da apreciação efetuada, concluímos que o Relatório de Governo Societário:

- Apresenta informação anual, verdadeira e completa sobre as matérias referentes às práticas de bom governo constantes do Capítulo II do referido diploma legal, detalhando tais matérias de forma adequada às características da sociedade.
 - Encontra-se estruturado de acordo com o Manual emitido para o efeito pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM) e divulga: i) um sumário executivo; ii) a missão, objetivos e políticas da Empresa; iii) estrutura de capital; iv) participações sociais e obrigações detidas; v) informação sobre os Órgãos Sociais e o modelo de governo adotado assim com da estrutura funcional; vi) apresentação da organização interna da Empresa, dos aspetos essenciais do controlo interno e gestão de riscos, regulamentos internos e códigos, assim como dos deveres especiais de informação; vii) remunerações; viii) transações com partes relacionadas e outras; ix) análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental; x) avaliação do Governo Societário; xi) anexos.
 - O Relatório do Governo Societário carece de aprovação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).
- Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;



- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Acompanhámos e avaliámos os impactos da pandemia do coronavírus COVID-19 na atividade da Empresa no ano de 2021 e a reflexão efetuada pelo Conselho de Administração, acerca dos possíveis impactos na sua atividade operacional futura.
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

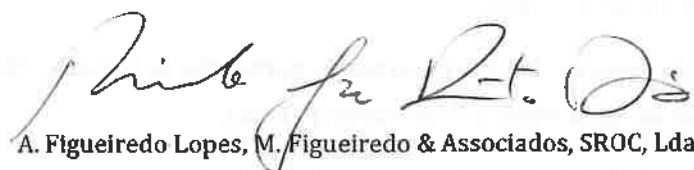
No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

- (a) A proposta de aplicação de resultados cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Viseu, 21 de março de 2022

O Fiscal Único



A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

Representada por Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819

Registado na CMVM com o n.º 20170008



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA** (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 118.632.716,33 euros e um total de capital próprio de 77.437.974,47 euros, incluindo um resultado líquido de 4.877.205,91 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Viseu, 21 de março de 2022

O Revisor Oficial de Contas


A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda
Representada por Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819
Registado na CMVM com o n.º 20170008

Handwritten signature in blue ink.

LISTA DE PRESENCAS



Handwritten signature in blue ink.



MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.

Edifício NAC - Piso 2

Lugar do Quintanilho

2660-421 São Julião do Tojal

Loures - Portugal

Telefone +351 219 927 400

www.marl.pt

marl@marl.pt



marl

**Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa**



ATA N.º 55

Aos trinta e um dias de março de dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, reuniu presencialmente a Assembleia Geral da MARL - MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, S.A., com o capital social integralmente realizado de € 29.999.999,76, registada na Conservatória do Registo Comercial de Loures e Pessoa Coletiva n.º 503157562. A Assembleia Geral foi convocada nos termos da Lei e dos Estatutos e encontravam-se reunidas todas as condições legais necessárias ao seu normal funcionamento. _____

Presidiu à Assembleia o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Sr. Dr. Ricardo Jorge Colaço Leão, secretariado pela Sra. Dra. Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva, em substituição do Secretário da Mesa da Assembleia Geral. _____

Estiveram presentes ou representados todos os acionistas, conforme lista de presenças organizada nos termos do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais, que fica arquivada. A saber: _____

SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A., detentora de €26.361.351,64 correspondente a 87,87% da totalidade do capital da sociedade e a 5.282.836 ações, representada pelo Sr. Engenheiro Jorge Reis. _____

Município de Lisboa - Câmara Municipal de Lisboa, detentora de € 2.970.272,55, correspondente a 9,9% e a 595.245 ações, representada pelo Sr. Dr. João Oliveira e Silva. _____

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, detentora de € 445.806,60, correspondente a 1,49% da totalidade do capital social da sociedade e a 89.340 ações, representada pelos Srs. Dr. João Quaresma e Dr. Carlos Calote; _____

e, Município de Loures - Câmara Municipal de Loures, detentora de € 222.568,97, correspondente a 0,74% e a 44.603 ações, representada pelos Srs. Dr. Ricardo Jorge Colaço Leão e Dr. Luís Matias. _____

Estiveram também presentes na Assembleia Geral, o Sr. Dr. Ricardo Dias, Fiscal Único do MARL bem como o Sr. Dr. João Fonseca, membro do Conselho de Administração da SIMAB, S.A., como convidado.

Consequentemente, estando reunidos todos os requisitos deliberativos constantes do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, procedeu-se ao início da ordem de trabalhos, que se transcreve para a presente ata, como segue: _____

Ponto 1. Aprovação das Contas e do Relatório de Gestão do Exercício de 2021; _____

Ponto 2. Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício de 2021; _____

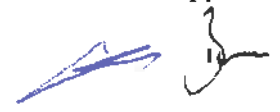
Ponto 3. Aprovação do Relatório de Sustentabilidade do Exercício de 2021; _____

Ponto 4. Aprovação da Administração e Fiscalização da Sociedade no Exercício de 2021; _____

Ponto 5. Aprovação do Relatório do Governo Societário de 2021; _____

Ponto 6. Outros assuntos de interesse da Sociedade. _____

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu início à reunião e submeteu à Assembleia os diferentes pontos da Ordem de Trabalhos: _____



Ponto um. Tendo-lhe sido dada a palavra, pelo Presidente da Assembleia-Geral, Sr. Eng.º Jorge Reis, enquanto Presidente do Conselho de Administração, fez uma apresentação do Relatório de Gestão e Contas de 2021 da MARL, S.A e passou a enunciar os aspetos mais relevantes do exercício de 2021: _____

- O MARL, SA encerrou o exercício de 2021 com um resultado líquido positivo de 4.877,2 milhares de euros, representando um crescimento de 204,7 milhares de euros (+4,4%), face ao ano anterior e correspondente a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 34% e a uma rentabilidade do capital próprio de 6,3%; _____
- O EBIT totalizou 6.631,7 milhares de euros, superior ao registado no ano anterior em 180,8 milhares de euros (+2,8%), correspondente a uma margem operacional de 46%; _____
- Os encargos financeiros registaram uma redução de 79,8 milhares de euros (-37,2%), traduzindo a diminuição da dívida financeira e a obtenção de condições de *pricing* mais favoráveis; _____
- A dívida financeira líquida reduziu em 5.564,5 milhares de euros (-21,1%), face ao ano anterior; _____
- Os capitais próprios aumentaram, em 4.573,5 milhares de euros (+6,3%); _____
- O reforço dos níveis de autonomia financeira para 65%, situando-se 4 pontos percentuais, acima do ano anterior; _____
- O prazo médio de pagamentos situou-se em 45 dias, representando uma redução de 9 dias, face ao ano anterior (-17%). _____

Neste contexto, e após análise do documento, o Conselho deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Gestão e Contas da Sociedade de 2021.

Ponto dois. A proposta de aplicação de resultados do exercício de 2021 foi aprovada por unanimidade. Com a seguinte proposta de aplicação de resultados: _____

- 487.720,59 euros (quatrocentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte euros e cinquenta e nove centésimos) transferido para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos da al. A) do artigo 18.º dos estatutos da sociedade; _____
- 4.389.485,32 euros (quatro milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros e trinta e dois centésimos) mantido em Resultados Transitados. _____

Ponto três: Deliberar sobre o Relatório de Sustentabilidade do Exercício de 2021. Tomando a palavra o Eng. Jorge Reis referiu que a sustentabilidade do MARL é parte integrante da sua estratégia, encontrando-se alinhada com as orientações estratégicas definidas para o Grupo SIMAB. No referido documento é explicitado o compromisso do MARL pela sustentabilidade entendida como uma integração de preocupações territoriais, ambientais, sociais e económicas, adotando princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial, assente nos princípios de responsabilidade social, garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e não discriminação, gestão adequada do capital humano e desenvolvimento sustentável, criação de valor para os acionistas, princípios de ética e gestão de riscos, bem como promoção da proteção ambiental. Deste extenso relatório, foram apresentados os principais indicadores, sendo neste âmbito a grande questão o aumento dos custos com a energia. O Eng. Jorge Reis e o Dr. João Fonseca prestaram alguns

esclarecimentos sobre os custos atuais e futuros com a energia elétrica, bem como sobre as medidas em análise, tendo em vista esta ameaça, desde logo à execução financeira do exercício e, conseqüentemente, até à capacidade que será tomada e condicionará, limitando, outras medidas de sustentabilidade, mas que exigem investimento, cujos recursos financeiros disponíveis serão assim menores.

Ponto quatro: O representante do Acionista SIMAB, S.A., propôs um voto de confiança no Conselho de Administração e em cada um dos seus membros, bem como no representante do Fiscal Único, pelo trabalho desenvolvido no exercício em apreço, voto este extensivo aos Colaboradores e igualmente aos Membros da Mesa da Assembleia Geral. O voto foi aprovado por unanimidade tendo o senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral aproveitado a ocasião para endereçar palavras de agrado e de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração e pelo ROC.

Ponto cinco. Este ponto ficou suspenso por não ter sido rececionado o parecer obrigatório por parte da UTAM, tendo o Relatório do Governo Societário, sido submetido à plataforma SIRIEF a 23/03/2022. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença de todos os presentes e deu por encerrada a sessão, da qual é lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral, em substituição, a Senhora Dra. Rita Saraiva.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Dr. Ricardo Jorge Colaço Leão

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral, em substituição

Dra. Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva